

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REDES DE COMPADRIO, HIERARQUIA E INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL
(VIAMÃO - 1747-1773)**

**Discente: Israel da Silva Aquino
Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn**

Porto Alegre, fevereiro de 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**REDES DE COMPADRIO, HIERARQUIA E INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL
(VIAMÃO - 1747-1773)**

**Discente: Israel da Silva Aquino
Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, fevereiro de 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ISRAEL DA SILVA AQUINO

**REDES DE COMPADRIO, HIERARQUIA E INTERDEPENDÊNCIA SOCIAL
(VIAMÃO - 1747-1773)**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Kuhn (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Adriano Comissoli
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Universidade de Brasília

CIP - Catalogação na Publicação

Aquino, Israel da Silva
REDES DE COMPADRIO, HIERARQUIA E INTERDEPENDÊNCIA
SOCIAL (VIAMÃO - 1747-1773) / Israel da Silva Aquino.
-- 2019.
182 f.
Orientador: Fábio Kuhn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Compadrio. 2. Hierarquias Sociais. 3.
Interdependência Social. 4. Registros de Batismo. 5.
Análise de Redes Sociais. I. Kuhn, Fábio, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho à minha esposa Vanessa, por seu contínuo apoio, pela compreensão e afeto sempre presentes, pelas conversas compartilhadas, enfim, por há onze anos fazer toda a diferença na minha vida e me estimular a ser uma pessoa melhor.

Agradeço aos amigos do grupo de pesquisa SARAS - Sociedade de Antigo Regime do Atlântico Sul, e muito especialmente ao Fábio pela orientação e paciência. A oportunidade de participar deste grupo foi, sem dúvida, uma experiência muito enriquecedora pra mim.

Agradeço à coordenação, professores e colegas do PPGH por esse período de intenso aprendizado e por todas as oportunidades dentro e fora de sala de aula. Por todas as contribuições para a realização desta pesquisa, agradeço especialmente aos professores Cybele Almeida, Helen Osório e Eduardo Neumann, do PPGH/UFRGS, bem como aos professores Adriano Comissoli, da UFSM, Ana Sílvia Scott, da Unicamp, e Tiago Gil, da UnB, que deram contribuições muito significativas para a qualificação do meu trabalho ao longo dos últimos dois anos.

Agradeço a turma da Revista Aedos pelas oportunidades de trabalho e aprendizado, especialmente às minhas 'chefes' Michele, Thaís, Maíra e Débora por toda paciência e ajuda.

Finalmente, quero deixar um imenso agradecimento para todos aqueles que contribuíram para despertar em mim a curiosidade, a inquietude e o amor pelo saber, que para mim continua sendo a mais imprescindível das qualidades. Foram colegas, amigos, familiares, professores: em comum, a oportunidade única de compartilhar a satisfação da descoberta e do aprendizado.

A todos, deixo um grande abraço!

RESUMO

O presente trabalho propõe o estudo da formação de redes de apadrinhamento, buscando investigar sua utilização como estratégia de atuação e reprodução social entre as famílias de uma comunidade sul-rio-grandense em meados do século XVIII. Para tanto, faz uso de fontes eclesiásticas, registros de batismo sobretudo, além de outros materiais auxiliares, a fim de promover o mapeamento de tais redes. O recorte estabelecido abrange o período de 1747, data do primeiro registro de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, até 1773, momento em que ocorreu a transferência da Câmara de Vereadores para Porto Alegre, totalizando 1384 registros analisados. As análises foram realizadas a partir do recurso às ferramentas Análise de Redes Sociais (SNA, na sigla em inglês), como ferramenta de ensaio, interpretação e crítica. A partir do mapeamento e análise dessas redes de apadrinhamento, procuramos comparar como a instituição do compadrio era utilizada pelos diferentes agentes sociais naquela sociedade, abordando sua apropriação enquanto estratégia social por diferentes estratos e grupos. Como resultado, identificamos que o compadrio era utilizado de forma consistente enquanto estratégia de atuação social por aquela comunidade, embora não fosse a única forma de interação social de que se dispunha, nem tampouco tenha tido um uso exclusivamente estratégico, do ponto de vista do ganho social. De modo geral, observou-se que as redes do compadrio estavam incorporadas às práticas costumeiras daquela sociedade, constituindo parte importante das sociabilidades locais, embora tenham sido apropriadas de maneiras distintas pelos diferentes agentes que às compunham.

PALAVRAS-CHAVE: Compadrio; Hierarquias Sociais; Interdependência Social; Registros de Batismo; Análise de Redes Sociais.

ABSTRACT

The present work proposes the study of the formation of godparenthood networks, seeking to investigate its use as a strategy for social action and reproduction among the families of a Rio Grande do Sul community in the mid-18th century. To do so, it makes use of ecclesiastical sources, especially baptism records, in addition to other auxiliary materials, in order to promote the mapping of such networks. The established cutout covers the period of 1747, the date of the first baptism registration of the parish Nossa Senhora da Conceição de Viamão, until 1773, at which time happened the relocation of the City Council to Porto Alegre, totaled 1384 analyzed registrations. The analysis were carried out using the tools of Social Network Analysis (SNA), as a instrument of tests and interpretation. From the mapping and analysis of these godparenthood networks, we tried to compare how the institution of godparenthood was used by the different social agents in that society, approaching its appropriation as a social strategy by different groups. As a result, we identified that godparenthood was consistently used as a strategy for social action by that community, although it was not the only form of social interaction that was available, nor did it have an exclusively strategic use, from the point of view of the community social gain. In general, it was observed that the godparenthood networks were incorporated to the usual practices of that society, being an important part of the local sociabilities, although they were appropriated in different modes by the agents who composed them.

KEY-WORDS: Godparenthood; Social Hierarchies; Social Interdependence; Baptism Records; Social Network Analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação das métricas das redes de compadrio por década	66
Tabela 2: Agentes com maiores Betweenness, por década	68
Tabela 3: Agentes com InDegree maior que 10, por década	68
Tabela 4: Métricas da rede de compadrio da família Pinto Bandeira	77
Tabela 5: Métricas da rede da família Ornellas de Menezes	88
Tabela 6: Métricas da rede do grupo rio-grandino	97
Tabela 7: Condição social dos pais nas redes cativas	106
Tabela 8: Condição social dos padrinhos nas redes cativas	107
Tabela 9: Relações de compadrio da escravaria dos Pinto Bandeira	111
Tabela 10: Relações de compadrio da escravaria dos Ornellas	111
Tabela 11: Condição social dos pais indígenas e seus parceiros	123
Tabela 12: Condição social dos padrinhos nas redes indígenas	124
Tabela 13: Relações de compadrio dos administrados de Ana Guerra	129
Tabela 14: Distribuição dos batismos de acordo com a designação que aparece nos registros	135
Tabela 15: Compadres dos Casais das Ilhas	139
Tabela 16: Compadres de André Machado de Souza e Luzia Inácia	142

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 1: Batismos realizados em Viamão - 1747-1770.....	59
---	----

LISTA DE GRAFOS

Grafo 1: Exemplo de um grafo não-direcionado: nós e ligações	40
Grafo 2: Cliques e buracos estruturais.....	43
Grafo 3: Clusters ou comunidades.....	45
Grafo 4: Representação de um grafo com Diâmetro = 4	47
Grafo 5: Diferença entre um Sociograma e um grafo direcionado por algoritmo.....	52
Grafo 6: Redes de Compadrio - 1747-1773.....	62
Grafo 7: Redes de compadrio separadas por década	65
Grafo 8: Redes das famílias lagunenses	73
Grafo 9: Rede de compadrios da Família Pinto Bandeira	76
Grafo 10: Egonet de Rafael Pinto Bandeira	81
Grafo 11: Rede de compadrio da Família Ornellas de Menezes	87
Grafo 12: Rede de compadrio do grupo rio-grandino	95
Grafo 13: Redes cativas.....	105
Grafo 14: Redes dos escravos dos Ornellas e dos Pinto Bandeira	110
Grafo 15: Redes de compadrio da população indígena	125
Grafo 16: Redes de compadrio dos administrados de Ana Guerra.....	129
Grafo 17: Redes de compadrio dos ‘Casais das Ilhas’	136
Grafo 18: Egonets dos três ‘Casais das Ilhas’	138
Grafo 19: Egonets de André Machado e Luís Ferreira.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS

AHCMPTA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
A freguesia de Viamão na sociedade corporativa portuguesa	16
A família no Antigo Regime: breves considerações.....	21
Compadrio, estratégias e hierarquias sociais no Brasil setecentista	24
CAPÍTULO 1 - Apresentando o método de Análise de Redes Sociais.....	34
1.1.Manchester x Harvard: duas tradições da Análise de Redes Sociais	37
1.2.Análise de redes: conceitos, técnicas e métricas utilizadas.....	40
1.3.Métricas gerais ou métricas de rede	42
1.4.Métricas individuais ou métricas dos nós.....	48
1.5.Os algoritmos por trás da SNA.....	52
1.6.Análise de Redes Sociais e seu uso na disciplina História.....	55
CAPÍTULO 2 - Tecendo um mundo desigual: análise de redes de compadrio das famílias principais de Viamão	59
2.1.Tropeiros, contrabandistas, conquistadores: as redes dos precursores lagunenses 72	
2.2.Fazendeiros e escravistas: os abastados paulistas e suas redes no sul.....	86
2.3.Comerciantes, oficiais, potentados: a elite rio-grandina fugida da guerra	92
CAPÍTULO 3 - Os altos e baixos da trama: interdependência e hierarquia social	103
3.1.Redes cativas e a dependência entre escravos e livres	105
3.2.Negros da terra e seus compadres	120
3.3.Os ‘casais de El Rey’ e sua inserção nas redes locais	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS:	155
ANEXOS:	179

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a estudar a formação de redes de apadrinhamento, com o intuito de investigar sua utilização como estratégia de atuação social na formação da freguesia sul-rio-grandense de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Para tanto, utilizamos os registros de batismo, a fim de promover o mapeamento de tais redes, além de se recorrer às ferramentas conceituais da metodologia da análise de redes sociais para fins de interpretação e análise das mesmas, conforme apresentado no capítulo seguinte.

O recorte estabelecido abrange o período de 1747, data do primeiro registro de batismo da freguesia, até 1773, momento em que ocorreu a transferência da Câmara de Vereadores para Porto Alegre¹, totalizando 1384 registros analisados. A partir destas fontes, foram mapeadas as redes formadas a partir da instituição do compadrio por diferentes famílias estabelecidas na região. Tal recorte se estabelece por diferentes fatores: por um lado, pesa a disponibilidade e cronologia das fontes (os livros de batismo), permitindo abranger um número razoável de registros e proceder ao mapeamento das principais redes de compadrio na região. Por outro, esta extensão temporal, que avança até a transferência da Câmara para Porto Alegre (e que outrora viera transferida de Rio Grande) possibilita visualizar uma dinâmica de intensas transformações sociais e demográficas nesta freguesia. Finalmente, entendemos que tal recorte circunscrito nos permitirá lançar um olhar mais atento para as redes formadas pelos diferentes estratos sociais e as relações que imbricavam sua atuação.

A análise dos registros de batismo foi complementada pela utilização dos róis de confessados² da freguesia, referentes aos anos de 1751, 1756, 1757 e 1758³, a partir dos

¹ As fontes em questão foram publicadas em 2009, através do projeto Resgate de Fontes Paroquiais, organizado pelos professores Eduardo Neumann e Fábio Kuhn, e encontram-se também disponíveis na internet, nos sites <http://www.viamaoantigo.com.br/> e <https://www.familysearch.org/> (neste último, em formato microfilmico).

² Os Róis são listas nominativas, confeccionadas na época da quaresma, quando o padre percorria as distintas famílias da paróquia tomando as confissões. Ao anotar o nome dos confessados, descrevia os presentes em cada unidade familiar, que eram denominadas 'fogo'. (DIEHL, 2016, p. 101)

³ As transcrições dos róis de confessados da Freguesia de Viamão, realizada pela historiadora Vanessa Campos, da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, foram gentilmente cedidas pelo professor Fábio Kuhn.

quais pudemos ter acesso aos dados a respeito da população residente na freguesia. Embora os róis não se configurem como a fonte central em nosso trabalho, e não tenha sido nosso objetivo trabalhá-los de forma sistemática, eles auxiliaram na identificação dos agentes que habitarão as próximas páginas, auxiliando, por exemplo, na identificação dos homônimos, bem como para complementar as informações a respeito dos dados populacionais e demográficos para o período. Finalmente, esse conjunto foi complementado por trabalhos de genealogistas que dão um quadro geral da composição daquelas famílias, especialmente o trabalho Luiz Gonzaga da Silva Leme⁴. A partir deste recorte, buscamos tecer algumas considerações a respeito da utilização da instituição do compadrio na região estudada e sua relação com a sociedade colonial da época.

Nas próximas páginas, procuramos traçar um panorama dos principais temas que atravessam nossa discussão, além de circunscrevê-la espacial e temporalmente. Para isso, nos valem da contribuição das teses de Fábio Kuhn e Helen Osório, e dos dados coletados nas fontes, para brevemente apresentar a freguesia de Viamão em seus anos iniciais de formação, trazendo algumas informações geográficas e populacionais. Além disso, os trabalhos de João Fragoso, Antônio-Manuel Hespanha e Giovanni Levi cumprem papel fundamental em nossa tentativa de apresentar uma descrição da estrutura política e social em que Viamão estava inserida, qual seja, a estrutura da monarquia corporativa portuguesa, atravessada por práticas costumeiras e por uma estratificação social característica, e governada por normas de reciprocidade e equidade. Nesse contexto, buscamos apresentar as instituições que forneciam as bases das redes que serão nosso objeto de estudo, ou seja, a organização da família, as práticas do batismo católico e do compadrio no Brasil setecentista. Para isso, nos apoiamos também nos estudos de Donald Ramos, Martha Hameister, Sílvia Brugger e Renato Venâncio, entre outros.

No primeiro capítulo deste trabalho, procuramos apresentar uma visão geral da metodologia da Análise de Redes Sociais (do inglês SNA – *Social Network Analysis*),

⁴ Para fins de identificar as famílias pesquisadas neste trabalho, realizamos ainda uma pesquisa genealógica a respeito dos principais agentes investigados. Para isso, utilizamos o cruzamento de dados dos róis e dos livros de batismos e casamentos da freguesia, além de consultas a algumas genealogias na internet e do acervo microfilmico do site FamilySearch, além de trabalhos de outros historiadores que aparecem ao longo do texto.

suas origens, técnicas e aplicabilidade, sendo essenciais para isso os trabalhos de historiadores como Imizcoz Beunza, Amador Ponce Leiva, Michel Bertrand e Zacarias Moutoukias, entre outros, além de autores de outras áreas que contribuíram para o desenvolvimento da própria SNA. O objetivo de ter um capítulo dedicado à apresentação desta metodologia, que entendemos ter um uso incipiente⁵ na historiografia brasileira, é contribuir para que nosso leitor se sinta capacitado a fazer uma leitura instrumentalizada dos capítulos seguintes, onde realizaremos a análise das redes de compadrio com base nas ferramentas oferecidas pelo método de redes. Assim, buscamos apresentar as definições das principais métricas, conceitos e algoritmos utilizados, bem como discutir brevemente as potencialidades e limitações deste método para a pesquisa histórica.

No capítulo seguinte, intitulado ‘Tecendo um mundo desigual’, realizamos um ensaio onde utilizamos as ferramentas da *Social Network Analysis* para proceder à análise propriamente dita das redes de compadrio formadas por famílias livres da elite local de Viamão. Assim, além de apresentar dados a respeito das fontes e das redes identificadas, propomos uma subdivisão do capítulo em três seções a partir de uma perspectiva sociogeográfica, onde tratamos das redes formadas pelos grupos Lagunense, Paulista e Rio-Grandino. À partida, é fundamental apontar que esta divisão não é rígida, mas antes busca fornecer uma chave de leitura que facilite a apresentação e análise dos dados. Como se verá, o grupo que chamamos Lagunense na verdade esteve intensamente relacionado com famílias que se originaram na Colônia do Sacramento; por seu turno, tivemos várias famílias paulistas que ou passaram, ou tinha parentesco com famílias de Laguna. Há ainda um atravessamento de todos esses grupos por um componente comumente chamado ‘açoriano’, ou seja, por migrantes do arquipélago atlântico que naquele momento chegavam a Viamão em grande número. Assim, o recorte definido para estas redes considerou a origem geográfica destes grupos, mas também seus relacionamentos familiares, bem como as relações de parentesco espiritual demonstrada nos registros.

⁵ O número de autores e trabalhos que adotam o uso das técnicas da SNA no Brasil vem crescendo nos últimos anos, inclusive com a publicação de alguns trabalhos bastante recentes, mesmo durante o percurso de nossa pesquisa. Ainda assim, nos parece válido dedicar-se a uma discussão mais sistemática desse tema, considerando a importância que o mesmo assume em nosso trabalho.

O objetivo desta seleção foi estabelecer uma amostragem representativa das famílias da elite econômica da freguesia e confrontar as redes de relacionamento de cada grupo, para a partir daí estabelecer comparações e tentar identificar como o compadrio era utilizado por estas famílias. Como será demonstrado, apesar desta divisão sugerir uma separação esquemática, ela acabou sendo reveladora de dinâmicas, aproximações e distanciamentos que envolveram esses grupos, entrecruzando suas atuações e revelando estratégias comuns que orientavam suas práticas.

No terceiro capítulo do trabalho, que chamamos ‘Os altos e baixos da trama’, buscamos adotar outro ponto de vista e investigar o estabelecimento de redes de apadrinhamento por outros segmentos sociais daquela população, grupos que ocupavam o outro polo da hierarquia social – escravos, índios e os chamados ‘casais de número’. Novamente, não se trata de simplificar a compreensão daquela sociedade a categorias estanques, mas tentar entender melhor como a instituição que investigamos aqui – o compadrio – era apropriada por aquelas gentes. Assim, esperamos compreender se estas categorias sociais se mostrarão úteis para entender como se dava a inserção social destes grupos nas redes de sociabilidade local, bem como investigar como eram engendradas as relações de hierarquia e interdependência entre eles.

A freguesia de Viamão na sociedade corporativa portuguesa

Situado nos confins do Império Português, a região do Continente de São Pedro foi palco de contendas envolvendo os diferentes grupos que atuavam na dinâmica colonial da América do Sul setecentista. Portugueses, espanhóis e povos autóctones estiveram, ao longo de todo o período, envolvidos em rusgas, guerras e tratados que não findaram senão no século seguinte. A estes componentes se somavam outros grupos populacionais europeus e um expressivo contingente cativo negro, formando uma estrutura social altamente complexa e estratificada, que refletia um sistema imperial que buscava mimetizar características da sociedade metropolitana, ao mesmo tempo em que era atravessado por características que o particularizavam.

Estabelecida sobre uma noção de 'bem comum', a sociedade forjada nos extensos domínios lusos estava baseada na distribuição de privilégios, na construção de alianças familiares e clientelistas e em um exercício constante de diferenciação social. Nas palavras de João Fragoso, esta sociedade estava organizada por práticas costumeiras,

construídas pela regularidade das sociabilidades locais, e vinculadas a uma concepção corporativa de mundo.

Estou me referindo à hierarquia social costumeira, construída pela interação de potentados, escravos, forros, índios, ministros da coroa, clérigos, etc. Ou seja, sujeitos portadores de orientações valorativas próprias (conforme o grupo, vindos da escravidão africana e da sociedade rural do Velho Mundo) e presentes na Conquista. A materialidade dessas práticas adquiriu a forma das relações de clientela e de parentesco consanguíneo e fictício e, entre outros fenômenos, sob a tutela da monarquia, organizou a sociedade americana. (FRAGOSO, 2010, p. 249)

Ainda segundo Fragoso (2001, p. 21-22), para entendermos o conceito de economia do bem comum é necessário considerar que o mesmo encerra uma forma particular de apropriação do excedente social, onde a produção e o controle de bens e serviços eram concedidos a particulares e exercidos através de monopólios, através do sistema de mercês. Isso reforçava uma organização social estratificada onde, conforme lembra Hespanha (2007, p. 135-136), a prestação de serviços à Coroa se colocava como uma forma importante de mobilidade social. Além disso, a noção de bem comum implica em duas outras noções, a saber: a primeira diz respeito a um mercado regulado pela política; e, além disso, a organização de uma hierarquia social excludente, que funcionava simultaneamente como ponto de partida e de chegada desta economia. Como pano de fundo, havia a estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava pela prestação de serviços ao Rei e à República (FRAGOSO, 2001, p. 22). Porém, esse sistema só fica completo quando atentamos para o fato de que se baseava em uma série de interdependências e reciprocidades, atravessada por práticas de alianças com seus dons e contradons, que criavam extensas redes de compromisso, proteção e clientela. Assim, fechava-se o ciclo que servia de sustentação para a economia do bem-comum e para a mimese do Antigo Regime nos domínios atlânticos lusos.

Ao estudar as estratégias sociais de proprietários de terras e comerciantes do Rio de Janeiro, João Fragoso encontrou indícios dessas práticas que formavam um *ethos* de uma nobreza principal da terra, alegadamente atuante na conquista dos territórios do Império Português em expansão. Em nome dos serviços prestados à Sua Majestade, esses homens buscavam ascender social e economicamente através do sistema de mercês que vinculava a Coroa e seus súditos em um intrincado sistema de interdependência (FRAGOSO, 2001, p. 15-16). Através de expedientes semelhantes, especialmente pela prática da conquista, bandeirantes, tropeiros, militares e homens de

negócio ampliaram a fronteira sul do império português, ocupando a região do Continente do Rio Grande de São Pedro a partir do século XVIII. Leia-se, enquanto Conquista, a prática que possibilitava a apropriação de terras e de homens através da guerra, especialmente através da prática da guerra justa (FRAGOSO, 2001, p. 19). Conforme aponta Blanco, esses homens se apropriaram de terras e rebanhos, e mais tarde reivindicaram sesmarias, utilizando-se do mesmo argumento da ‘conquista’, e trazendo assim “*para o sul as insígnias de Antigo Regime que presidiam, há duzentos anos, a colonização dos domínios lusitanos no continente americano*” (BLANCO, 2011, p. 1).

Nesse contexto, a freguesia de Viamão foi criada por ordem do bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, e desmembrada de Laguna a 14 de setembro de 1747. Mas, antes disso, a região dos “Campos de Viamão” já vinha recebendo fluxos migratórios há alguns anos, especialmente por conta das incursões para captura do gado selvagem das vacarias do sul, tendo sua Capela original sido fundada em 1741. Assim, conforme aponta Fábio Kuhn (2006, p. 103), é necessário, primeiramente, fazer a distinção entre a denominação ‘Campos de Viamão’, uma extensa área que então englobava todo o nordeste do Continente de São Pedro, e a freguesia propriamente dita. Está última, por ocasião de sua criação, abrangia a região limitada a oeste pelas margens do Guaíba e da Lagoa dos Patos e a leste pelo oceano Atlântico, se estendendo ao norte até os chamados ‘Campos de Cima da Serra’, incluídas aí as regiões dos vales dos rios Caí, Taquari e Sinos. Esse imenso território, contudo, começou a ser desmembrado já nas décadas seguintes, a partir da criação de novas freguesias na região, tais como Triunfo, Santo Antônio e Porto Alegre (Idem).

De acordo com Helen Osório, o termo freguesia “*foi o mais utilizado em todas as capitânicas do Brasil para referir as paróquias, a circunscrição básica da administração eclesiástica*”, tendo assumido, especialmente para a região do Continente do Rio Grande de São Pedro, “*sinônimo de povoação e a referência mais frequente aos aglomerados urbanos*” (OSÓRIO, 2015, p. 70). Viamão, no caso, foi a segunda freguesia em antiguidade na região, sendo precedida apenas pela de Rio Grande, situada na barra da Lagoa dos Patos, 60 léguas ao sul.

Conforme demonstra Kuhn (2006, p. 13-15), o povoamento inicial desta região se deu, principalmente, através da migração de famílias lagunenses que começaram a se

fixar no segundo quartel do século XVIII. Para além destas, a população inicial da freguesia - que no início da década de 1750 rondava 800 indivíduos - era constituída também por algumas famílias advindas das regiões de São Paulo, Colônia do Sacramento e de Portugal continental, além de um contingente de cativos - negros, sobretudo - que nos Róis do ano de 1751 já rondava 40% da população. Contudo, esse estrato demográfico sofreria profundas transformações nos anos seguintes, por ocasião da emancipação das freguesias de Triunfo (1756) e Santo Antônio (1763), da criação do Aldeamento dos Anjos e a chegada dos povos guaranis (1757) e do fluxo repentino das famílias fugidas de Rio Grande por ocasião da invasão dos espanhóis (1763), além da chegada de casais açorianos a partir da década de 1750, por ocasião do Édito Real de 1747 e da assinatura (e do não cumprimento) do Tratado de Madrid. Todos esses eventos produziram transformações bastante significativas, especialmente no período que propomos como recorte para este trabalho, de modo que buscamos, nos capítulos seguintes, refletir a respeito do impacto dessas flutuações demográficas na formação das alianças e redes formadas pelas famílias viamonenses através do compadrio.

A extensa área da freguesia apresentava baixa densidade demográfica, configurando-se como uma localidade predominantemente rural. Conforme demonstra Osório (2007, p. 82) a formação do Rio Grande de São Pedro em meados do século XVIII foi marcada fortemente por uma atividade econômica voltada para a atividade agrária e pastoril, com predomínio da agricultura, levada a cabo especialmente (mas não só) pelas populações açorianas que foram se fixando no Continente, e seguida de perto pela criação de gado. Os extensos campos devolutos da região foram aos poucos sendo pontuados de sesmarias⁶ e datas de terra, mas também pela ocupação pura e simples das terras, à medida que novos contingentes de diferentes origens iam chegando.

Ao analisar os róis do ano de 1751, Kuhn apresenta dados que nos permitem ter uma ideia de como estava distribuída a população local naquele momento:

somente três localidades (...) abrigavam a metade dos fregueses: o Arraial, o Morro Santana e a Guarda de Viamão. No “núcleo urbano” [o Arraial] da freguesia havia um número reduzido de moradores efetivos: o livro de aforamentos de terrenos da Irmandade de N.S. da Conceição demonstra bem qual era a situação existente a essa altura, pois até 1750 foram aforados

⁶ Embora, conforme refere Osório (2015), a concessão de sesmarias nos anos iniciais de povoação tenha se dado de forma muito lenta, especialmente pelo fato da freguesia estar submetida hierarquicamente ao Rio de Janeiro. Assim, as longas distâncias tornaram demorada a emissão dos títulos, fazendo com que até 1749 apenas 13 cartas tenham sido emitidas para a região.

somente 27 terrenos pertencentes ao patrimônio da confraria, todos eles pequenos lotes variando entre duas e dezesseis braças de frente, que pagavam de foro a módica quantia de 20 réis por braça ao ano. Nesses terrenos, situados na “rua direita” ou na “travessa da fonte”, os primeiros estancieiros construíram suas moradas de casas, ocupadas por ocasião da assistência aos serviços religiosos ou por ocasião das festividades profanas. (KUHN, 2006, p. 112)

Conforme aponta Osório, o ‘Arraial’ de Viamão foi a única povoação a receber essa denominação no Continente, tendo a mesma sido utilizada, provavelmente, enquanto expressão de “*provisoriedade e [d]os momentos iniciais de ocupação do território*” (OSÓRIO, 2015, p. 69). Embora consistisse no núcleo ‘urbano’ desta freguesia, a localidade abrigava um número diminuto de casas, além da igreja consagrada a Nossa Senhora, principal construção do local.

A região que concentrava o maior contingente populacional então - cerca de 200 pessoas - era àquela conhecida como a ‘Guarda’, onde estava localizado o Registro, local onde ocorria a cobrança dos tributos, especialmente sobre o gado em pé, que era levado pelos condutores de tropas às capitanias do Sudeste (Kuhn, 2006, p. 113). Ponto de passagem praticamente obrigatório para quem entrava ou saía dos Campos, a Guarda foi instalada em 1739, tendo sido transformada em Registro em outubro de 1752 (OSÓRIO, 2015, p. 72). No momento da criação da Freguesia, a administração da Guarda já se encontrava sob o comando do tenente Francisco Pinto Bandeira, proeminente estancieiro da região, tropeiro, militar e líder de uma das famílias mais importantes da localidade, cujas relações sociais analisamos no segundo capítulo deste trabalho. Já no ano de 1763, essa região seria desmembrada com a criação da Freguesia de Santo Antônio da Patrulha.

Com a invasão da vila de Rio Grande, também em 1763, Viamão transformou-se na segunda sede da Capitania. O ato foi oficializado em 16 de junho de 1764, sendo nomeado governador o coronel José Custódio de Sá e Faria. Devido às dificuldades causadas pela guerra, contudo, a primeira sessão da Câmara seria realizada somente em junho de 1766 (KUHN, 2006) – e, poucos anos depois, esta seria novamente transferida, desta vez para a localidade de Porto Alegre, em 1773. Assim, nesse contexto de guerra e conquista, deu-se o pano de fundo para a formação dessa sociedade situada nos confins do império ultramarino português. Para compreendê-la melhor, cabem alguns comentários a respeito das estruturas sociais que a constituíam.

A família no Antigo Regime: breves considerações.

As discussões a respeito da história da família na historiografia brasileira vêm ganhando fôlego nas últimas décadas, embora seja possível identificar que as primeiras ocorrências deste tema remontam pelo menos aos anos 30 do século passado. A estas, então, cumpria a tentativa de discutir o papel exercido pela instituição familiar na formação do Estado e da sociedade brasileiros, de modo a identificar na formação do Brasil colonial como se deu a divisão social entre o espaço público e o ambiente privado.

Entre as obras precursoras deste debate destacava-se a invasão do espaço público pelo setor privado, sendo a família patriarcal, rural e escravista apontada como a célula *mater*, a própria base da estruturação da sociedade colonial. Esta era uma noção familiar ampliada, distinta da ideia de família burguesa, nuclear; ela abrangia, então, a parentela, os agregados e os escravos. Nesta perspectiva, era a família quem assumia o papel colonizador do Brasil, tomando em suas mãos as tarefas de construir o país, controlar a política, exercer a justiça e produzir riquezas, tendo o *pater-familias* importância central e poder supremo na estrutura colonial. Podemos apontar entre as principais obras que primeiro abordaram estes temas os livros *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Obras como as de Freyre e Holanda - e a historiografia que se fundou nos preceitos por elas arrolados - seriam posteriormente criticadas, especialmente a partir de uma série de pesquisas históricas que tiveram como foco o Sudeste brasileiro, fazendo a crítica ao que consideravam o “modelo” Freiriano, considerado como uma descrição recortada e particular de um passado que se restringia ao Nordeste colonial. Estas obras questionavam, sobretudo, o modelo familiar patriarcal, apontando que - pelo menos para o Sudeste - outras constituições poderiam coexistir, em uma formulação mais próxima da família nuclear moderna. Conforme aponta Ana Sílvia Scott (2009, p. 21) isso levou a que houvesse, entre as décadas de 1980 e 1990, um momento de intenso debate sobre o patriarcalismo, com uma polarização entre a historiografia tradicional, que defendia o

predomínio da família patriarcal, e aqueles que ressaltavam a obsolescência do modelo patriarcal enquanto elemento de compreensão do passado familiar brasileiro⁷.

A partir dos anos 1980, houve uma ampliação significativa dos estudos sobre a família, sobretudo com ênfase nas metodologias da demografia histórica, concentrando-se no campo da História Social. A partir de então ganham ênfase também a diversificação dos temas de pesquisa, que passaram a incorporar análises sobre a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato, além do estudo da família negra, que surgiu ligado à reflexão sobre a questão escravista (SCOTT, 2009, p. 19). Mais recentemente, somou também para a ampliação dessas temáticas a contribuição teórico-metodológica advinda da micro-história, através de sua proposta de redução da escala de abordagem, onde tem destaque o comportamento social dos agentes históricos.

Já nos anos 2000, é possível perceber um alargamento das temáticas referentes à história e historiografia da família brasileira, ampliando-se os debates com a utilização de conceitos como redes sociais e estratégias familiares (VARGAS, 2007 e 2013; UBERTI, 2011 e 2016; SIRTORI e GIL, 2009); trabalhos que exploram as noções de compadrio e da “economia do favor” e reciprocidade social (KUHN, 2006; FOLETTO, 2012; ANDRADE, 2014); pesquisas a respeito de práticas nominativas (MARQUES, 2011 e 2016; FERREIRA, 2005 e 2006; HAMEISTER, 2006 e 2009); ou ainda estudos que avançam sobre questões como as trajetórias biográficas, através de métodos prosopográficos (HEINZ, 2006 e 2011; GENOVEZ, 2011; MENEGAT, 2009).

Importante perceber como essa ampliação contribui para a melhor compreensão da história da família brasileira em seus diversos aspectos, de modo a permitir que esta unidade tão cara à formação social colonial possa ser devidamente inserida e percebida em seu contexto. Mas igualmente importante é pensar o contexto social no qual essa

⁷ Esse debate continua a estimular a reflexão de historiadores e vem aparecendo em numerosos trabalhos, como por exemplo em BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, v. 29/30, 2003. p. 79-132.; BRÜGGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade*. São Paulo: Annablume, 2007.; MACHADO, C. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, jan./jun. 2006. p. 167-186; FREITAS, Denise. Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

concepção de família se estabeleceu, ou seja, o contexto de uma sociedade colonial que replicava características do Antigo Regime.

A esse respeito, Hespanha (1993, p 951) aponta que a própria imagem da família e do mundo doméstico estava presente em todo o discurso social e político desta sociedade, sendo construído a partir de uma concepção de direito natural e costumeiro e do conceito de 'casa'. Dessa forma, Hespanha (Idem, p. 954) aponta que a "*união entre os cônjuges gerava (...) vínculos suplementares, tecendo entre todos os elementos da família uma rede afectiva*". Por sua vez, o direito canônico e as práticas costumeiras ampliavam ainda mais essa noção de família, produzindo assim a ideia de casa.

Hespanha destaca como, no contexto do Antigo Regime, a família era concebida como uma 'comunidade natural', imaginada como um todo orgânico no seio da sociedade, e unidade celular que servia de base para esta. Nesse cenário, o núcleo formado pela união entre os cônjuges gerava vínculos que engendravam uma série de relações afetivas cujos efeitos estavam profundamente enraizados, inclusive no campo do Direito (1993, p. 954). Ao *pater familias* correspondiam uma série de obrigações, entre as quais a educação moral, espiritual e civil dos filhos, o sustento da casa, nas necessidades materiais de seus dependentes, bem como a dotação e o encaminhamento dos seus rebentos para o matrimônio. Aos filhos, por sua parte, cabia observar o cumprimento dos deveres de gratidão e obediência para com os seus pais.

A unidade era [...] um princípio constitucional da família do Antigo Regime. Este apelo da unidade fazia-se sentir não apenas enquanto sujeitava todos os membros da família à direcção única do pater, mas também enquanto favorecia modelos de assegurar a unidade da família, mesmo para além da morte deste (HESPANHA, 1993, p. 964).

A família, no entanto, era uma palavra de contornos muito vastos, nela se incluindo agnados e cognados, mas ainda criados, escravos e até os bens (Idem, p. 967), constituindo, segundo Hespanha, o fundamento da própria República, e explicando inclusive a legitimação patriarcal do próprio governo durante quase todo o Antigo Regime. Surge disso o conceito de 'casa', fundamental para a compreensão das relações que atravessavam àquela sociedade. Segundo João Fragoso, a casa era o poder doméstico e econômico organizado em torno da figura do pai, que se prolongava pelas relações entre a esposa, filhos, o restante da parentela, os afilhados, os serviçais e a escravaria, constituindo assim um conjunto de relações hierárquicas (FRAGOSO, 2003). Já para Nuno Monteiro, a casa era uma "*entidade [que funcionava] como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, a cuja reprodução alargada estavam*

obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam" (MONTEIRO, 1998, p. 95).

O termo casa representava, ainda, uma ideia de linhagem familiar, bem como a preocupação com sua preservação. Conforme aponta Rodrigues:

“casa” era um dos sinônimos de família e possuía um conteúdo que considerava não apenas aqueles que viviam numa mesma residência, mas todos quantos se encontravam ligados por laços de sangue (consangüinidade), pelo parentesco espiritual (compadrio) e por afinidade. Dito de outra maneira: a casa era não apenas *domos* (casa-edifício), mas também *domus* (casa-família), estando este último sentido intimamente associado ao conceito de linhagem e ao nome (apelido) familiar (RODRIGUES, 2002, P. 13).

A casa se confundia assim, grosso modo, com um entendimento ampliado do que era a família naquele contexto, constituindo parte importante da compreensão que aqui se busca daquelas estruturas que definiam e organizavam aquela sociedade. Nesse sentido, em um texto mais recente, Martha Hameister propõe uma formulação que defina essa família colonial ampliada, a partir dos principais elementos constitutivos que a compõe:

Define-se, então, a família como sendo um conjunto de relações recíprocas, tanto simétrica como assimétricas, estabelecidas e normatizadas socialmente, das quais as mais visíveis e recorrentes são as relações de parentesco consanguíneo, afim e fictício. Tais relações são mutáveis, vinculam e estabelecem “lugares sociais” também mutáveis às pessoas que nelas são incluídas por critérios próprios, mas condicionados por valores e regras sociais, morais, religiosos, econômicos, políticos e afetivos próprios da época e do lugar em que ocorrem (HAMEISTER, 2014, p. 103).

Assim, a partir das propostas apresentadas por Hespanha e Hameister, pensamos que este entendimento sobre a família nos permitirá a melhor compreensão dos grupos familiares, em especial para o recorte temporal e geográfico estabelecido, especialmente por não pensa-la como dada a partir da existência de um grupo que coabita ou não um lugar, nem tampouco o parentesco como coisa dada a priori, e sim como um valor social, construído por regras sociais, religiosas e morais, e eleito por escolhas estratégicas, sejam elas afetivas, econômicas ou de qualquer outro tipo (Idem, p. 99).

Compadrio, estratégias e hierarquias sociais no Brasil setecentista

Dentre as temáticas relacionadas à família, a noção de compadrio e das redes que este formava, inseridas na dinâmica da sociedade colonial e tomadas enquanto elemento para compreensão das estratégias desenvolvidas nessa sociedade, vem ganhando destaque. Ao analisar o sistema de compadrio na região de Vila Rica (MG), Donald Ramos (2004) atenta para dois aspectos. O primeiro nota o destaque dado ao tema na literatura hispano-americana, enquanto a literatura especializada em português

sobre o tema à época era ainda escassa. A seguir, Ramos apresenta as duas correntes que discutem os aspectos espirituais e sociais envolvidos no batismo e suas relações subjacentes, como o próprio compadrio (RAMOS, 2004, p. 51).

A primeira destas correntes, fundada em uma interpretação antropológica estruturalista, oferece uma visão do batismo como um ritual de renascimento, onde “*o nascimento biológico, dominado pela mulher, é o resultado de um processo impuro que seria substituído por um nascimento ritualizado e puro em que pais novos são escolhidos*” (RAMOS, 2004, p. 51-52). Nesse contexto, o processo do batismo é compreendido pela sua função espiritual. O compadrio, nesta perspectiva, é entendido como uma instituição de parentesco ritual, assimétrica, que envolve relações de dom e contradom e estende às relações familiares dos envolvidos para o plano espiritual e metafísico.

O termo 'economia do dom', cunhado pelo francês Marcel Mauss em 1923, é usado para definir ações sociais de um indivíduo que tem uma contrapartida indireta. A concepção da dádiva, conforme Mauss, está estruturada em uma estrutura tripartida, que abrange não apenas o ato da doação, mas também a recepção e a restituição pelo beneficiado (MAUSS, 2018). Nesse sentido, João Fragoso (2000, p. 118) destaca como esta noção é adequada à compreensão das sociedades de regime colonial, onde o movimento de dar (a prática do dom) pressupunha também a expectativa de receber e retribuir, e deste modo estabelecer relações sociais cuja marca era o desequilíbrio e a dependência, características bastante marcantes em uma sociedade que era pensada continuamente em bases de diferenciação, hierarquia e privilégio.

A segunda perspectiva teórica que aborda estas relações adota uma interpretação funcionalista, compreendendo o batismo e a escolha dos padrinhos como “*uma maneira de construir laços sociais que funcionavam para integrar a comunidade em termos, ao mesmo tempo, horizontal e vertical*” (RAMOS, 2004, p. 51). Esta é a interpretação mais comum e que tem sido mais frequentemente adotada nos trabalhos recentes a respeito do compadrio, seja para a população livre ou cativa; todavia, estamos mais inclinados a concordar com a leitura proposta por Ramos, ao compreender estas mais como visões complementares do que necessariamente opostas. Assim, entende-se que a mesma instituição - o compadrio -, compreendida enquanto relação social e espiritual firmada entre os pais biológicos e espirituais de uma criança através de um ritual de batismo (no

caso, o católico), poderia cumprir funções tanto sociais como espirituais de maneira simultânea, especialmente quando levamos em conta as estruturas que coexistiam na sociedade em análise, como o clientelismo e a disseminação de uma cultura profundamente católica.

Surge, portanto, outro conceito importante para o esforço de compreensão a que nos propomos, que se refere ao construto de estratégia, cuja origem encontra-se igualmente nas teorias antropológicas. Também este terá uma abordagem distinta, a partir do paradigma que se adota para sua leitura. Pierre Bourdieu, na década de 1970, propõe, a partir de uma leitura estruturalista, uma noção de estratégia como instrumento de ruptura com um ponto de vista objetivista e com a ação do agente, fundamentalmente ligada ao conceito de *habitus*. Nesse contexto, Bourdieu pensa o *habitus* de forma avessa à antinomia indivíduo/sociedade, definindo-o como a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de suas disposições para sentir, pensar e agir.

falar de estratégias de reprodução não é atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, dentro de si mesmos, de perseverar. É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim [...]. Isto porque essas ações têm por princípio o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando, nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução (BOURDIEU, 1989, p. 386-387).

Por sua vez, Fredrik Barth, em um texto anterior e de viés funcionalista, entende a estratégia como um conjunto de "*ações planejadas, das decisões e das escolhas individuais*", considerando, assim, preferível realizar a análise da organização social em vez da estrutura social – tomando como central, todavia, o conjunto de uma infinidade de ações individuais como formadora desta organização (BARTH, 1959). Assim, percebemos que no centro do debate está a atuação subjetiva do indivíduo e a importância que cumpria à sua atuação racional, frente a uma atuação diluída e até mesmo inconsciente, tomada assim como *habitus*, em contraponto.

Conforme apontam Vainfas et. al. (2000, p. 126), padrinho e madrinha se tornavam, no catolicismo, pais espirituais do batizando, estabelecendo parentesco espiritual com os pais carnis. Mas a utilização histórica do rito transcendia o significado religioso. Estar compadre de alguém também significava estar "*em boa amizade*".

Relatos coevos aludem à extrema importância dada na sociedade colonial às relações de compadrio, havendo registro de parentes consangüíneos preferirem se intitular de compadres, dado o prestígio desta relação. [...] No período colonial, padrinho também era referido no sentido de protetor, aquele que intercede por alguém em certas circunstâncias. (Idem)

Seja para a comunidade livre ou escrava, a prática do compadrio era uma entre as estratégias de que lançavam mão os agentes sociais, cumprindo o papel importante de criar ou reforçar laços. Tal como uma política de casamentos bem planejada (que era outro mecanismo importante nas estratégias familiares de então), o compadrio possibilitava às famílias envolvidas a construção de alianças baseadas no acesso a proteção, favores e privilégios (PEDROZA, 2008, p. 86). Essa é uma perspectiva reiterada em outros estudos, entre os quais destacamos os trabalhos de Ramos (2004), Venâncio et. al. (2006), Kuhn (2006), Hameister (2006; 2010), Brügger (2007) e Farinatti e Vargas (2014), para citar alguns.

Ramos aponta uma dupla estratégia observada na escolha de padrinhos e madrinhas para a região de Vila Rica (MG) no século XVIII. A escolha dos compadres normalmente recaía sobre homens de status semelhante ou superior, demonstrando uma estratégia de criação de vínculos com iguais que buscava estender os laços sociais. As madrinhas, por outro lado, eram comumente escolhidas entre mulheres da família, em movimento projetado de modo a reforçar laços familiares; a escolha dos padrinhos cumpria, assim, uma função dupla, de criar novos laços e reforçar relações existentes, gerando uma imagem de várias teias ou redes sociais entrelaçadas (RAMOS, 2004, p. 59). Essas práticas coadunam com aquilo que João Fragoso apontou como as diretrizes básicas de atuação de qualquer grupo, especialmente a elite, na formação de suas redes sociais: buscar aliados entre estratos sociais com mais recursos, reafirmar pactos de amizade entre seus semelhantes, e formar uma clientela a partir das relações com subalternos (FRAGOSO, 2010, p. 83).

Mas o estabelecimento de relações entre ‘compadres’, ‘comadres’ e afilhados não deve ser visto, é importante que se diga, como sinônimo de uma rede de ‘iguais’, ainda que os envolvidos tivessem status social, por vezes, semelhante. De acordo com Venâncio et. al., em um contexto de elevada hierarquia social, o compadrio tornava-se mais um elemento legitimador das relações de poder internas ou externas aos grupos sociais, surgindo assim às noções de “*amizade desigual*” e “*intermediários sociais*”, servindo as redes de compadrio como base para o estabelecimento de complexas teias de favorecimento e fidelidade:

na sociedade da época, a noção de ‘prestígio’ vinculava-se à capacidade de dispor de recursos [...], gerando assim uma ‘economia de favores’, de dom e contra-dom; em outras palavras, de reciprocidade social envolvendo desiguais. Ao benfeitor cabia conceder e ao beneficiado cabia ser fiel, não sendo esse gesto visto como um desvio da ‘norma’, mas sim como sua corporificação. (VENÂNCIO et. al., 2006, p. 274)

Esta questão também foi apontada por Sílvia Brügger, que indicou o esforço pela realização de alianças verticais, ou alianças "*para cima*", onde os pais buscavam como padrinhos sujeitos de hierarquia social superior ou semelhante, como estratégia social para obtenção de benefícios, prestígio ou segurança (BRUGGER, 2007, p. 285). Assim, pais cativos ou forros apareciam nos livros de batismo pesquisados pela autora muito mais frequentemente estabelecendo relações de compadrio com cidadãos livres, enquanto nas famílias livres as associações se estabeleciam preferencialmente com outras famílias livres, de estrato social e econômico semelhante ou superior (Idem, p. 286-292).

Essa afirmação precisa ser entendida em seu contexto mais amplo, qual seja, o contexto de hierarquização social das sociedades de Antigo Regime. Ao pensar a instituição do compadrio para esta freguesia sul-brasileira do século XVIII, é preciso compreender a dinâmica social na qual esta sociedade estava inserida e que governava esta e outras relações. Conforme aponta Giovanni Levi, as sociedades de Antigo Regime eram governadas pela "*justiça distributiva*", isto é, "*por uma justiça que aspira a garantir a cada um o que lhe corresponde segundo seu status social*"⁸ (LEVI, 2009, p. 53). Neste contexto, as relações engendradas pelos atores sociais estavam atravessadas pela ideia de equidade (Idem), que aqui deve ser entendida como fundamentalmente distinta do conceito contemporâneo de igualdade: em um corpo social que baseava suas relações em uma estratificação rígida e costumeira, a equidade social cimentava a noção de uma sociedade de desiguais, onde a atuação de seus membros estava pautada pela busca de distinções e privilégios.

A busca por uma permanente diferenciação social, portanto, era o motor que movia as relações que se estabeleciam naquela comunidade, consistindo em diferentes

⁸ Giovanni Levi propõe pensar conceitos como reciprocidade, equidade e justiça distributiva para sociedades que se desenvolveram no contexto do Antigo Regime mediterrâneo. Contudo, estamos inclinados a concordar com o que propõe autores como Frago (2010) e Hespanha (2007), ao pensar estes como extensíveis às sociedades que se desenvolveram no Atlântico Sul, na medida em que estas últimas buscavam mimetizar algumas das práticas que imprimem significado ao conceito de Antigo Regime, em especial a hierarquização que atravessava as relações presentes nessas sociedades.

estratégias de que lançavam mão cada um dos agentes sociais, de acordo com sua posição e as oportunidades disponíveis, mas também considerando a família a que estavam ligados, posto que a agência naquela sociedade se relacionava mais às famílias e grupos do que aos indivíduos (HEPANHA, 1993, p. 951-952).

Uma dessas estratégias era o casamento. Conforme lembra Michelle Selister, no Brasil Colônia o casamento estava bastante ligado às políticas de povoação do território por parte da Coroa Lusa, tendo em vista a necessidade de se ‘preencher as terras’ com famílias leais à Monarquia Portuguesa. Nesse sentido, para além de se constituir enquanto importante sacramento católico, o casamento também cumpria um papel de manutenção da ordem e organização social (SELISTER, 2014, p. 54). Mas, para além disso, uma política acertada de matrimônios constituía, também, uma estratégia importante para a reprodução social das elites coloniais, enquanto instrumento de consolidação de prestígio e poder.

Através do casamento, grandes famílias formaram alianças que garantiram sua reprodução na sociedade colonial, assegurando a manutenção de seu *status* nas hierarquias sociais, bem como sua sobrevivência material. A importância dessa política matrimonial já foi demonstrada em diversos trabalhos⁹, onde se destaca a realização de uniões intraelites, privilegiando-se a escolha de noivos dos estratos mais abastados, seja por seu prestígio – no caso das nobres famílias de conquistadores, detentoras de terras e escravos –, seja por sua fortuna – nos frequentes casos em que membros do primeiro grupo se uniram a ricos comerciantes, com ganhos para ambas as partes.

Para além dos casamentos, conforme apontam Hameister e Gil, as estratégias dos grupos familiares do Brasil setecentista também passavam pelo investimento em certas atividades que poderiam conferir prestígio e *status* social elevados. Dentre estas, os autores destacam “o investimento em certas carreiras”, tais como o clero ou a prática da Medicina, bem como o exercício de mando em “atividades militares ou de milícia em áreas de posse não totalmente consolidada”, fossem estas nas tropas de Ordenanças, auxiliares ou regulares (HAMESITER e GIL, 2007, p. 285). Esta última estratégia está intimamente ligada ao ideal de ‘Conquista’, elemento estruturador das

⁹ Para não sermos exaustivos, vamos citar apenas alguns trabalhos que utilizamos ao longo deste texto, tais como os de Sheila Faria (1998); Silvia Brügger (2002); Fábio Kuhn (2006); Martha Hameister e Tiago Gil (2007); João Fragoso (2010), entre outros.

hierarquias sociais dessa sociedade colonial, conforme referido em seção anterior, e que conforme apontam Hameister e Gil, eram um elemento de primazia reconhecido por ambas as Coroas ibéricas na distribuição da riqueza e poder em seus domínios ultramarinos (Idem, p. 288).

Desta forma, a manutenção desta intrincada estrutura hierárquica, reproduzida nas terras do Continente de São Pedro porque trazidas pra cá por seus povoadores, implicava na mobilização de diferentes estratégias sociais que visavam não apenas a obtenção de riqueza material, mas principalmente o acúmulo de *status* e prestígio, especialmente pelas famílias principais da terra. Assim, conforme lembram Hameister e Gil,

[as] práticas de Antigo Regime, tais como o sistema de distribuição de mercês da Coroa, a composição de uniões endogâmicas e exogâmicas das famílias com nobreza – de sangue ou por direito de conquista –, relações de compadrio e outras alianças que criavam vínculos de reciprocidade como fomentadoras da hierarquia social lusa, encontraram solo fértil nas aventuras de conquista e reconquista dos territórios meridionais (Idem, p. 290).

Nessas circunstâncias, é possível pensar o compadrio como parte de uma estratégia de atuação que buscava favorecer a posição de um indivíduo ou grupo frente a seus semelhantes, atuação esta que era permanentemente pensada enquanto exercício de diferenciação. Tal pode ser percebido, inclusive, nas fontes que chegaram até nós, onde parte deste esforço pode ser identificado. João Fragoso vê um exemplo disto em fontes paroquiais do Rio de Janeiro no século XVIII:

Através do estudo das freguesias rurais do Rio de Janeiro é possível recuperar aspectos de tal hierarquia nas categorias usadas pelos clérigos das freguesias para classificar seus paroquianos. Eles recorriam, entre outros procedimentos, a patentes de ordenanças, a títulos de dona, a qualitativos jurídicos como forro, a qualitativos sociais como pardos ou ainda a expressões como “assistente de casa”. (FRAGOSO, 2009, p. 165)

Para os registros de Viamão identificamos idêntico expediente, tendo os clérigos da região tomado o cuidado de indicar distintivos tais como patentes militares e religiosas, condições sociojurídicas tais como escravo, forro ou administrado, o local de nascimento, bem como o distintivo ‘dona’ para as esposas e filhas de potentados locais.

Esse cuidado por parte dos párocos não acontecia por acaso. João Fragoso aponta como a organização da sociedade e da República durante o período da conquista esteve profundamente marcada por práticas costumeiras, construídas pelas regularidades das sociabilidades locais, e por uma concepção corporativa, advinda de uma orientação valorativa calcada em elementos do Velho Mundo. A materialidade dessas práticas, por sua vez, teria se dado na forma de relações de clientela e de parentesco consanguíneo e

fictício, forjando um idioma de relações de dependência que atravessava toda aquela sociedade (FRAGOSO, 2010, p. 248-9).

A importância de quem registra os batismos: os padres da freguesia de Viamão

Outra questão que reforça essa prática, a nosso ver, é a própria inserção desses párocos nas hierarquias e normas sociais da época. Como agentes de seu tempo, não raro esses religiosos eram oriundos de famílias potentadas – quando não eram eles mesmos proprietários de terras e escravos, conforme podemos constatar para a localidade de Viamão. Para o período abrangido por nosso estudo, os dois principais vigários encarregados pela administração dos sacramentos na localidade foram José Carlos da Silva e Baltazar dos Reis Custódio, além de haver um número considerável de religiosos que ministraram batismos por ausência ou comissão do pároco titular, com destaque para o padre Thomas Clarke, que aparece com bastante frequência nos registros.

Os dois primeiros párocos designados para a freguesia permaneceram pouco tempo aí. Antônio Sampaio, natural de Paranaguá, tomou posse em 1748 e, já no ano seguinte, partiu. Seu substituto foi o paulista Manoel Luís de Vergueiro, que também permaneceu por um ano, apenas. No ínterim de vacância do padre titular, Viamão chegou a ser atendida pelo pároco de Laguna, Mateus Pereira da Silva, que chega a ser mencionado nos róis da freguesia como proprietário de um fogo no Morro de Santa Ana, dentro ou nas proximidades da fazenda de João Antunes, onde assistiam, ainda, um sobrinho e dois escravos (RUBERT, 1994, p. 72), e aparece eventualmente ministrando os sacramentos para a comunidade local durante os próximos anos. O padre é ainda mencionado por Fábio Kuhn como partidário do bando dos Brito Peixoto em Laguna, motivo pelo qual teria sofrido perseguições do governo local, além de acusações sofridas junto ao governo do Rio de Janeiro (KUHN, 2006, p. 73). Mais tarde, o padre Mateus foi transferido para a localidade de Rio Pardo.

Apenas na década seguinte Viamão recebeu um padre que aí permaneceu por um período maior de tempo. O padre José Carlos da Silva era natural da localidade de Itu, capitania de São Paulo, e antes de ser designado vigário da nascente freguesia de Viamão já havia desempenhado a função de pároco e capelão militar na freguesia de Rio Grande, desde os idos de 1738. Em Viamão, o padre permaneceu no período de

1750 a 1763. Segundo Arlindo Rubert, o padre possuía terras na parte setentrional do Continente, povoadas com animais e lavouras¹⁰, das quais parecia se ocupar frequentemente, o que é indicado por sua ausência corriqueira na capela, que pode ser notada no lançamento dos registros. Rupert cita, inclusive, que o padre José Carlos teria ‘dado mau exemplo’ no pagamento de tributos sobre a passagem de gados de sua fazenda pelo Registro de Viamão, tendo sido “procurado para que os satisfizesse, mas com pouco resultado porque se escondias” (RUBERT, 1994, p. 61).

Quando o pároco titular se ausentava da freguesia, ou quando não estava presente no local de uma cerimônia, era comum que atribuísse suas funções a outro representante da Igreja. Nos registros de Viamão – especialmente para a década de 1750 – essas atribuições foram desempenhadas especialmente pelo padre Thomas Clarke, escrivão da Vara eclesiástica também proprietário de um fogo com escravos na região (o número de cativos do padre variou de 7 a 10 entre o início e o fim da década). Nascido em Portugal por volta de 1700, o padre Clarke seria designado nos anos seguintes para a freguesia de Triunfo, onde permaneceu até sua morte, em 1779. Note-se, ainda, que por ocupar o cargo de escrivão no início da década de 1750, o padre Clarke também foi o responsável pela lavratura de diversos documentos eclesiásticos na freguesia – inclusive por parte dos lançamentos nos róis da década de 1750, conforme nota a historiadora Vanessa Campos, responsável pelo traslado dos róis que utilizamos para este trabalho.

Em finais da década de 1760 o padre José Carlos da Silva seria substituído pelo pároco Baltazar dos Reis Custódio, nascido na capitania do Rio de Janeiro e, presumivelmente, bem mais jovem, tendo em vista ter sido ordenado há poucos anos (RUBERT, 1994, p. 73). O padre Baltazar chegou a enfrentar diferenças com alguns franciscanos que atuavam na freguesia em seus primeiros anos, retornando em 1771. Na sua gestão, foi ainda erigida à capela de São Francisco do Porto dos Casais, que daria origem à cidade de Porto Alegre, e foi desmembrada e Viamão em 1772. O padre

¹⁰ Nos róis da década de 1750 não encontramos menção ao fogo do Padre José Carlos da Silva, de modo que não nos foi possível identificar se este possuía escravos. Acreditamos que isto se deva à corrosão dos primeiros registros dos róis, pois era comum que o pároco responsável pelo levantamento das almas da freguesia começasse os lançamentos pelo próprio fogo. Todavia, é certo que o padre possuía, ao menos, duas índias administradas, que são mencionadas no I Livro de Casamentos da Freguesia. Ainda, considerando o padrão encontrado para os outros padres residentes na região, é provável que o pároco possuísse ao menos uma pequena escravaria.

Baltazar foi transferido para outra localidade em 1773, coincidindo com o fim do recorte temporal adotado para este trabalho.

Outro aspecto interessante a se notar é a presença desses párocos junto a pia batismal na qualidade de padrinhos, mesmo considerando a proibição que as Constituições Primeiras impunham a esse tipo de relação. O mais discreto dos párocos de Viamão foi o padre Baltazar Custódio, que no início da década de 1770 batizou duas crianças, filhos dos potentados Domingos Gomes Ribeiro e Pedro Lopes Soares. O escrivão da freguesia, padre Clarke, chegou a batizar sete crianças em Viamão, também filhos de potentados locais, além da filha natural de uma escrava. Mas nenhum deles superou o padre José Carlos da Silva, que durante sua permanência em Viamão batizou 17 crianças, filhas de diversos proprietários de terras na região, especialmente de famílias provenientes da região de Laguna, precursoras do povoamento local, tais como os Pinto Bandeira.

Como se vê, portanto, essas pessoas estavam bastante integradas aos hábitos e normas daquela comunidade, e assim contribuía também para a sua reprodução. Assim, a partir dos elementos apresentados até aqui, buscamos pensar nas próximas páginas de que forma as redes de compadrio podem ajudar a evidenciar e refletir sobre as formas de sociabilização e sobre o modo como as hierarquias sociais atravessavam as relações presentes naquela sociedade.

CAPÍTULO 1 - Apresentando o método de Análise de Redes Sociais

O método adotado neste trabalho, chamado Análise de Redes Sociais, envolve um conjunto de técnicas e conceitos oriundos de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento que, por vezes, são pouco conhecidos dos historiadores (embora o uso deste método não seja inédito em trabalhos históricos). Mais que isso, como pudemos perceber nas leituras realizadas durante nossa pesquisa, é um método apropriado por pesquisadores sociais de forma muitas vezes metafórica ou instrumental, sem uma preocupação mais efetiva em discutir sua apropriação. Por este motivo, entendemos ser importante dedicar este capítulo a uma revisão mais sistemática da análise de redes, não só apresentando o método e sua história, mas discorrendo sobre suas ferramentas, conceitos e estatísticas de análise (ainda que de forma muito introdutória), a fim de oferecer ao nosso leitor uma melhor compreensão das reflexões produzidas nos próximos capítulos.

A Análise de Redes Sociais é uma metodologia que se dedica ao estudo dos diferentes tipos de interação entre indivíduos, tendo se originado a partir de estudos e conceitos originados em diferentes áreas do conhecimento, tais como a Antropologia, a Psicologia Social, a Sociologia Estrutural e a Matemática.

Transitando por diferentes paradigmas e disciplinas, a ideia de rede social fomenta uma multiplicidade de abordagens e compreensões. De forma mais geral, podemos tomar uma rede social enquanto um “*conjunto finito de atores e a(s) relação(ões) que se estabelecem entre eles*” (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 4). A Análise de Redes Sociais (do inglês SNA - *Social Network Analysis*), por sua vez, consiste em um campo multidisciplinar, que propõe um estudo sistemático de redes representadas graficamente, tomadas enquanto representações das estruturas de relacionamento que pessoas ou organizações estabelecem entre si.

De modo geral, os estudos de Jacob Moreno, na década de 1930, são apontados como a origem dos principais conceitos que mais tarde formariam a base da Análise de Redes Sociais. A partir de seus estudos, Moreno lançou as bases da sociologia estrutural e criou o sociograma, ferramenta que apresenta sob a forma de um gráfico as várias

relações entre os sujeitos que compõe um grupo, representando uma importante inovação para época (BEAUGUITTE, 2017, p. 7). Em sua obra *Who shall survives?* (publicado originalmente em 1934), Moreno estabelece os pressupostos teóricos da sociometria, definida como uma “*técnica experimental [...] obtida através da aplicação de métodos quantitativos [...] que investigam a evolução e organização dos grupos e a posição dos indivíduos dentro deles*” (MORENO, 1953, p. 39). Contudo, conforme aponta Beauguitte (2017, p. 7-8), a tecnologia da época não permitia, ainda, o desenvolvimento de cálculos avançados, de modo que algumas das propostas apresentadas no livro seriam desenvolvidas apenas décadas depois.

O sociograma, precursor do grafo utilizado na SNA contemporânea, é a representação visual da rede, no qual os atores são apresentados como nós, e suas relações são representadas como linhas que ligam esses nós. O principal interesse de Moreno era medir as relações dos grupos, compreendendo como esses conjuntos de atores eram estruturados. O autor também foi o primeiro a utilizar o termo “redes” para se referir às redes de relações interpessoais entre indivíduos e o estudo destas como objeto de análise (MORENO, 1953).

Outro elemento essencial para o desenvolvimento da SNA é a chamada Teoria dos Grafos. Se, por um lado, a Sociometria focava na estrutura social como mecanismo de compreensão da dinâmica de grupos, foi na teoria dos grafos que a SNA encontrou formas mais sistemáticas de medida e compreensão dessa estrutura (Idem). A teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto e suas conexões.

O artigo de Leonhard Euler, publicado em 1736, sobre o problema das sete pontes de Königsberg, é comumente considerado a pedra fundamental dessa área de estudos. No século XVIII, havia na cidade de Königsberg (atual Kaliningrado, na Rússia) um conjunto de sete pontes que cruzavam o rio Pregel, conectando as duas ilhas que formavam a cidade. Na época, foi proposto uma espécie de desafio matemático, onde era discutida a possibilidade de se atravessar todas as pontes da cidade em um único trajeto, sem que nenhuma ponte fosse repetida. Desbancando o mito popular que postulava essa possibilidade, Leonhard Euler provou que não existia caminho que levasse a tal feito, lançando as bases da moderna teoria dos grafos em seu *Solutio Problematis ad Geometriam Situs pertinentis auctore*, publicado em 1736.

Avançando na utilização do conceito de redes na área das ciências sociais, outros trabalhos, em especial na área da Antropologia Social, passaram a utilizar o conceito de rede na década seguinte. Radcliffe-Brown (1940) percebia a sociedade como uma rede ‘total’ na qual todos os seus membros estão imersos, de modo que a sociedade seria caracterizada enquanto uma rede de relações institucionalmente controladas e definidas. Com uma proposta inspirada na antropologia francesa, Brown desenvolveu a ideia de estrutura social, que por sua vez consistiria de “*uma rede de relações entre indivíduos e grupos de indivíduos*” (RADCLIFFE-BROWN, 1952, p. 43). As propostas desse autor seriam retomadas e influenciaram vários trabalhos nas décadas seguintes, especialmente pela chamada Escola de Manchester, liderada por seu discípulo Max Gluckman, no Reino Unido (MOUTOUKIAS, 1995, p. 228).

Contudo, conforme observa Boissevain (1987), o modelo proposto por Brown era bastante engessado, falhando ao desconsiderar as constantes mudanças a que estão submetidas às relações sociais. Outros autores, tais como Claude Lévi-Strauss (1940), e Max Gluckmann (1954) também trabalharam com o conceito de redes em suas obras, mas de forma quase sempre metafórica.

Foi somente na década de 1950 que John Barnes retomou as premissas da sociometria e avançou em uma proposta mais sistemática do que poderíamos chamar, mais apropriadamente, de análise de redes sociais. Barnes desenvolveu uma das primeiras tentativas de definir o conceito de rede nos moldes assumidos pelo termo na SNA contemporânea. De acordo com o autor, rede é um campo social no qual cada sujeito está em contato com outros sujeitos, podendo haver alguns deles em contato mútuo e outros não (BARNES, 2003, p. 127).

Cada pessoa tem uma série de amigos e esses amigos têm seus próprios amigos, alguns dos quais se conhecem entre si e outros não. [...] a imagem que tenho na cabeça está formada por um conjunto de pontos, alguns dos quais estão conectados por linhas. Os pontos da imagem são pessoas e, em ocasiões, grupos, e as linhas indicam quais pessoas interagem mutuamente. (BARNES, 2003, p. 127)

Barnes é considerado o primeiro autor a utilizar, em um contexto acadêmico e de forma analítica, o termo “*social network*”. Embora o termo já tivesse sido utilizado nos trabalhos de Radcliffe-Brown, Barnes decidiu utilizá-lo em conjunto com o tipo de gráfico que havia sido popularizado pelo trabalho de Moreno – os sociogramas, produzindo as primeiras análises em termos de redes.

Precursora, a proposta de Barnes apontou caminhos para o refinamento da noção de rede. A partir desta retomada, os estudos a respeito das redes experimentariam um desenvolvimento mais acelerado, desenvolvendo-se a partir dos estudos de dois grupos distintos.

1.1. Manchester x Harvard: duas tradições da Análise de Redes Sociais

A partir dos anos 1960, o desenvolvimento da SNA segue duas orientações distintas, tanto geográfica quanto metodologicamente. Enquanto autores como John Barnes, Frederik Barth, Elizabeth Bott e James Clyde Mitchell desenvolveram uma abordagem notadamente qualitativa no departamento de Antropologia da *Manchester University*, UK, outro grupo, liderado por Harrison White, da *Harvard School* (USA), adotou uma aproximação de cunho mais formalista e focado na padronização matemática.

De acordo com Laurent Beauguitte (2017, p. 8-9), o grupo de Manchester destacou-se por seu caráter precursor. Na esteira do trabalho de Barnes (1954) James Mitchell estreitou a relação entre a representação gráfica de rede – tal qual observada pelo primeiro – e sua aplicação na análise social. Mitchell utilizou de seu conhecimento da teoria dos grafos para tentar unificar os métodos de delimitação, estudo e análise de redes sociais existentes nos anos de 1960 – e que haviam se espalhado nos estudos antropológicos europeus - coordenando em 1969 uma coletânea de textos junto a seus companheiros da Escola de Manchester (MOUTOUKIAS, 1995, p. 228).

Consoante o autor, uma rede passava a ser entendida enquanto um conjunto específico de vínculos instituído em um conjunto definido de pessoas – com a propriedade adicional de que as características desses vínculos poderiam ser usadas para interpretar o comportamento social das pessoas implicadas (MITCHEL, 1969). Conforme apontam Ponce Leiva e Amadori (2008, p. 20), essa passou a ser a definição mais usual para o conceito de redes, a partir do entendimento de que o estudo das características desses vínculos poderia ser utilizado para interpretar o comportamento social dos atores envolvidos.

Contudo, apesar do caráter pioneiro, e de terem contribuído para a conceptualização mais aceita do termo ‘rede social’, esse grupo não conseguiu, conforme aponta Beauguitte, consolidar uma proposta metodológica de fácil

reprodução. Desta forma, as métricas e métodos formais mais disseminados nos trabalhos envolvendo a SNA nos dias de hoje foram desenvolvidos por outro grupo, que no mesmo período estava situado do outro lado do Atlântico, em Cambridge, Estados Unidos.

O grupo liderado por Harrison White, em Harvard, notabilizou-se por uma abordagem bastante focada na formalização matemática, na padronização de medidas e na adoção de ferramentas computacionais. Entre um dos trabalhos mais destacados do grupo está o desenvolvimento do software de redes Ucinet¹¹, lançado em 1980 pela equipe coordenada pelo professor Linton Freeman e ainda hoje largamente utilizado em trabalhos na área. Além disso, a equipe de Harvard foi responsável pela proposição e sistematização da maior parte das métricas utilizadas na análise de redes, concentrando nos anos de 1970 diversas teses que foram centrais para o estabelecimento deste método; entre outros, podemos citar os trabalhos de Bonacich, Breiger, Granovetter, Fisher, Levine e Wellman (BEAUGUITTE, 2017, 8-9).

Entre esses trabalhos, a contribuição de Mark Granovetter e sua discussão sobre os laços fortes e fracos traz uma importante contribuição para as discussões referentes às ligações reticulares, ao diferenciar os dois tipos de vínculos que podem se apresentar no interior de uma rede. Enquanto os primeiros seriam aqueles que expressam maior proximidade entre os indivíduos, os segundos apontariam para um maior grau de afastamento. Os laços fortes, no entendimento do autor, representariam relações mais íntimas, marcadas por uma possibilidade maior de acesso a benefícios, auxílios ou privilégios, enquanto os laços fracos ofereceriam aos indivíduos acesso a informações que poderiam não estar disponíveis em suas relações mais próximas.

os indivíduos com poucos laços fracos estariam privados das informações procedentes de partes distantes do sistema social e acessariam só as limitadas notícias e opiniões de seus amigos íntimos. (GRANOVETTER, 2003, p. 197)

O estudo das redes avança consideravelmente nos anos de 1990, passando a haver um esforço mais sistemático para a elaboração e definição de um arcabouço teórico que lhe dê sustento. De acordo com Linton Freeman, a análise de redes sociais

¹¹ Criado por Linton Freeman em 1980, o software Ucinet assegurou a sustentabilidade do paradigma que se tornou clássico na SNA. As medidas e técnicas propostas permanecem amplamente utilizadas até hoje, inclusive na História. Além disso, esse grupo foi responsável pelo estabelecimento de um vocabulário padronizado, contribuindo para a elaboração dos primeiros manuais de análise de redes.

passa a ser compreendida como uma “coleção mais ou menos precisa de conceitos e procedimentos analíticos e metodológicos que facilita a coleta de dados e o estudo sistemático de pautas de relações sociais entre as pessoas” (FREEMAN, 1992, p. 12), de modo que a SNA passa a figurar mais frequentemente em estudos da área de humanidades. Também é nesse período que aparecem os primeiros estudos históricos que utilizam esta ferramenta, com destaque para os estudos de José Maria Imízcoz Beunza, Zacarias Moutoukias, Maurizio Gribaudo, John Padgett, Christoffer Ansell, entre outros.

A partir da aproximação com a Antropologia e a renovação dos paradigmas da História Social, vários trabalhos históricos passam a se beneficiar do instrumental teórico-conceitual proposto pela discussão das redes, incorporando essas propostas ao estudo de processos migratórios, redes de comércio, relações entre elites e suas redes clientelares, relacionamentos familiares, entre outros temas.

Finalmente, com o avanço e disseminação do método de análise de redes entre os estudos históricos, já nos anos 2000, cunha-se o termo *Historical Network Research* (HNR)¹², um campo de estudos que aplica a análise de redes a estudos de séries documentais diversificadas, tais como correspondências, documentação notarial ou registros eclesiásticos, buscando problematizar as relações estabelecidas entre atores históricos e seus diversos vínculos - familiares, comerciais, institucionais, entre outros. Trabalhos nesse campo compartilham a compreensão de que métodos formais derivados da análise de redes podem ser proveitosamente aplicados também a corpos selecionados de registros históricos, oferecendo ao pesquisador novas possibilidades de análise e crítica de suas fontes, e rompendo assim com uma tendência anterior em estudos históricos de utilizar o conceito de rede de forma metafórica, sem o recurso efetivo ao instrumental proporcionado pela SNA (PONCE LEIVA e AMADORI, 2008, p. 21; LEMERCIER, 2015, p. 282).

¹² O site <http://historicalnetworkresearch.org/> reúne extensa bibliografia, focada na utilização da análise de redes na disciplina de História, além de promover, a partir de 2017, a publicação de um periódico especializado no tema (o site está em inglês, mas disponibiliza bibliografia também em francês e alemão).

1.2. Análise de redes: conceitos, técnicas e métricas utilizadas.

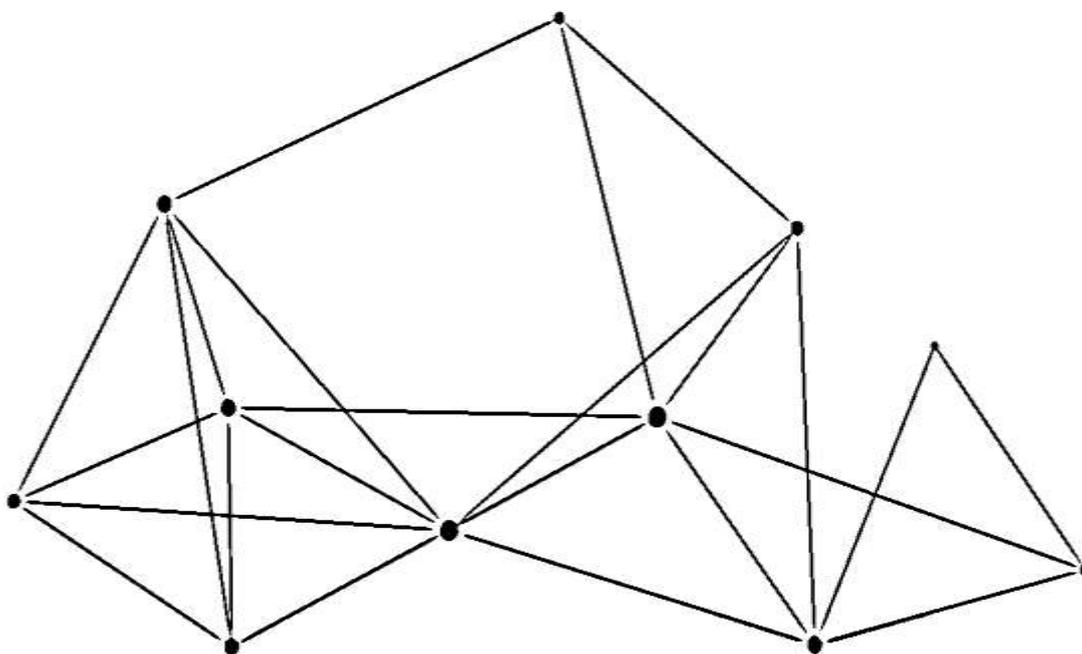
De acordo com Bertrand (2012, p. 61), a noção de rede social remete a uma estrutura construída com base nas relações existentes entre indivíduos. Desta forma, as interações no interior da rede proporcionam aos atores posições no grupo social que podem ser mais ou menos vantajosas e lhes dar acesso a diferentes valores. A análise de redes sociais, desse modo, trabalha com a representação gráfica desses grupos, que são analisados a partir das medidas de suas propriedades estruturais.

Essa noção, por sua vez, remete a uma primeira caracterização da rede em termos morfológicos, onde essa estrutura pode assumir um formato egocentrado (construída em torno de um indivíduo) ou polinodal (que evidencia a existência de relações fragmentadas, organizadas em torno de um ou vários núcleos). Assim, conforme aponta Fioravante (2013, p. 222), o estudo desses vínculos busca evidenciar a capacidade de cada ator social manipular o conjunto de suas ligações com o intuito de satisfazer seus interesses e necessidades. Essas relações são influenciadas pelo posicionamento do indivíduo na rede (central ou periférico), seu acesso a recursos, a intensidade dos relacionamentos, a densidade da rede, entre outros fatores (PONCE LEIVA e AMADORI, 2008, p. 22).

A primeira etapa da análise de redes é a criação do que chamamos matriz de adjacência, em que linhas e colunas representam os atores sociais envolvidos em determinada relação e contexto históricos (PANDOLFI & BUENO, 2014, p. 2). Nessas matrizes, são estipuladas as relações entre os atores do grupo analisado. A elaboração das matrizes e seus grafos¹³ correspondentes é parte fundamental deste método. Cada matriz e seu grafo correspondem a uma espécie de instantâneo dos relacionamentos do grupo em análise. Contudo, há de se considerar que esse “instantâneo” das relações sociais não aponta para a existência de relações estanques: pelo contrário, é preciso levar em conta as dinâmicas que envolviam as mesmas. Nesse sentido, Ponce Leiva e Amadori chamam atenção para o fato de que as redes podem sofrer mudanças em suas configurações ao longo do tempo: “*as redes, longe de serem estáticas, confiáveis e duradouras, estão sujeitas a mudanças e contingências que nos falam sobre sua vulnerabilidade*” (PONCE LEIVA e AMADORI, 2008, p. 30).

¹³ Grafo é o termo utilizado na SNA para designar a representação gráfica das redes.

Os grafos são representações formadas pelas unidades de análise (pessoas, organizações) e pelas relações estabelecidas entre elas, que são representadas por pontos (nós) e linhas, respectivamente. Os nós da rede podem representar tanto um indivíduo quanto uma organização, categoria ou grupo. Assim, em um determinado estudo, os nós podem representar pessoas, e em outro, grupos de pessoas, dependendo do objeto de análise do pesquisador. Na maioria dos casos, todos os nós de uma rede representam uma mesma categoria (indivíduos ou grupos), formando o que chamamos de redes de um modo (*one mode network*).



Grafo 1: Exemplo de um grafo não-direcionado: nós e ligações

As redes também são formadas por linhas (também chamadas arcos ou conexões). Essas linhas indicam algum tipo de relação social entre os diferentes nós da rede, podendo contar, ainda, com setas, que indicam o sentido das ligações estabelecidas, ou omitindo essas setas, quando tratamos de relações recíprocas. Dessa forma, pode haver dois tipos de grafos: grafos direcionados (quando utilizamos setas para mostrar a ‘direção’ das relações) ou grafos não direcionados.

Um grafo direcionado é aquele na qual as relações assumem um sentido, uma direção. A opção por um grafo direcionado ocorre quando as relações estabelecidas em uma rede não se dão entre iguais (ou não têm o mesmo peso). Um exemplo seria a representação em uma rede das relações de compadrio de uma família ou comunidade, tendo em vista as complexas normas de reciprocidade e desigualdade que atravessam

estas relações. Por outro lado, uma rede também pode ser não-direcionada, ou seja, suas conexões não possuem direção ou sua direção não importa. Poderíamos citar como exemplo uma rede de acionista de uma sociedade anônima: se A é sócio de B nesta empresa, então B também será sócio de A, não importando o sentido da relação (a menos que seja do interesse do pesquisador estabelecer uma direção, um peso nessa relação). Em suma, cabe ao pesquisador o importante papel de conhecer os atores e relações que compõem o *corpus* de sua pesquisa, a fim de definir o tipo de grafo a ser utilizado.

Para além da elaboração das matrizes e a geração dos respectivos grafos, outra contribuição fundamental deste método é a produção dos coeficientes ou estatísticas de análise, denominadas métricas, que permitem evidenciar algumas das características dessas redes, colocando em evidência alguns tipos de relação que se estabelecem, ou destacando a atuação de um determinado agente no grupo a partir da posição por este assumida. Essas métricas cumprem papel fundamental para a análise, tanto quanto o recurso gráfico proporcionado pelos softwares de análise de redes. Assim, a fim de contribuir para a compreensão das redes que serão analisadas neste trabalho. Apresentamos brevemente, na seção a seguir, alguns conceitos e métricas que serão utilizadas nos próximos capítulos, a fim de facilitar sua compreensão para o nosso leitor.

1.3.Métricas gerais ou métricas de rede

Existem dois tipos de métricas a ser consideradas na SNA: as métricas de rede e as métricas dos nós. As métricas de rede são aquelas que indicam características da rede como um todo. Assim, são usadas para extrair características gerais da estrutura observada, tais como sua densidade, tamanho e componentes conectados. Já as métricas dos nós são aquelas relacionadas aos agentes da rede, que vão caracterizar os nós de modo individual. Elas calculam a posição de cada nó ou agente a partir de vários aspectos, tais como sua posição, suas relações e sua importância frente aos demais participantes.

Dentre as métricas gerais de uma rede, uma das mais simples e mais frequentemente utilizadas é a densidade da rede (*Density*, também representada pela letra grega Δ). A densidade de um grafo indica a intensidade das relações estabelecidas

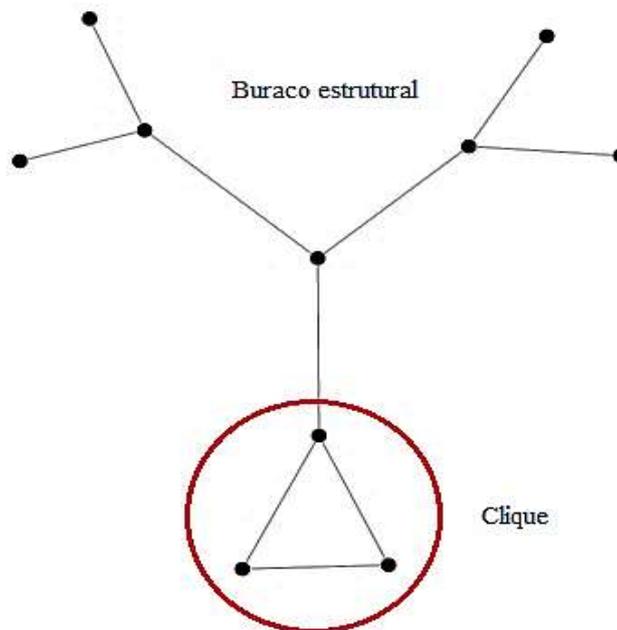
em uma rede, estando relacionada ao número de conexões presentes no grafo em relação ao número total de conexões possíveis. Assim, calcula-se a densidade de um grafo através da proporção das relações existentes sobre o total de relações possíveis, podendo o resultado variar entre 0 e 1 (SCOTT, 2000; WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Assim, quanto mais próximo de 1 estiver o resultado, mais densa será a rede e, portanto, mais conectada. Inversamente, quanto mais dispersos forem os relacionamentos dentro da rede, menor será sua densidade. Um grafo completo (Densidade = 1) seria aquele em que todos os agentes se relacionam reciprocamente, sendo esta uma situação bastante rara.

Essa métrica é particularmente útil para refletir sobre a intensidade das relações existentes no interior de um determinado grupo. Assim, um grafo denso indica a representação de uma rede de relações intensas, com agentes bem conectados e com uma alta circulação de valores (tais como bens, favores, informações). Uma rede densa pode representar, ainda, a reiteração de vínculos entre os agentes que a compõem, indicando uma aproximação que pode ser reforçada a partir de diferentes relacionamentos (matrimônio, parentesco, amizade, compadrio, sociedade, etc.). Por outro lado, uma rede mais dispersa pode indicar um conjunto de relações mais esparsas ou ocasionais, sugerindo uma circulação menor de informações e valores, ou uma ligação mais frágil entre seus pares.

Redes (ou fragmentos de redes) mais densas, comumente, reúnem indivíduos com interesses em comum ou padrões de comportamento semelhantes. Desta forma, tendemos a identificar um padrão de associação mais recorrente entre agentes que compartilham de atributos em comum, relacionados a aspectos tais como religião, classe social, categoria profissional, local de moradia, entre outros. Em análise de redes, essa característica é chamada *homofilia*, e está relacionada à similaridade dos atores em um mesmo grupo social, resultando no fato de que esses atores tendem a compartilhar de recursos, interesses e informações em comum. Essa característica, por sua vez, contribui para pensarmos em outro conceito relacionado à rede, que é o conceito de fechamento.

O grau de fechamento de uma rede também está associado à quantidade de relações existentes. Quanto mais fechada uma rede, ou um setor da rede, maiores são as chances de que os atores conectados compartilhem relações. Surgem assim outros três

conceitos utilizados para analisar a qualidade e proximidade das relações no interior de uma rede: os cliques, os clusters e os buracos estruturais.



Grafo 2: Exemplo de Cliques e buracos estruturais

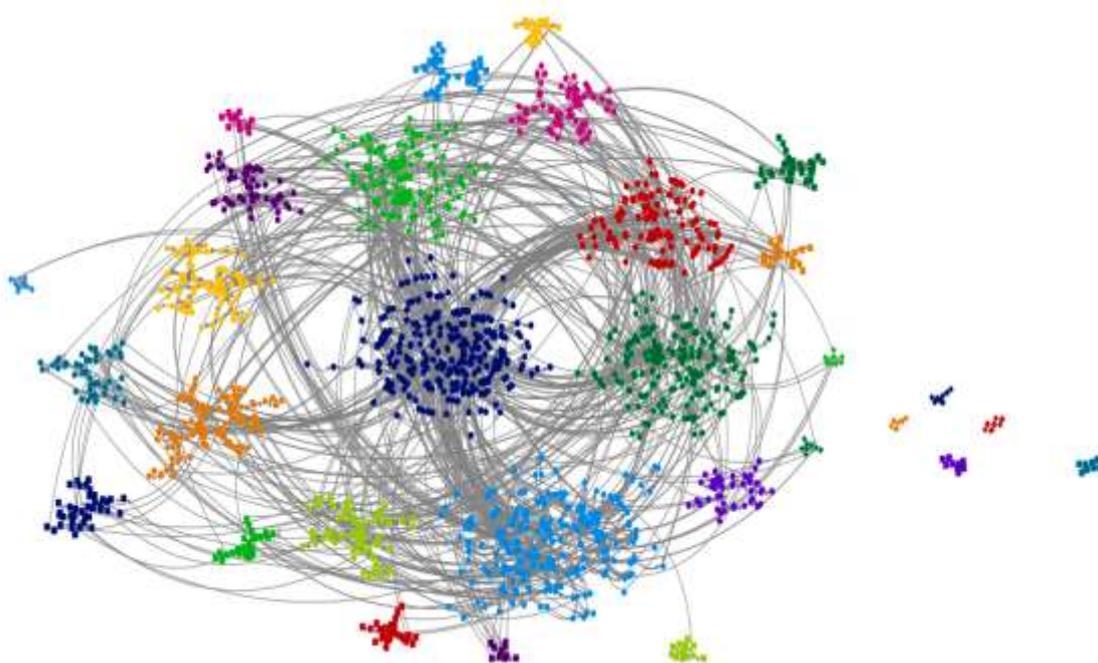
Um clique é um subconjunto dentro de um grafo, composto por no mínimo três nós, onde todos os nós relacionados são adjacentes uns aos outros (ligados), podendo ser composto por um número indefinido de nós, desde que todos estejam mutuamente relacionados (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 254). Os cliques de um grafo podem se sobrepor, ou seja, o mesmo nó ou conjunto de nós pode pertencer a mais de um clique. Por outro lado, pode haver nós que não pertencem a nenhum clique. A identificação de cliques no interior de um grafo contribui para a identificação de grupos mais coesos, que compartilham de relações mais densas e regulares no interior da rede analisada. Quanto maior o clique, maior o número de relações compartilhadas.

Um cluster, por sua vez, é um conjunto de nós mais densamente relacionados dentro da rede (mas onde nem todos precisam ser adjacentes), sendo também chamados de comunidades. Costumam ser bem maiores que os cliques, podendo agregar centenas de nós, dependendo do tamanho da rede. A formação de um cluster se dá a partir do compartilhamento de relações mais próximas e frequentes, de modo que essas comunidades apresentam um número maior de laços 'fortes' (lembrando do conceito de Granovetter). Disso surge outra métrica importante para a análise reticular que é o coeficiente de agrupamento (*Clustering Coefficient*), uma medida que mensura o quanto os nós de uma rede estão próximos e interconectados ou, em outras palavras, busca

medir o quanto um conjunto de atores tende a se conectar no interior de uma rede de relacionamentos.

Existem duas variações desta métrica, o coeficiente de agrupamento global e coeficiente de agrupamento local. O primeiro visa fornecer uma visão geral do agrupamento da rede, enquanto o segundo fornece uma indicação da inserção dos nós individualmente. Assim, o coeficiente de agrupamento global, também denominado transitividade da rede (HOLLAND e LEINHARDT, 1971) identifica o quanto a rede é interconectada, considerando o número de cliques existentes em sua estrutura. Quanto maior o número de cliques existentes em uma rede (e, portanto, maior o número de relações compartilhadas) maior será a transitividade dessa rede. Já o agrupamento local de um nó mede o quão próximo os nós adjacentes estão de formar um clique, ou seja, um subgrafo completo. Em outras palavras, pode dizer-se que o coeficiente de agrupamento local mede o grau da densidade de ligações da vizinhança de um determinado nó, indicando o quanto esse grupo está interconectado.

Clusters e cliques podem ser considerados subgrafos, ou seja, agrupamentos no interior da rede que compartilham de relações mais intensas e próximas, e cuja análise nos ajuda a compreender a qualidade e intensidade das relações existentes entre os atores ou instituições analisados. A análise desses subgrupos pode, assim, nos ajudar a identificar como os atores se associam no interior de uma rede mais ampla, formando grupos de amigos, sociedades, redes de parentela, grupos de favorecimento, entre outros. Tudo depende do objeto investigado pelo pesquisador.



Grafo 3: Exemplo de Clusters ou comunidades

Por outro lado, a ideia de buraco estrutural proposta por Burt (1992) remete a uma relação ausente. Um buraco estrutural representa uma ausência de conexões entre dois nós ou dois grupos de nós que compartilham relações complementares. Esses buracos, portanto, representam uma falha no 'caminho' que a informação ou recurso percorre dentro da rede, restringindo o acesso aos valores que circulam em seu interior. Esse conceito reforça a importância dos atores que fazem o papel de “ponte” (ou mediação) entre diferentes grupos sociais, pois estes ocupam uma posição estratégica dentro da rede, enquanto os buracos estruturais representam uma desvantagem para atores ou grupos (BURT, 1992, p. 65), ao impedir ou limitar a circulação de recursos. Discutiremos melhor o papel dos indivíduos mediadores dentro das redes na próxima seção, ao discutir algumas das métricas individuais dos nós.

Outra questão a ser avaliada ao analisar uma rede é sua distribuição estrutural. Nesse sentido, uma rede também pode ser analisada pelo número de componentes que a compõe. Um componente é um conjunto de nós dentro de uma rede no qual existe um caminho possível entre todos os nós, ou seja, onde não existem nós ou grupos de nós "soltos". Assim, uma rede pode ser formada por um ou vários componentes: cada conjunto de nós conectados em um grafo representa um componente da rede, que no

limite pode ser formado por um único nó, se este não estiver relacionado a nenhum outro nó dentro da rede.

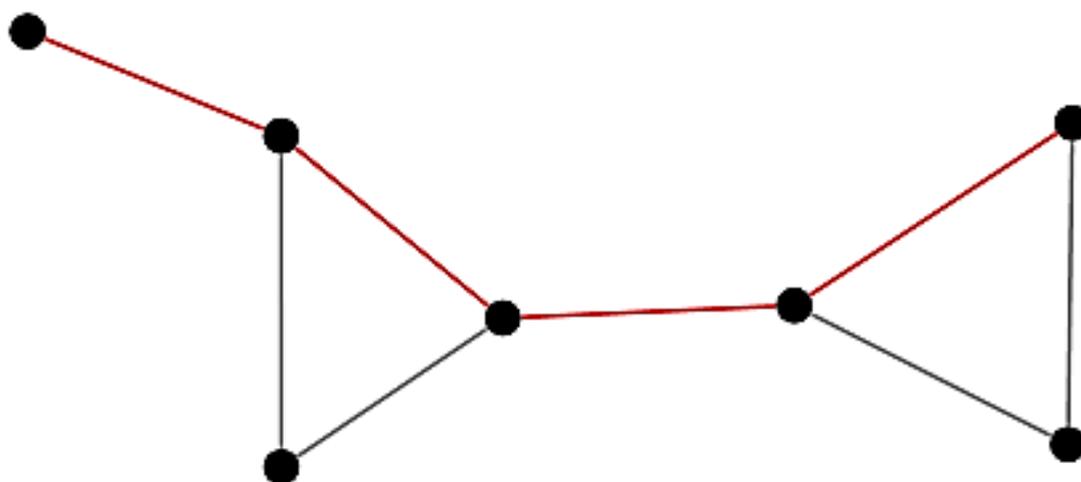
A existência de componentes separados no interior de uma rede pode indicar a formação de grupos de interesse diversos em uma determinada área, podendo estes atuar em oposição uns aos outros ou de forma complementar. O fato de diferentes grupos comporem uma mesma rede mas não compartilharem relações entre si deve ser analisado com cuidado pelo pesquisador, que buscará entender a motivação dessa separação. Ela se dá por fatores setoriais? Profissionais? Geográficos? Representa uma disputa por recursos? E qual o impacto dessa separação nas relações sociais analisadas? Essas são algumas das questões que a análise de uma rede composta por múltiplos componentes pode suscitar.

Esses diferentes conceitos de agrupamento no interior de uma rede social - cliques, clusters, componentes - são uma forma, portanto, de tentar apresentar graficamente as relações sociais analisadas, de modo a traduzir em uma representação visual a maneira como essas relações acontecem no mundo real. Dessa forma, o recurso a esse instrumental permite ao pesquisador tentar demonstrar os vínculos existentes em uma rede de relações, suas aproximações e distanciamentos, a intercorrência ou regularidade das mesmas, sua concentração, entre outros.

Voltando a questão da análise estrutural das redes, temos ainda o conceito de distância geodésica (*geodesic distance*), um conceito proveniente da teoria dos grafos. Em um grafo, a distância entre dois vértices é o número de arestas a serem percorridas para chegar de um vértice a outro. Considerando que podem existir vários caminhos entre dois pontos do grafo, dizemos que a distância geodésica entre esses nós é o menor caminho possível entre eles (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 110). Por outro lado, a distância de um nó permite identificar o quanto este está integrado ou distante dos demais atores da rede. Chamamos excentricidade do nó a maior distância geodésica existente entre ele e os outros nós do grafo. Se não for possível alcançar um nó a partir de outro, como ocorre quando um grafo possui dois ou mais componentes desconectados, dizemos que a distância entre os nós tende ao infinito.

Finalmente, quando consideramos todos os caminhos possíveis de se percorrer em um grafo, dizemos que a distância geodésica máxima do mesmo (também chamada diâmetro do grafo) é o maior caminho que pode ser percorrido entre dois nós quaisquer

em seu interior. Essa métrica nos permite ter uma ideia do tamanho da rede analisada, mas também nos fala da densidade dos relacionamentos em seu interior. Isso porque uma rede pode ter um diâmetro baixo, mesmo quando composta por um grande número de nós, desde que as relações entre estes sejam densas. Assim, um grafo com um diâmetro alto indica uma rede de relações ampla e dispersa, enquanto um grafo com um valor de diâmetro baixo pode indicar uma rede pequena, ou uma rede grande, mas densamente conectada (Idem, p. 112).



Grafo 4: Representação de um grafo com Diâmetro = 4

Tomadas em conjunto, as métricas gerais de um grafo permitem que tenhamos uma ideia ampla de como está configurada a rede de relacionamentos que este representa. Mas analisar uma rede não é apenas olhar para suas características gerais: os recursos proporcionados pela SNA permitem também avaliar o papel e a importância desempenhados por cada agente em seu interior. Para entender melhor como isso é feito, apresentamos a seguir o segundo conjunto de métricas utilizadas na SNA, chamadas métricas individuais.

1.4.Métricas individuais ou métricas dos nós

As métricas locais de um grafo, também chamadas métricas individuais ou métricas dos nós, são estatísticas produzidas para cada um dos vértices que compõe uma rede e informam sobre seu posicionamento, atuação e importância frente aos demais. Dentre estas, tem importância central as métricas de centralidade, que servem para caracterizar os nós individualmente quanto ao posicionamento ocupado no interior do

grafo. São elas a centralidade de grau, a centralidade de intermediação, a proximidade e o coeficiente autovetorial. Além das métricas de centralidade, outra métrica importante para a análise de redes é o Coeficiente de Clusterização. Vejamos, brevemente, como funciona cada uma delas.

O grau de um vértice (Degree) é uma métrica direta, que corresponde ao número de relações em que o ator está envolvido. Em um grafo não direcionado, essa métrica corresponde a uma relação direta com o número de relações estabelecidas por um nó; assim, se um nó X estabelece relações com outros 10 nós dentro da rede, dizemos que o Degree de X é igual a 10 (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 100).

Já em um grafo não direcionado, essa métrica assume duas formas, que chamamos centralidade ou grau de entrada (InDegree) e centralidade ou grau de saída (OutDegree), e que estão relacionadas ao papel cumprido pelo nó em cada uma de suas relações. Assim, o InDegree de um nó corresponde ao número de relações em que este é o polo ativo ou receptor na relação, ou seja, o número de relações que são direcionadas para este nó (Idem, p. 125).

Talvez seja melhor explicar esse conceito com um exemplo da nossa pesquisa. Em uma relação de compadrio, conforme discutimos no Capítulo 1, dizemos que o vínculo entre os atores não se dá entre iguais, ou não se dá num plano horizontal. Isso porque as atribuições e expectativas existentes de parte a parte colocam os envolvidos em um plano desigual, onde as relações de dom e contradom imbricam as partes envolvidas em uma série de obrigações sociais e, mais que isso, diferenciam os envolvidos tanto no plano social como espiritual, de acordo com o que entendemos pelo conceito de 'economia do dom'. Em função disso, a análise destas relações através do método da SNA ocorrerá através do uso de um grafo direcionado, onde utilizamos setas para indicar a direção das relações que estão sendo representadas. Assim, as setas do grafo representam o polo ativo dessas relações, no caso os atores que atuaram como padrinhos ou madrinhas, enquanto o ponto de onde parte essa relação será o pai ou mãe da criança. Assim, um nó com InDegree alto nessa rede corresponderá a um agente que atuou como padrinho muitas vezes.

Por oposição, o OutDegree de um nó correspondente ao número de vezes em que a relação partiu dele. Em nosso caso, esse seria o número de vezes em que um pai ou uma mãe ofereceu seu filho ou filha para ser apadrinhado, mas essa métrica também

pode ser usada, em outros casos, para identificar o quanto um nó é atuante em uma rede, ou pode indicar atores que tentam se aproximar mais de outros na rede, buscando constituir um maior número de relações (que não necessariamente serão correspondidas). Essa métrica é utilizada, ainda, para identificar nós mais ativos em uma rede de citações, como quando trabalhamos com redes de autoria ou análise de relações em *social media*, por exemplo.

Outra métrica de centralidade que tem grande importância na Análise de Redes Sociais é o chamado Coeficiente de Intermediação (*Betweenness Centrality*). Basicamente, esta métrica indica o potencial de intermediação de um nó entre diferentes setores da rede, ao considerar quantos 'caminhos' da rede passam por ele, indicando, assim, quais atores conectam diferentes *clusters* na rede.

Wasserman e Faust buscam explicar a importância dos intermediadores em uma rede nos seguintes termos:

As interações entre dois atores não-adjacentes podem depender de outros atores (...), especialmente atores que se encontram no caminho entre os dois. Esses outros atores, potencialmente, podem ter algum controle sobre as interações entre os dois atores não-adjacentes. (...) Esse ator "central" (...) pode ter algum controle sobre alguns dos caminhos [do gráfico], enquanto os que estão na borda podem não ter. Ou, pode-se afirmar que os atores "centrais" têm mais "influência interpessoal" sobre os outros. (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 188-189)

Supondo que, para que um ator A entre em contato com um ator B, o ator X precise ser usado como intermediário. Podemos dizer que esse ator X tem certa "responsabilidade" para com os atores A e B, considerando que essa relação poderia ser 'quebrada' caso ele se retirasse da rede. Se considerarmos, assim, todos os percursos mais curtos que passam por X, onde ele atua como intermediário entre outros atores ou grupos diferentes, temos então o Coeficiente de Intermediação desse nó (Idem).

Um ator que possui um alto *betweenness* não necessariamente é aquele com maior grau de entrada (*InDegree*) ou saída (*OutDegree*). O grau de intermediação calcula outro tipo de centralidade, buscando identificar quais atores são capazes de manter a estrutura da rede, ou seja, cujo papel conectivo é mais central. Dessa forma, esses atores são identificados na bibliografia como intermediários, conectores ou

pontes¹⁴, cumprindo uma função importante e assumindo um posicionamento fundamental para a circulação de informações e valores na rede.

Existem, ainda, outras métricas de centralidade que contribuem para determinar a importância do papel de cada nó dentro de uma rede. O coeficiente ou grau de proximidade (*Closeness Centrality*), por exemplo, busca determinar o quão próximo dos demais agentes da rede está um nó, considerando o conjunto de suas relações. Assim, um nó terá um índice de proximidade mais elevado conforme puder se relacionar de forma mais próxima e rápida com os demais nós, ou seja, sem depender de intermediários (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 183).

Já a centralidade autovetorial de um nó (*Eigenvector Centrality*) busca identificar a relevância das relações formadas pelo nó, considerando a centralidade dos nós com que este se relaciona. Assim, um nó assume maior relevância em uma rede se estiver conectado a outros nós importantes nesta rede, ou seja, nós que possuam uma centralidade elevada. Esta métrica igualmente não se confunde com a centralidade de entrada de um nó: um nó com elevado InDegree pode acumular um grande número de relações com nós periféricos, o que não contribuirá para elevar sua relevância dentro da rede (NEWMAN, 2016, p. 4-5). Desta forma, esta métrica é bastante utilizada para identificar os nós que possuem maior influência no interior de uma rede.

Finalmente, temos o coeficiente de clusterização (*Clustering Coefficient*), que indica o quão conectado está um determinado nó da rede. Um alto coeficiente de clusterização indica que um determinado nó está muito conectado a seus vizinhos, compartilhando, portanto, um conjunto de relações mais próximas e intensas. Assim como o grau de fechamento, discutido anteriormente, serve para se ter uma ideia do quão fortemente conectada uma rede está, este índice local indica a inserção dos nós individuais no interior da mesma e o quão conectado a seus vizinhos ele está.

Falamos a respeito das principais métricas gerais e individuais de um grafo, que em seu conjunto podem fornecer uma noção ampla das relações existentes no interior de uma rede e da importância de cada um de seus nós. Mas para efetuar o cálculo de cada uma dessas métricas e possibilitar a visualização das redes estudadas, são de fundamental importância às ferramentas informáticas utilizadas pela SNA. De fato, não

¹⁴ Também citados como *goznez*, *bridges* ou *brokers*.

é possível desenvolver uma análise em termos de Redes Sociais sem o recurso a softwares e algoritmos de análise; da mesma forma, a escolha das ferramentas a serem utilizadas, entre as diversas opções disponíveis, terá impacto nos resultados obtidos pelo pesquisador. Assim, será necessário, mesmo que de forma breve, apresentar ao nosso leitor as noções básicas a respeito desses elementos.

1.5.Os algoritmos por trás da SNA

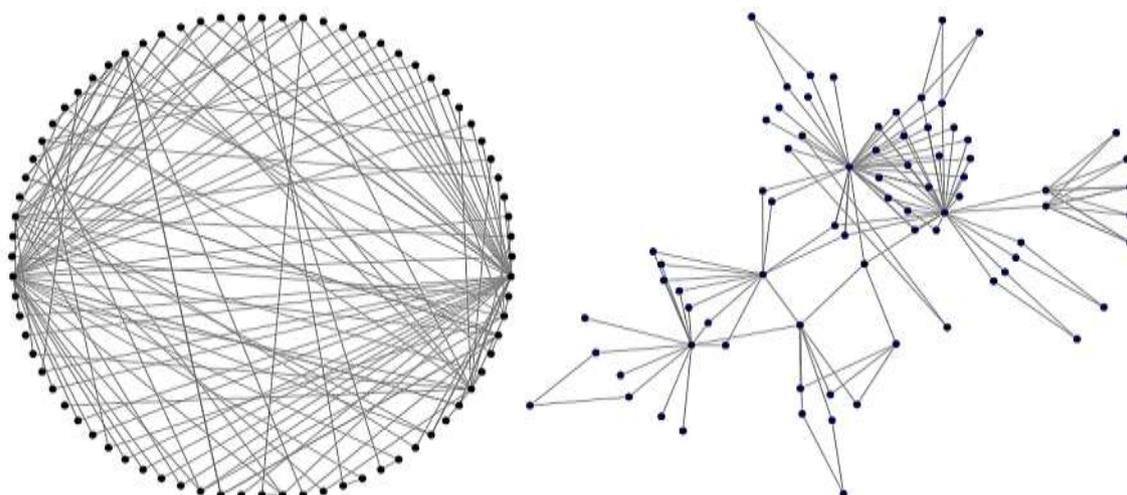
Podem parecer estranho falarmos de métricas, cálculos e algoritmos em um trabalho de investigação histórica, mas o objetivo deste capítulo é familiarizar nosso leitor com o método adotado neste trabalho, de modo que este possa se apropriar adequadamente dos resultados que serão apresentados nos capítulos seguintes e, talvez mais que isso, se sinta estimulado a contribuir com discussão aqui proposta.

O uso das ferramentas informáticas é uma parte indispensável do método de Análise de Redes; daí a importância de apresentá-los neste capítulo, para que se possa ter uma compreensão adequada do que se buscou apresentar. De acordo com o tipo de grafo, programa e algoritmo utilizados, as formas e cores dos nós em uma rede podem variar, o que também ocorre com a disposição e o comprimento das linhas, de forma a dar um significado visual ao que foi expresso na matriz de adjacências pelo pesquisador. Essa é uma das principais distinções do método SNA em relação à Sociometria, onde as relações eram apenas relacionadas e demonstradas em gráficos uniformemente distribuídos.

Para a elaboração destes grafos existem diversos softwares, disponíveis de forma parcial ou totalmente gratuita, na Internet, ou acessíveis no mercado através de licenciamento. São exemplos o Cyram, o Pajek, o Ucinet e o NodeXL¹⁵. Cada um desses softwares oferece ao pesquisador diferentes funcionalidades, de modo que a escolha da ferramenta ocorrerá de acordo com os objetivos e a complexidade do objeto estudado e das relações a serem demonstradas.

¹⁵ O Cyram (<http://www.cyram.com/>) e o Pajek (<http://mrvar.fdv.uni-lj.si/pajek/>) são dois exemplos de softwares de análise de redes que dependem de licenciamento. Por outro lado, o complemento NodeXL (<https://nodexl.codeplex.com/>) e programas como o Gephi (<https://gephi.org/>) e Ucinet (<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>) são exemplos de softwares disponibilizados de forma parcial ou totalmente gratuita.

De acordo com a escolha e os objetivos do pesquisador, esses softwares oferecem, também, diferentes algoritmos que podem ser utilizados para a elaboração das redes e cálculo das métricas. De modo introdutório, um algoritmo pode ser definido como uma sequência finita de regras ou comandos, que são executados para a consecução de um objetivo definido. São ferramentas amplamente utilizadas na área de tecnologia de informação, podendo ser empregados em diferentes aplicações. Na Análise de Redes Sociais, têm especial importância os algoritmos ‘direcionados pela força’ (*Force Directed*), que são conjuntos de comandos que atribuem valores para os nós e linhas do grafo, a partir de seu posicionamento e suas relações, e utilizam um sistema de forças de atração e repulsão a fim de representar visualmente a distribuição das relações na rede. A partir desse princípio, os nós mais conectados tendem a se atrair, enquanto aqueles que não compartilham de conexões em comum tendem a se afastar.



Grafo 5: Diferença entre um Sociograma e um grafo direcionado por algoritmo

Os principais algoritmos utilizados em Análise de Redes são, comumente, apresentados em *papers* publicados em periódicos acadêmicos, que buscam expor seus princípios básicos e forma de funcionamento. Entre estes podemos citar os exemplos dos algoritmos Fruchterman-Reingold, Harel-Koren e do Force Atlas 1 e 2. Os dois primeiros exemplos foram batizados com os nomes de seus desenvolvedores. A breve apresentação destas ferramentas no presente texto busca instrumentalizar nosso leitor, além de justificar as escolhas realizadas no presente trabalho.

Algoritmo Fruchterman-Reingold: desenvolvido por Thomas Fruchterman e Edward Reingold (*Illinois University*) no início dos anos de 1990, este algoritmo atribui vetores de força para os nós, minimizando a interseção entre as conexões. Baseia-se na

premissa de que nós interconectados exercem atração entre si. Os grafos são apresentados em formato circular, com a tendência de que os nós menos conectados sejam "empurrados" para a periferia do grafo. Em contraponto, nós que concentram muitas relações ou se organizam em clusters tendem a ser mostrados no centro (FRUCHTERMAN & REINGOLD, 1991).

Algoritmo Harel-Koren: desenvolvido por David Harel (*Weizmann Institute of Science*) e Yehuda Koren, e apresentado no início dos anos 2000, é um algoritmo multi-escala direcionado pela força que tende a juntar nós próximos; quanto mais conectados forem os nós, mais próximos eles serão representados, formando aglomerados de nós. Da mesma forma, nós menos conectados serão afastados, de modo que suas ligações serão representadas por linhas mais longas (HAREL & KOREN, 2001). Esse tipo de algoritmo é particularmente apropriado para a representação de grupos e clusters no interior de uma rede.

Algoritmo Force Atlas: desenvolvido por uma equipe de programadores que também foi responsável pelo desenvolvimento do software Gephi. A exemplo dos anteriores, funciona em uma lógica de aproximação dos nós mais conectados, mas é focado na análise de redes maiores, contendo milhares, ou até centenas de milhares de nós e relações. Também permite que o pesquisador altere manualmente o peso dos nós e as forças de atração entre eles (JACOMY et. al., 2014).

A escolha do software e do algoritmo a ser utilizado depende, como dissemos, do objeto e das escolhas do pesquisador, mas pode-se dizer, em princípio, que todas as ferramentas citadas aqui atendem satisfatoriamente às necessidades básicas da pesquisa. A opção por uma ferramenta mais sofisticada não necessariamente implica em uma diferença qualitativa na apresentação dos resultados, especialmente quando o objetivo do pesquisador é trabalhar com as métricas básicas da SNA para apresentação e análise dos dados.

Tendo em conta estas considerações, nosso trabalho adotou como ferramenta para elaboração das matrizes e componentes gráficos apresentados nos próximos capítulos o software NodeXL, um complemento desenvolvido pela *Social Media*

*Research Foundation*¹⁶, uma equipe interdisciplinar sediada nos EUA, que conta com a participação de profissionais de diferentes instituições de ensino e pesquisa. O complemento funciona em associação com o programa Microsoft Excel, da Microsoft Corporation. Diversas razões nos levaram a esta escolha, sendo as principais entre elas: uma interface amigável e uma curva de aprendizagem acessível; a disponibilidade das principais métricas de análise, apresentadas de forma clara e ordenada; a velocidade de processamento dos componentes gráficos, adequada ao tamanho das redes estudadas em nossa pesquisa; a existência de uma versão de acesso livre e gratuita, que contempla as ferramentas e métricas que serão utilizados neste trabalho; a funcionalidade de trabalhar com dois algoritmos direcionados, permitindo a melhor representação visual das redes (o NodeXL trabalha com os algoritmos Fruchterman-Reingold e Harel-Koren); e, finalmente, a existência de informações claras e acessíveis a respeito da forma de cálculo das métricas utilizadas.

Agora que nosso leitor já conheceu um pouco mais do método de análise de redes sociais, sua história, métricas e funcionalidades, gostaríamos, finalmente, de encerrar este capítulo tecendo alguns breves comentários a respeito da adoção da SNA em pesquisas na área de ciências sociais e humanas e, especialmente, sobre o seu uso em estudos na área da disciplina de História.

1.6. Análise de Redes Sociais e seu uso na disciplina História

Uma das preocupações que surgem com o uso da SNA é a aparente simplificação das relações que se estabelecem ou, conforme aponta Thiago Gil (2005, p. 1), certa pretensão de objetivizar as relações humanas. Torna-se, portanto, necessário ressaltar que com esta técnica não se pretende dar conta da totalidade das relações, mas sim "*apresentá-las de uma forma ordenada e visualmente inteligível para o investigador*" (Idem). Conforme aponta Hanneman:

Uma razão para a utilização das técnicas matemáticas e dos grafos na análise de redes sociais é que permite representar a descrição de uma rede de maneira concisa e sistemática. Também possibilita o uso de computadores para armazenar e manipular rapidamente a informação, de maneira mais precisa do que se fosse feito manualmente. [...] As representações formais asseguram que toda a informação necessária se encontra representada

¹⁶ Informações sobre a equipe de desenvolvedores podem ser obtidas em <https://www.smrfoundation.org/research/our-network/>.

sistematicamente e fornecem as regras para fazê-lo de forma eficiente.¹⁷
(HANNEMAN, 2000, p. 3)

Faz-se necessário, desta forma, refletir sobre a utilização do instrumental proporcionado pela SNA em estudos históricos, e de forma particular na aplicação desta para a análise de fontes do período colonial. A esse respeito, Michel Bertrand nos lembra do cuidado que se faz necessário ao empregar em estudos históricos ferramentas que foram construídas para pensar sociedades contemporâneas:

Não podemos, pois, descartar o impacto que pode ter esta transferência de um modelo de relação social elaborado para a análise de um dado tipo de sociedade para sociedades de Antigo Regime, cujas regras de funcionamento eram radicalmente diferentes. [...] A utilização de métodos de pesquisa baseados em fontes não permite uma abordagem ou apreensão global do objeto de estudo, colocando o historiador em uma posição muito diferente daquela que goza o sociólogo ou o antropólogo. (BERTRAND, 2012, p. 57)

Deste modo, aponta Bertrand, existem pelo menos duas limitações a que precisamos estar atentos ao adotar a SNA para o estudo de sociedades de Antigo Regime, a saber: por um lado, estamos limitados pelas próprias fontes, e pela forma como nelas se apresenta nosso objeto. Bertrand nos lembra que *"uma rede não pode existir, em absoluto, fora [...] de uma finalidade ou de um projeto em particular [...], construído por atores sociais em um contexto específico"* (Idem). Em outras palavras, entende-se que a própria identificação dessas redes em uma fonte histórica é precedida pela atuação dos agentes históricos em prol de seus objetivos ou projetos próprios. Ficando apenas no exemplo que exploramos neste trabalho, caberia perguntar: que projeto mobilizava os atores que se envolveram nas redes de compadrio identificadas? Em que contexto estavam inseridos, e porque realizaram determinadas escolhas?

Por outro lado, Bertrand aponta que as redes a que temos acesso através das fontes serão sempre e necessariamente limitadas, seja pelo recorte temporal, espacial, ou pela própria dinâmica que governava as relações estabelecidas entre os agentes (ou, mais precisamente, as mudanças nessas relações). Desta forma, podemos dizer que o que chega ao historiador são, na verdade, 'fragmentos de rede', de modo que *"a reconstituição [dessas] redes se limita [...] essencialmente a uma aproximação sincrônica, em detrimento [...] da diacronia"* (Idem, p. 58). Bertrand reforça, nesse sentido, a necessidade de que o historiador adote duas precauções:

¹⁷ Todas as traduções utilizadas nas citações são do próprio autor.

Ao querer empurrar os limites de uma rede o mais longe possível em um espaço social dado para reconstruir sua globalidade [...], corre-se o risco, sobretudo, de se chegar em uma verdadeira "apoplexia do conceito" [...] [onde] "todo mundo está em relação com todo mundo". Também parece mais pertinente [...] interessar-se na lógica combinatória que relações e vínculos permitem estabelecer entre os atores no marco de uma rede, mais que no simples fenômeno acumulativo [de relacionar os vínculos]. (BERTRAND, 2012, p. 64)

Da mesma forma, Imizcoz destaca a importância dos vínculos sociais dos indivíduos para a definição de sua ação na sociedade. Voltando sua atenção também para o estudo de sociedades de Antigo Regime, o autor aponta para a necessidade de se estudar as trajetórias de vida no contexto das relações sociais e das normas que regem estas relações. Assim, destaca a necessidade de se voltar a atenção para as relações sociais estabelecidas pelos atores ao longo do tempo, destacando-se o desafio de se superar o caráter 'estático' da representação realizada através dos grafos sociais (IMIZCOZ BEUNZA, 1996, p. 14-18).

Imizcoz destaca, ainda, o fato de que uma rede não deve ser tomada como "*um ente, uma formação ou uma instituição social*", como seria a família, por exemplo, mas como a representação de um conjunto de relações, mesmo que ao "substantivar" o termo possamos ter uma ideia diferente (2009, p. 78). Desta forma, a análise de redes sociais assume uma configuração necessariamente relacional e indutiva, ou seja, uma aproximação que parte da observação das relações efetivas entre os atores sociais para "*reconstruir suas [...] configurações coletivas, com o objetivo de perceber as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que produzem com sua ação*" (Idem, p. 79).

(...) uma rede não é uma formação social, instituição ou grupo constituído, mas uma representação estilizada de um conjunto de relações entre atores sociais. Quando falamos de uma rede egocentrada de um personagem, trata-se do conjunto de pessoas com as quais este está relacionado direta ou indiretamente: seus contatos mais próximos, mas também aqueles que ele só conhece através destes últimos, na medida que, por intermédio deles, chegam notícias de terceiros, circulam bens e serviços, se articulam facções políticas ou circuitos mercantis, etc. (Idem)

Assim, conforme pontua o autor, a partir da análise dessas relações o conceito de rede deixa de ser uma metáfora para se tornar uma "ferramenta analítica e operativa" que nos permite mensurar e representar as relações entre os indivíduos, que são apresentadas a partir de uma estrutura de linhas e nós, com seus índices e métricas correspondentes (Idem).

Também nesse sentido apontam Comissoli e Costa, ao lembrar que a SNA, enquanto recurso metodológico focado nos atores e suas interações, cada vez mais se

consolida como uma ferramenta instrumental capaz de oferecer alternativas de observação de dinâmicas sociais próprias à História (COMISSOLI & COSTA, 2014, p. 12). Contudo, apontam os autores, a utilização das redes será mais ou menos adequada ao trabalho do historiador conforme suas perguntas sejam formuladas adequadamente, dado que estas não possuem um sentido a priori, mas se apresentam uma ferramenta que permite ao pesquisador lançar um determinado olhar aos seus dados.

Cabe, portanto, ao pesquisador interessado em aplicar o método apresentado, o cuidado e o esforço, conforme lembra Bertrand, de demonstrar efetivamente as consequências das relações identificadas, mais que o simples ato de enumerá-las; ou, conforme lembram Comissoli e Costa, “*identificar o encontro entre sujeitos, isto é, o modo como iniciam e desenvolvem seus relacionamentos, bem como o sentido dessa evolução*” (Idem, p. 27). Assim, nos capítulos a seguir, retomamos parte desta discussão, ao propor um breve exercício de análise das redes de compadrio de algumas famílias viamonenses no século XVIII.

CAPÍTULO 2 - Tecendo um mundo desigual: análise das redes de compadrio das famílias principais de Viamão

Dos três primeiros livros de batismos da freguesia de Viamão, analisamos 1384 registros, realizados entre meados de 1747 até a transferência da Câmara para Porto Alegre, no ano de 1773¹⁸. Neste período, conforme podemos depreender dos róis de confessados ainda disponíveis, das fontes paroquiais e de outros trabalhos consultados, a população da freguesia passou por oscilações bastante sensíveis, devido às sucessivas levadas migratórias que ali chegaram, partindo de um contingente de cerca de 800 pessoas adultas no final dos anos de 1740 (cfe. KUHN, 2006), e atingindo um número que deve ter ultrapassado 2000 almas nas décadas seguintes. Existem sérias dificuldades em se precisar o número, especialmente porque os róis de confessados remanescentes compreendem apenas o período entre 1751 e 1758, além de apresentarem (assim como os registros de casamento e batismo) páginas corroídas, falhas e omissões relevantes. Essa população inicialmente se distribuía em cerca de 135 fogos¹⁹, o que indica uma média de sete pessoas adultas por fogo (considerando os dados do rol de 1751), embora saibamos que esse número poderia variar muito, com algumas propriedades mantendo escravarias maiores, além de outros familiares e agregados.

Como foi dito, esses números foram incrementado pela chegada de contingentes sucessivos nas décadas seguintes, como no caso das famílias de origem açoriana, dos indígenas guaranis e dos refugiados de Rio Grande após a invasão espanhola de 1763. Esses fluxos migratórios podem ser facilmente percebidos nos registros de batismo, que apresentam maiores picos nos anos imediatamente posteriores à chegada destes grupos, conforme mostrado no gráfico a seguir.

¹⁸ Acontecimento que tomamos aqui como marco temporal para nossa pesquisa, por entender que demarca uma transição importante para a sociedade local. Importante notar que o terceiro livro de registros de Viamão possui outros 397 registros, que avançam até o ano de 1782, os quais não serão incluídos em nossa análise, devido ao recorte escolhido.

¹⁹ Apenas nos róis de 1751 e 1756 se conservou a estimativa produzida pelo padre José Carlos da Silva quanto à população visitada. Já para o ano de 1756, o padre estima uma população de 1125 pessoas (já consideradas as crianças), distribuídas em 187 fogos, o que resulta em uma média de seis pessoas por fogo.

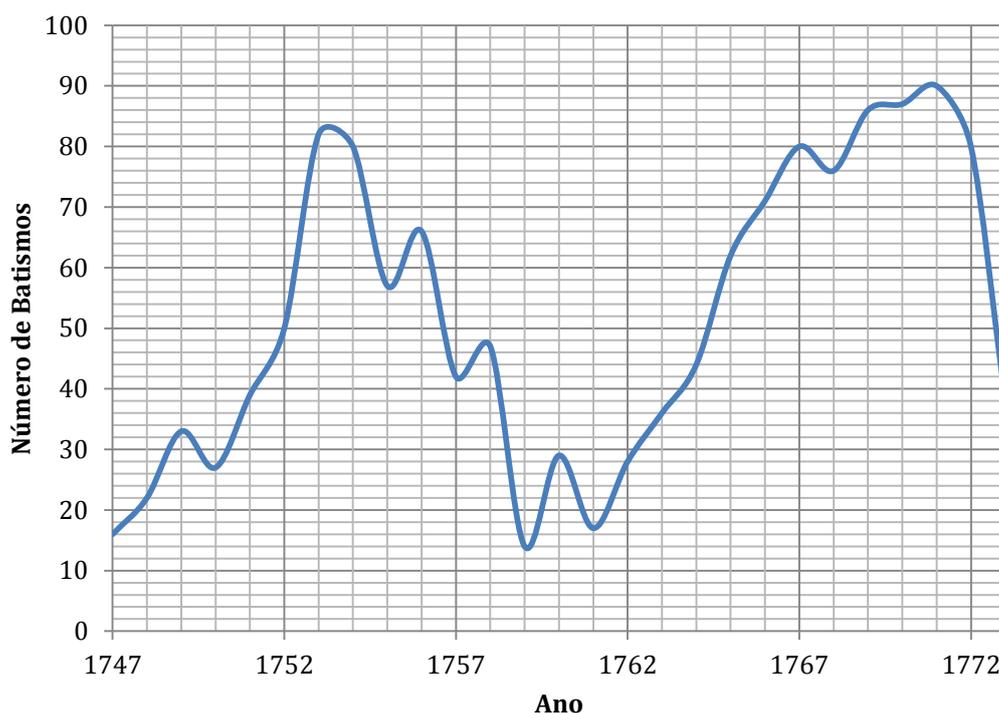


Gráfico 1: Batismos realizados em Viamão - 1747-1770

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Os registros apresentaram uma média de 52 batismos ao ano, porém com claras oscilações ocorrendo ao longo do período. Os anos iniciais de formação da freguesia, anteriores ainda à chegada dos casais açorianos, apresentam um número de nascimentos mais baixo, assim como os anos finais da década de 1750, imediatamente posteriores ao desmembramento da freguesia de Triunfo. Por outro lado, a chegada de grupos populacionais é claramente refletida, como pode ser percebido nos anos de 1753 e 1754, bem como nos anos de 1765 em diante, culminando com o maior pico de registros no final dos anos 1760. Para os anos de 1750, essa curva ascendente coincide com o aumento do registro de casamentos, que atinge seu maior número em 1753, quando foram realizadas 30 cerimônias na freguesia, o que corresponde a quase o dobro da média naquela década, que foi de 15,9.

Para o início da década de 1760, momento de declínio no número de cerimônias realizadas, temos uma soma de fatores que pode contribuir para explicar essa queda momentânea. Além do desmembramento das freguesias de Triunfo (1756), Anjos (1757) e Santo Antônio (1763), nos parece, pesaram outros fatores que indicam antes um sub-registro dos batismos, do que uma redução dos nascimentos propriamente. Um desses fatores é a ausência de parcelas da população do segundo livro da freguesia,

notadamente índios e negros. Prática comum nos registros eclesiásticos do período escravista, é provável que a localidade possuísse um livro específico para os cativos, que acreditamos não tenha sobrevivido ao passar dos anos. Além disso, as tentativas da Coroa em disciplinar as relações entre colonos e indígenas, através do Diretório dos Índios, de 1758, também pode ter contribuído para que a figura do índio ‘administrado’ desaparecesse dos registros.

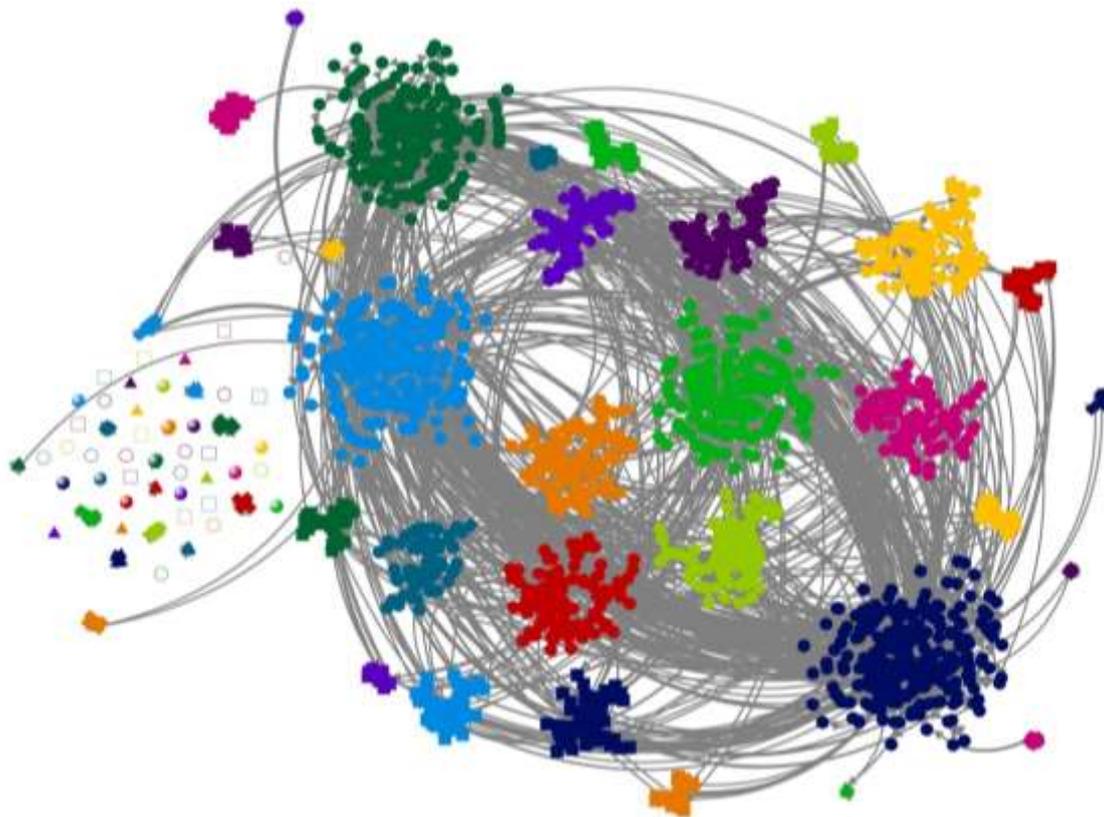
A partir de 1762, pode-se notar uma retomada no crescimento do número de cerimônias, que é incrementado pela chegada dos grupos oriundos de Rio Grande, por ocasião da invasão dos espanhóis. O crescimento se mantém ao longo da década, atingindo um pico nos registros entre os anos de 1767 e 1771. Porém, o número de cerimônias realizadas sofrerá nova queda a partir de 1772, quando o desmembramento da freguesia de Porto Alegre, onde seria instalada a Câmara, é refletido por uma nova queda no número de batismos, com apenas 38 registros no ano seguinte. A constante oscilação no número de batismos ao longo dos anos sugere, ainda, que Viamão poderia ser um local de trânsito para parte das famílias que chegavam ao Continente, e que devem ter se estabelecido em outros destinos após uma breve estadia nesta freguesia.

Acreditamos que a emancipação da freguesia de Porto Alegre tenha sido o principal motivo para a queda dos batismos o início da década de 1770, pois o número de registros nos anos seguintes, até o início da década de 1780, se estabiliza em torno de 40 por ano. Nota-se, portanto, que esse acontecimento constituiu-se em marco importante para as dinâmicas sociais da região, sendo uma das razões que nos levou a delimitar o marco temporal de nosso trabalho. As variações do Gráfico 1 permitem identificar, também, que o número de batismos registrados entre os anos de 1747 e 1773 sofreu oscilações importantes, que acompanharam de perto as transformações sociais e demográficas por que a região passava então.

A partir do mapeamento e sistematização dos registros de batismos da freguesia, foi possível identificar como se configurava a rede de relações de compadrio dessa população, permitindo-nos avançar algumas características a respeito desses relacionamentos. A rede de compadrios das famílias viamonenses em meados do século XVIII era composta por 2263 agentes (nós), que estabeleceram entre si um total de 4489 laços distribuídos em 51 componentes. Cada um dos nós desta rede (também chamados pontos, nodos ou vértices) representa um indivíduo (um dos pais ou padrinhos)

mencionado nos registros de batismos, enquanto os laços (também denominados linhas, ou *edges*) são uma representação das relações que essas pessoas estabeleciam entre si. Aqui, falamos de relações de compadrio, onde os pais ofereciam seus filhos como afilhados às pessoas que os apadrinhavam, em uma relação desigual que envolvia distintas práticas sociais (dom, fidelidade, reciprocidade). Tratava-se, portanto, do que a teoria das redes chama de uma relação direcionada ou assimétrica, ou seja, uma relação que unia indivíduos em posições desiguais. Essa relação é representada nos gráficos por setas, que apontam a direção destes relacionamentos (indo dos pais para os padrinhos). Por esse motivo, os laços dos gráficos não apresentam a ligação entre o pai e a mãe da criança, ou entre o padrinho e a madrinha, por serem firmadas aí relações qualitativamente distintas.

A representação gráfica da rede formada pelas relações de compadrio das famílias viamonenses nos permite distinguir a existência de um componente principal, relacionado mais densamente, que reúne cerca de 91,2% dos agentes participantes e agrega 96,1% do total de relações de compadrio estabelecidas. Esse número demonstra que, embora nem sempre estivessem ligadas diretamente, a maioria das famílias da região estava ritualmente relacionada, o que reforça a ideia de uma sociedade interdependente, onde diferentes estratos sociais se interligavam através das práticas religiosas. Retomaremos este ponto adiante. Além do componente principal, identificamos outros 50 componentes menores e isolados, pequenos grupos que não estavam ligados através do compadrio à comunidade da freguesia, sendo estes formados majoritariamente por famílias de migrantes açorianos que estavam chegando à região no período, ou de escravos.



Grafo 6: Redes de Compadrio - 1747-1773²⁰

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

As métricas produzidas para esta rede indicaram que a mesma possuía densidade baixa, de apenas 0,001. A densidade D de uma rede é calculada a partir da fórmula $D = l/[n(n-1)]$, onde l indica o número de laços presentes no grafo e n o número de vértices. Essa métrica produz uma relação entre o número de relações possíveis dentro de uma rede e o número de relações efetivas, permitindo identificar quão aglutinados são os vínculos do grupo analisado (WASSERMAN & FAUST, 1994, p. 129). Os dados da rede coadunam com as informações disponíveis a respeito da demografia regional, indicando a existência de uma comunidade pequena e dispersa, indicada pela baixa densidade geral, que apresentava, porém, grupos em seu interior que eram mais densamente relacionados.

²⁰ Para os grafos utilizados ao longo deste trabalho – neste e no próximo capítulo – foi aplicada a seguinte configuração: algoritmo Harel-Koren Fast Multiscale, com a configuração de agrupamento por Clusters, utilizando o sub-algoritmo Clauset-Newman-Moore direcionado por força. Essa configuração foi escolhida por privilegiar a visualização dos agrupamentos mais densos no interior do grafo, permitindo identificar a aproximação entre agentes que têm suas relações reiteradas ao longo do tempo. A descrição destes algoritmos e demais configurações pode ser encontrada no Capítulo 1 deste trabalho. Os nomes foram omitidos das representações gráficas para não prejudicar a legibilidade das mesmas.

A existência de grupos mais densos no interior da rede é favorecida, também, pela atuação de agentes destacados no conjunto da comunidade, recorrentemente procurados como padrinhos, constituindo o grupo dos padrinhos preferenciais, também chamados por Brugger (2007) de ‘campeões de batismo’. Esses indivíduos, parte da elite econômica regional, surgem nos registros apadrinhando um número expressivo de crianças, constituindo assim extensas redes de compadres e comadres. Se considerarmos apenas os 10 indivíduos que mais apadrinharam no período, identificamos que estes colecionaram 340 ‘compadres’ e ‘comadres’, o que corresponde a 7,6% das relações da freguesia. Esses padrinhos e madrinhas preferenciais faziam parte do estrato econômico mais abastado da região, em sua maioria proprietários de terras, funcionários régios e comerciantes, ou suas esposas, além do já mencionado padre José Carlos da Silva.

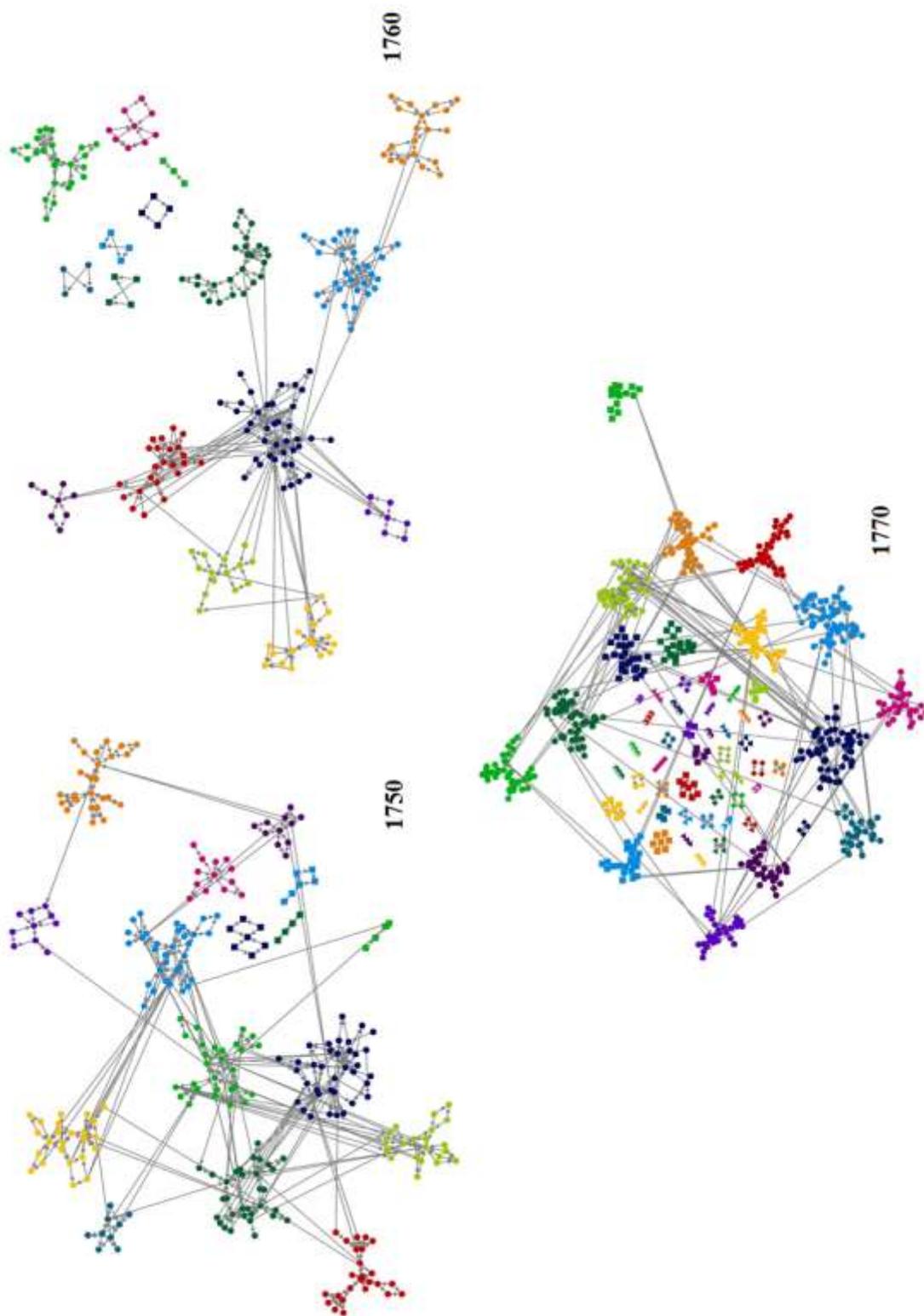
A imagem que visualizamos no Grafo 6, portanto, dá conta de mostrar as conexões estabelecidas ao longo de 26 anos pela comunidade da freguesia de Viamão através das relações de compadrio. Ela nos traz pistas, também, da importância do sacramento do batismo para aquela comunidade católica, e de como tal instituição atravessava e aproximava o cotidiano daquelas pessoas. Por outro lado, a utilização deste grafo traz uma limitação, que é de certa forma inerente a utilização da própria análise de redes, e que diz respeito a certa imobilização das relações, que aparecem representadas no Grafo como algo ‘perene’, constante, distante de uma realidade que deveria ser bem mais dinâmica. Afinal, ao longo de 26 anos muitas coisas poderiam acontecer: amigos se distanciam, novas relações são formadas, pessoas se mudam pra outro lugar, enfim. Não podemos tomar a rede em si como um “instantâneo” da realidade. Trata-se, antes, de uma representação que possui suas próprias limitações, assim como qualquer outra.

Uma forma de tentar contornar essa limitação, mesmo que de maneira parcial, é tentar visualizar como essas relações se definiam e se transformavam ao longo do tempo, a fim de visualizar as mudanças que ocorriam – se ocorriam – na utilização do compadrio por esta comunidade. Para fazer isso, optamos por proceder de duas formas: a partir da comparação visual dos subgrafos gerados a partir de um recorte temporal dos relacionamentos firmados entre pais e padrinhos; e, por outro lado, a partir da comparação das métricas e índices gerados para cada uma dessas redes. Assim, tentaremos realizar uma breve comparação entre três recortes temporais tomados a

partir do recorte inicial, buscando identificar as flutuações nas relações de compadrio daquela comunidade ocasionadas nas pela passagem dos anos. Para isso, apresentamos abaixo as redes e métricas geradas para cada período, tomando como base as décadas de 1750, 1760 e início da década de 1770, avançando até o ano de 1773²¹.

Na década de 1750, identificamos a realização de 501 cerimônias de batismo, considerando livres e cativos. Estas cerimônias foram registradas no primeiro livro de batismos da freguesia e nas primeiras páginas do segundo. Para a década de 1760, foram identificadas 530 cerimônias, enquanto que para os anos iniciais da década de 1770 identificamos 280 batismos, conforme pode ser verificado nos livros de número 2 e 3. Conforme já comentamos, diferente do primeiro livro de batismos da comunidade, os livros seguintes se caracterizam por uma predominância de batismos de crianças livres. No grafo e nas tabelas apresentadas abaixo, pode ser visualizada a comparação entre esses três períodos. Retomamos a seguir.

²¹ Os anos finais da década de 1740 não foram considerados para fins dessa comparação por apresentarem número reduzido de registros.



Grafo 7: Redes de compadrio separadas por década
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

	1750	1760	1770
Vértices	287	233	678
Laços individuais	491	364	983
Laços (total)	531	414	1011
Índice de reciprocidade	0,01957	0,03108	0,0080
Componentes	5	8	45
Distância Geodésica Máxima	13	16	20
Densidade	0,00622	0,00714	0,00217
InDegree Máximo	14	14	18
Agentes com maior InDegree	Beatriz Barbosa Rangel Gertrudes Magna de Menezes Dionísio R. Mendes	José da Silveira Peixoto Ana Maria Silveira	Manuel Bento da Rocha
Betweenness Máximo	14754,372	12680,630	47637,597
Agentes com maior Betweenness	Pedro Lopes Soares	José Carlos da Silva	Domingos Gomes Ribeiro

Tabela 1: Comparação das métricas das redes de compadrio por década
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

É possível perceber que a visualização dos grafos segmentada por décadas não apresenta diferença visual significativa, exceto por uma maior dispersão das relações que pode ser percebida para os anos iniciais da década de 1770. Para as duas primeiras décadas do período analisado, as representações gráficas guardam entre si semelhanças visíveis, com a formação de *clusters* relacionais no interior de redes relativamente bem conectadas. Essa percepção é confirmada quando segmentamos as métricas tomando em consideração cada período, sendo possível compreender melhor algumas características assumidas por estas redes, conforme demonstrado na Tabela 1.

Em linhas gerais, as métricas encontradas para as décadas de 1750 e 1760 apresentam maior proximidade, inclusive quando comparamos os agentes com índices de InDegree e Betweenness mais altos para os dois períodos (o InDegree máximo para essas duas décadas foi de 14, enquanto a Betweenness teve variação de cerca de 14% - mesmo assim, bem distante do valor apresentado para o último período). Outras características que guardam semelhança nos dois períodos são uma densidade e uma distância geodésica baixas, próximas do encontrado para a rede principal, bem como a formação de grupos mais densos no interior da rede, o que demonstra a manutenção das características identificadas para esta comunidade nos anos iniciais de sua formação (comunidade rural e geograficamente dispersa), conforme mencionado acima.

Por outro lado, podemos notar uma elevação no número total de laços na rede que representa o início da década de 1770, sendo acompanhado de uma queda sensível no índice de densidade da mesma, de quase quatro vezes. Essas transformações em relação às redes dos anos anteriores indicam uma maior dispersão das relações de compadrio no interior da mesma rede, correspondendo a um período de crescimento populacional da freguesia. O número de componentes presentes nesta rede também é bem maior do que nas décadas anteriores, reforçando a percepção de que as relações estavam se tornando mais diluídas, a partir da formação de um número maior de grupos e *clusters*, o que pode estar relacionado a uma nova etapa da organização social local. O deslocamento de grupos oriundos da vila de Rio Grande nos anos anteriores também pode ter contribuído pra isso, ao contribuir para a formação de novos grupos de sociabilidade na comunidade local.

Outra característica marcante, nos três períodos analisados, é a presença de agentes pertencentes aos mais altos estratos socioeconômicos daquela comunidade nas posições mais destacadas desta rede, ocupando os maiores índices de centralidade e intermediação. Como podemos ver na Tabela 1, o capitão Pedro Lopes Soares apresentou o maior índice de intermediação (Betweenness Degree) para a década de 1750. Neste período, ele foi seguido de perto pelo padre José Carlos da Silva, vigário da freguesia. Já na década seguinte, eles invertem suas posições, mas se mantêm em destaque nas redes locais. Já na década de 1770 desponta a figura do capitão Domingos Gomes Ribeiro, proeminente militar e latifundiário da região, oriundo das “melhores famílias” da vila de Rio Grande e proprietário da Estância do Itapuã (KUHN, 2006, p. 135). Essa ascensão protagonizada pelas famílias rio-grandinas no “mercado” do compadrio local também pode ser notada nas outras métricas dessas redes.

A presença contumaz de agentes dos estratos econômicos superiores da região nas posições mais destacadas das redes também pode ser percebida quando observamos os índices de centralidade para cada período. Para a década de 1750, podemos observar nas primeiras colocações, como padrinhos preferenciais da freguesia, integrantes do grupo “paulista”, notadamente ligados à parentela do sesmeiro Jerônimo de Ornellas e de seu concunhado, Dionísio Rodrigues Mendes, da qual nos ocuparemos adiante. Já para as décadas seguintes, é possível observar uma crescente participação da parentela ligada ao grupo dos Silveira, oriundos de Rio Grande, que também será estudado neste

capítulo. A participação destacada destes agentes nas redes desses três períodos pode ser melhor observada nas Tabelas 2 e 3, apresentadas abaixo:

1750		1760		1770	
Pedro Lopes Soares	14754,4	Jose Carlos da Silva	12680,6	Domingos Gomes Ribeiro	47637,6
Jose Carlos da Silva	12818,4	Pedro Lopes Soares	12425,7	Ana Rodrigues de Jesus	32299,2
Antônio Jose Viegas	12510,4	Teresa Maria de Jesus	11626,7	Inácio Osorio Vieira	25170,9
Ludovina Monteiro Barbosa	9978,7	Felícia Maria de Oliveira	8650,2	Manoel Bento da Rocha	22499,7
Rita de Menezes	8747,2	Maria Teresa de Jesus	8142,9	Antônio Jose de Alencastro	22143,5
Gaspar Fernandes	8272,6	Clara Maria de Oliveira	7558,6	Manoel dos Santos Robalo	15489,3
Maria de Brito	8272,6	Domingos Jose Pereira	6119,5	Antônio Jose da Silva Braga	13323,9
Francisco Xavier de Azambuja	8098,9	Manoel Soares Pinto	5610,2	Baltazar dos Reis Custódio	12943,2
Manoel Gonçalves Meireles	7246,2	Francisco Pinto Bandeira	5135,8	João Pereira Chaves	12910,7
Maria Jacinta de Oliveira	7097,9	Teresa de Jesus	4275,4	Francisco Pires Casado	12717,6

Tabela 2: Agentes com maiores Betweenness, por década
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

1750		1760		1770	
Gertrudes Barbosa de Menezes	14	Ana Maria da Silveira	14	Manoel Bento da Rocha	18
Beatriz Barbosa Rangel	14	Jose da Silveira Peixoto	14	Inácio Osorio Vieira	14
Dionísio Rodrigues Mendes	14	Pedro Lopes Soares	12	Isabel Francisca da Silveira	12
Maria Jacinta de Oliveira	13	Dionísio Rodrigues Mendes	11	Ana Rodrigues de Jesus	10
Francisco Xavier de Azambuja	12	Antônio Jose Pinto	10		
Clara Maria de Oliveira	12	Felícia Maria de Oliveira	10		
Rita de Menezes	12				
Jose Raimundo de Ornelas	11				
Pedro Lopes Soares	10				

Rafael Pinto Bandeira	10
Manoel Gonçalves Meireles	10
Lucrecia Leme Barbosa	10
Jose Carlos da Silva	10

Tabela 3: Agentes com InDegree maior que 10, por década

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Nessas duas tabelas, é possível perceber uma tendência que se mantém, grosso modo, para as três décadas analisadas, e que diz respeito justamente à presença desses agentes oriundos dos estratos socioeconômicos superiores daquela sociedade nas posições mais destacadas daquelas redes. Para a década de 1750, por exemplo, é possível perceber a frequência de agentes do que estamos chamando de grupos “paulista” e “lagunense” comparecendo como padrinhos preferenciais nos registros da freguesia. Para além do grupo vinculado a Jerônimo de Ornellas, já mencionado, podemos notar também a presença da família Pinto Bandeira, que também será analisada em uma das seções deste capítulo. Embora as posições apresentem variações, é possível perceber os nomes das mesmas famílias aparecendo com destaque na tabela que lista os agentes com maior índice de intermediação na freguesia.

Situação bastante semelhante pode ser observada para a década seguinte, com alguns agentes se revezando nas primeiras posições. Para os anos iniciais da década de 1770, porém, podemos notar duas diferenças principais: a primeira diz respeito à importância crescente assumida pelo grupo de famílias provenientes da vila de Rio Grande, que conforme aponta Kuhn (2006) assumiriam paulatinamente a posição de liderança política e econômica regional deste momento em diante. A outra diferença que pode ser notada é o número cada vez menor de padrinhos preferenciais, ou seja, daqueles agentes que apresentam índice de InDegree igual ou maior que 10, que cai de 13 indivíduos na década de 1750 para apenas 3 no início dos anos de 1770 (embora aí estejam sendo considerados apenas os três primeiros anos, conforme recorte originalmente proposto). Tal mudança é um indicativo de que esses agentes poderiam estar acumulando prestígio crescente para si e para suas famílias, alcançando maior destaque em um cenário onde as relações firmadas à beira da pia batismal se tornavam cada vez mais dispersas e diversificadas.

Tais ilações iniciais sugerem que os usos da instituição do compadrio naquela comunidade seguiam uma lógica situada no âmbito de uma sociedade de Antigo Regime, permeada por normas de equidade e diferenciação social, conforme discutiremos nas próximas páginas. Contudo, podemos perceber que estas eram influenciadas pelas mudanças da própria dinâmica social da freguesia, à medida que novos agentes sociais se incorporavam e novas relações eram construídas. Retomaremos esse quadro a partir da próxima seção, onde buscamos avançar nas análises das relações rituais estabelecidas pelas famílias viamonenses.

Buscamos estabelecer um recorte para este capítulo que propõe a análise das redes de compadrio formadas por algumas famílias que poderíamos chamar de elite econômica regional. Considerando a composição e o tamanho daquela comunidade no período estudado, fica evidente a impossibilidade de se proceder à análise das relações da totalidade da população local, e mesmo do conjunto das famílias da elite da região. Diante dessa limitação, foi necessário estabelecer um recorte que nos permitisse olhar para as relações que buscamos estudar aqui. Nossa escolha por se debruçar sobre três grandes ‘bandos’ familiares locais, que serão apresentados nas seções seguintes, levou em consideração, entre outros fatores, a representatividade dessas famílias para a região, posto terem ocupado posição destacada dentro daquela comunidade – figurando entre as maiores fortunas, acumulando terras e cargos, constituindo, enfim, a essência do que representava uma elite de Antigo Regime. Mas, também, pelo fato destas famílias terem aparecido com bastante frequência nos registros pesquisados, concentrando grande número de compadres e afilhados, o que contribui para a análise que se pretende realizar das estratégias adotadas por esse segmento social.

Para fins comparativos, e a fim de tornar mais inteligível nossa exposição, dividimos as análises deste capítulo em três seções, tratando das redes formadas pelos grupos que chamamos Lagunense, Paulista e Rio-Grandino. Conforme adiantamos, o objetivo desta seleção foi estabelecer uma amostragem representativa das famílias residentes na freguesia e confrontar as redes de relacionamento e estratégias sociais adotadas por cada grupo, para a partir daí estabelecer comparações e tentar identificar como o compadrio era utilizado, não sendo nossa intenção tratar destes grupos de forma esquemática, tampouco encerrar outras possibilidades que a análise das fontes poderia oferecer. Passemos, então, a análise das relações conformadas por estas famílias.

2.1. Tropeiros, contrabandistas, conquistadores: as redes dos precursores lagunenses

A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão foi, em essência, fundada por famílias lagunenses. Por mais que os dados demográficos demonstrem que esse substrato perderia sua superioridade numérica já nos anos imediatamente posteriores à sua fundação, não é possível subestimar sua relevância, seja pelo seu caráter precursor, seja pela importância política e econômica que essas famílias cumpriram nas décadas seguintes. Segundo Kuhn (2006, p. 104), já no final dos anos de 1740 a mobilidade de famílias de Laguna para a região de Viamão provocou um crescimento substantivo no número de fogos da freguesia; para isso, podem ter contribuído fatores como um esvaziamento econômico relativo de sua vila de origem, bem como o interesse econômico dessas famílias pelas oportunidades que surgiam ao sul - como o aprisionamento de gado ou do gentio da terra - e conectavam essa região cada vez mais aos mercados do sudeste. De fato, parte dessas famílias lagunenses viria a compor o estrato econômico superior da nova freguesia - ao menos na década de 1750 -, tornando-se proprietários de terras, rebanhos e escravos, além de ocuparem postos administrativos e militares. Formaram, assim, o que Hameister e Gil chamaram de “primeira elite crioula do Continente de São Pedro”, detentora de poder, riqueza e mando, por direito de conquista (HAMEISTER e GIL, 2007, p. 269).

Dentre essas, assumiu destaque o grupo familiar do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, cujos descendentes estiveram entre os primeiros povoadores da região. A família Brito Peixoto esteve ligada à fundação e povoamento da vila de Laguna, durante a segunda metade do século XVII. Na figura de suas lideranças, Domingos de Brito Peixoto e seu filho, Francisco de Brito Peixoto, exerceu o poder em Laguna através do exercício do cargo de capitão-mor da vila, cargo acessado através de nomeação régia e que concedia imensos poderes ao seu detentor. A época, o capitão-mor da vila de Laguna tinha poderes sobre um vasto território que incluía, além da faixa litorânea catarinense e a Ilha de Santa Catarina, todos os campos ao sul, no chamado Rio Grande de São Pedro (KUHNS, 2006, 58-63). Segundo a Genealogia Paulistana, de Silva Leme,

[o] Capitão-mor Francisco de Brito Peixoto, natural de S. Vicente, foi com seu pai, o fundador da vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1684, e mais tarde, em 1715-1718, explorador e descobridor a costa de seus cabedais dos campos do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Em 1721 lhe foi

passada por el-rei dom João a carta patente de capitão-mor das terras da Laguna e ilha de Santa Catharina e do Rio Grande de S. Pedro, fazendo nela honrosa menção dos serviços por ele prestados. Faleceu solteiro deixando uma f.^a natural que foi casada com João de Magalhães. (SILVA LEME, 1904, p. 188)

A saga da família também se notabilizou pelo papel exercido na conquista, ou seja, na expansão das fronteiras territoriais portuguesas para o sul do continente, através do desbravamento de terras e da submissão das gentes. Como nota Silva Leme, esse serviço prestado a Sua Majestade foi financiado “*a custa de seus cabedais*”, traço característico dos conquistadores desse período, o que colocava Brito Peixoto em uma posição credora, por assim dizer, frente à Coroa portuguesa, possibilitando o acesso a mercês régias que, conforme aponta Hespanha (2007, p. 139) estavam intimamente ligadas à retribuição dos serviços prestados pelos súditos, dentro de uma lógica de justiça comutativa. Essa lógica, que constituía a base do governo das relações nas sociedades de Antigo Regime, permitiu, entre outras coisas, que os Brito Peixoto pudessem acessar cargos na administração colonial portuguesa e terras nos seus domínios sulinos.

Outro desses conquistadores foi o genro de Francisco de Brito Peixoto, o capitão João de Magalhães, que comandou a expedição organizada pelo sogro na década de 1720, avançando pelos campos do Rio Grande e estabelecendo importante marco do futuro domínio luso sobre estas terras. Conforme Kuhn,

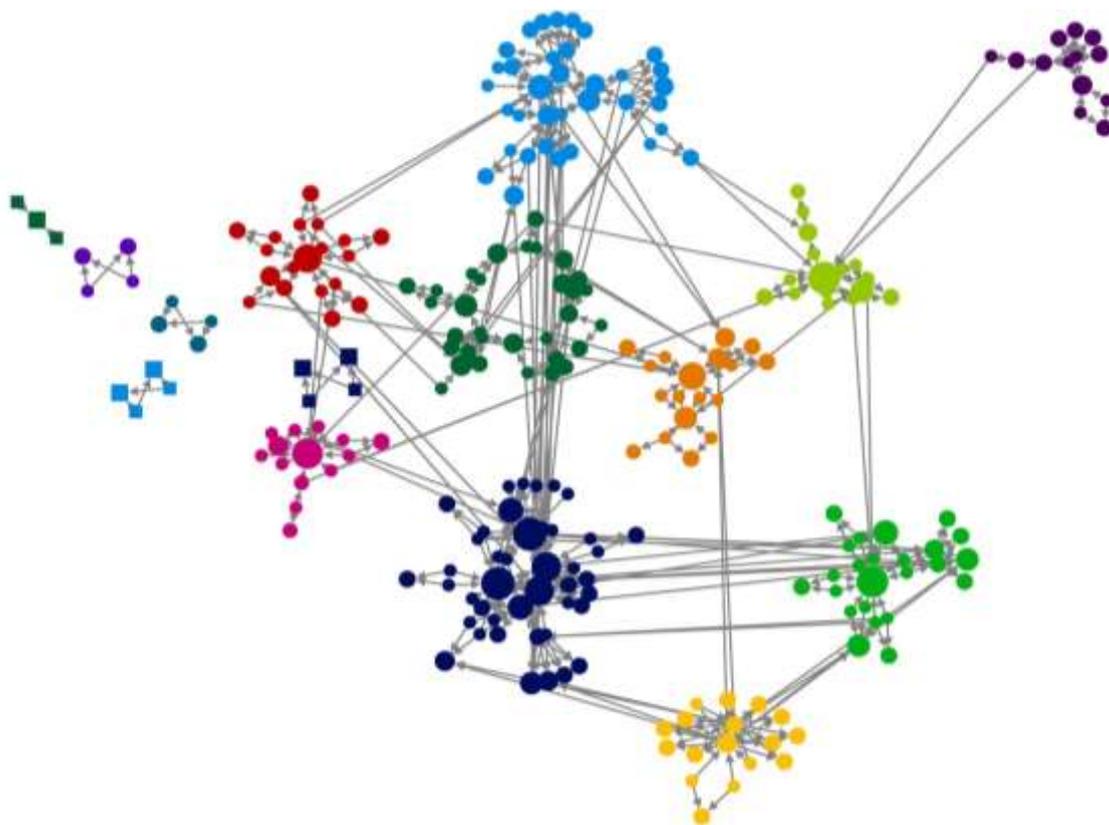
essa expedição não era uma mera bandeira de apresamento, pois Magalhães tinha também ordens de fundar uma povoação no “sítio do Rio Grande” (o que de fato só aconteceria em 1737) e estabelecer contatos amistosos com os indígenas minuanos, visando especialmente assegurar o livre fluxo de gado que vinha das terras castelhanas. Ou seja, a expedição do genro do capitão-mor de Laguna, para além de suas pretensões escravistas, tinha também uma função estratégica e econômica. Mesmo que não tenha fundado a povoação de Rio Grande, incorporou ao conhecimento português toda uma vasta região de campos naturais propícios à atividade pecuária, assegurando a ocupação posterior dos Campos de Viamão a partir da década de 1730. (KUHN, 2006, p. 38)

Além de responsável pelo povoamento inicial dos campos viamonenses, os descendentes dos Brito Peixoto se uniriam, através do matrimônio, a outras famílias importantes que aportaram em Viamão, através de engenhosas estratégias sociais de matrimônio, típicas de sociedade de Antigo Regime, criando um grupo com importante relevância política e econômica na freguesia em formação. Esta, aliás, é uma das práticas recorrentemente adotadas por estas elites crioulas, que constituíam parte de suas estratégias de reprodução naquele período, ao lado das práticas de compadrio e outros

expedientes de diferenciação social, conforme comentamos anteriormente. Esse acúmulo de capital econômico e relacional permitiu a este grupo criar uma extensa rede de relações, que abarcou importantes famílias paulistas, lagunenses e colonistas na freguesia em formação.

Uma dessas famílias foi a do sesmeiro Antônio de Souza Fernando, cuja política de matrimônios deu origem a algumas das mais ilustres famílias do continente. Conforme aponta Kuhn (2006, p. 107), "*os genros de Souza Fernando todos perfilam como membros do seletto grupo da elite local, donos de estâncias, gado e escravos*". Através do matrimônio, esta família ligou-se a outras importantes famílias lagunenses, tais como os Soares, Dutra e Pinto Bandeira, formando assim um grupo que acumulou vastas propriedades e influência na região de Viamão.

A partir da reconstituição dos vínculos constituídos por esse grupo, apresentamos abaixo o grafo que representa o conjunto das relações de compadrio desse substrato, considerando os três primeiros livros de batismos da freguesia.



Grafo 8: Redes das famílias lagunenses

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Este grafo reúne 533 pessoas, que compareceram a pia batismal 316 vezes, firmando 1039 relações entre os pais e seus respectivos 'compadres' e 'comadres'.

Considerando a presença de vários grupos familiares nesta representação, utilizamos o recurso de dividir a rede em *clusters*, de modo a permitir a visualização das redes familiares e dos grupos mais integrados dentre o conjunto de relacionamentos.

Conforme indicamos no primeiro capítulo, um *cluster* define um grupo de nós que mantêm ligações mais próximas e frequentes. O compartilhamento de relações em comum, bem como sua reiteração no tempo, faz com que o algoritmo utilizado aproxime estes nós, destacando-os dos demais. Da mesma forma, a ausência de relações ou o isolamento de um nó tende a ‘empurrá-lo’ para a periferia do grafo, isolando-o dos demais. Desta forma, podemos dizer que cada grupo presente nessa rede, representado por nós de cores diferentes, retrata uma família ou grupo que mantinha relações mais íntimas. Note-se, porém, que esta representação não engessa cada família no seu ‘quadrado’: na verdade, um agente que mantinha mais vínculos (de compadrio, no caso) com pessoas de fora de seu núcleo parental aparecerá na rede junto aos demais nós com quem se relaciona.

Para a representação que fazemos aqui, a relação *cluster*-família parece funcionar bem, pois estes frequentemente coincidiram, o que indica um número expressivo de relações de compadrio endógenas, característica que já foi apontada por outros autores em estudos sobre essa prática (p. ex. em RAMOS, 2004; FRAGOSO, 2010; MARQUES, 2011). Assim, por exemplo, podemos ver representadas acima as relações do grupo dos Pinto Bandeira (no centro, em azul escuro), que concentra um grande número de vértices.

A vantagem em utilizar esta representação está no fato de que ela nos permite observar como estas famílias estavam interligadas, ao mesmo tempo em que conseguimos perceber como existiam círculos mais íntimos e densos em torno de alguns agentes ou casais. Como exemplos disso temos as redes dos casais Antônio Viegas e Francisca Magalhães (em vermelho), Antônio Fernando e Apolônia Oliveira (em verde claro) e João Garcia Dutra e Maria Jacinta Oliveira (em rosa). Todos estes eram proprietários de terra na região e concentravam em torno de si redes pessoais (*egonets*) de maior ou menor alcance. A partir desta representação mais geral, podemos avançar para a análise das relações de setores específicos deste grupo.

Nota-se, primeiramente, que a participação desse substrato nas redes de compadrio sofreu uma redução, em termos absolutos, entre as décadas de 1750 e 1770.

Conforme pode ser verificado nos livros de batismo, esse grupo participou de 150 batismos entre 1750 e 1759, tendo esse número caído para 110 na década de 1760, e apenas 25 nos três primeiros anos da década de 1770. Nesse período, diminuiu também a frequência com que alguns dos membros mais destacados deste grupo foram convidados a ocupar a posição de padrinhos e madrinhas de crianças nascidas na freguesia, apresentando uma redução considerável no número de novos compadres de seus círculos.

Em relação à família Pinto Bandeira, esta se constituiu em um importante grupo de poder na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XVIII, tendo entre seus membros militares, estancieiros e, mais tarde, um governador militar da capitania, Rafael Pinto Bandeira, que à época dos registros levantados para este estudo estava passando da adolescência para a vida adulta²². A época da criação da freguesia, a família era liderada pelo lagunense Francisco Pinto Bandeira, proprietário de pelo menos duas sesmarias na região dos Campos, conforme pudemos identificar nas cartas de sesmaria emitidas pelo governador Gomes Freire no período:

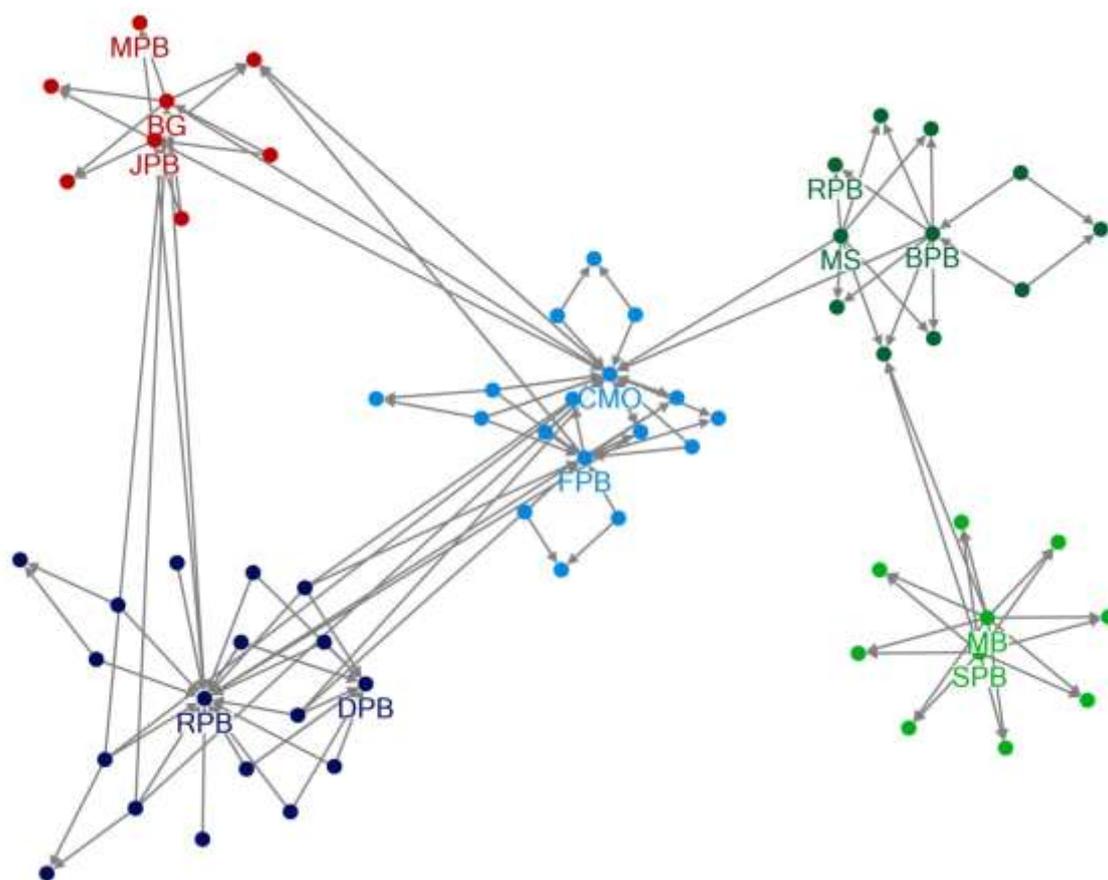
Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, que attendendo a me Representar por sua petição Francisco Pinto Bandeira, que ha mais de dezaseis annos povoara hua fazenda, em que ao presente tinha mais de tres mil Rezes, Cazas, e Curraes cita na paragem que chamão Sapocaya nos Campos de Viamão destricto desta Villa do Rio Grande de São Pedro, cuja fazenda constava de hum Rincão, que teria de cumprido tres Legoas, e de largo hua, partindo pela banda de leste. e nordeste com terra do Capm. Joao Lourenço Velozo servindolhe de deviza hum corgo, e do Norte com os Morros de Itacolomy, e pela de oeste com Antonio de Souza Fernando ficandolhe ao Sul o Rio Gravatahy, e porque queria possuir a dita fazenda com mais justo tito lo me pedia lhe mandase passar Carta de Sesmaria della; e sendo visto o seu Requerimento; em que foi Ouvida a Camara desta Villa, a quem se nao offereceo duvida alguma, nem ao Provedor da Fazenda Real della: Hey por bem dar de Sesmaria em nome de S. Mag. em virtude da ordem do ditto Senhor de quinze de Junho de mil settecentos, e honze ao dito Francisco Pinto Bandeira no Refferido Rincão tres Legoas de cumprido, e hua de Largo na paragem asima declarada, e com as confrontaçoes expressadas sem prejuizo de terceiro, ou do direito, que alguma pessoa tenha a ellas, com declaração que cultivará as dittas terras, e Requererá a S. Mag. pelo seu Conselho Ultramarino Confirmação desta minha Carta de Sesmaria dentro em dous anos (...) (CARVALHO, 1928, p. 463)²³

22 Rafael nasceu no ano de 1740. Tinha, portanto, 7 anos quando da primeira cerimônia de batismo em Viamão. Ele aparece pela primeira vez como padrinho quatro anos depois, aos 11 anos de idade, e segue apadrinhando nos anos seguintes, conforme trataremos neste capítulo.

23 A outra carta, emitida no mesmo período, atesta a existência de outra sesmaria nos chamados Campos de Cima da Serra, onde Francisco possuía outras “*mil e duzentas Egoas com seus pastores, e quinhentas Cabeças de Gado Vacum*” (Idem, p. 464).

No período analisado neste trabalho, 12 integrantes da família são citados nos registros de batismo da freguesia de Viamão. Dez deles apadrinharam um total de 18 crianças, de diferentes estratos sociais; por outro lado, os irmãos Pinto Bandeira tiveram também 17 filhos nesse período, sendo que pelo menos 13 destes foram apadrinhados por outros grandes proprietários da região, demonstrando que a família estava fortemente relacionada dentro de seu estrato social. Finalmente, a escolha dos padrinhos das outras crianças no interior do grupo familiar demonstra, também, uma intenção de reforçar relações já estabelecidas.

Ao todo, o fragmento de rede formado por esta família agregava outros 51 homens e mulheres da região. É interessante notar como se dava a composição dessa rede e que agentes sociais dela participavam: como esperado, estavam presentes outros estancieiros da região, bem como suas esposas, mas surgiram também indígenas, forros, açorianos e até escravos. O grafo a seguir representa essas relações:



Grafo 9: Rede de compadrios da Família Pinto Bandeira²⁴

²⁴ Legenda: BG: Bernarda Gonçalves; BPB: Bernardo Pinto Bandeira; CMO: Clara Maria de Oliveira; DPB: Desidéria Pinto Bandeira; FPB: Francisco Pinto Bandeira; JPB: José Pinto Bandeira; MB: Maria de

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Partindo desta imagem, é possível destacar que a maioria das relações deste grupo se concentrava ao redor de alguns dos agentes, como no caso do casal Francisco e Clara e de sua filha, Desidéria. Destaca-se também o nome de Rafael Pinto Bandeira, que apadrinhou 10 crianças no período, formando vínculos com 18 ‘compadres’ e ‘comadres’, sendo 14 destes externos à família. Outros membros da família não tiveram este papel de destaque como padrinhos, mas ampliaram os laços familiares através do batismo de seus próprios filhos - como é o caso de Salvador Pinto Bandeira, que teve seis filhos, todos eles batizados por pessoas externas ao núcleo familiar, ou Bernardo Pinto Bandeira, que teve quatro filhos e firmou relações rituais com alguns cunhados, mas também com outros estancieiros da região.

Para entender melhor esta rede, vejamos as métricas relacionais de seus principais agentes, que são reproduzidas na tabela abaixo:

Nome	InDegree	OutDegree	Betweenness Centrality	Closeness Centrality	Eigenvector Centrality
Rafael Pinto Bandeira	18	0	1204,850	0,005	0,062
Clara Maria de Oliveira	16	6	2512,060	0,007	0,080
Francisco Pinto Bandeira	8	5	496,667	0,005	0,047
Desidéria Pinto Bandeira	8	0	126,900	0,005	0,023
Bernarda Gonçalves	4	6	414,450	0,006	0,048
Jose A. de Vasconcelos	4	0	1081,365	0,005	0,006
Jose Carlos da Silva	4	0	78,159	0,006	0,033
Ana de Brito	2	0	0,222	0,003	0,001
Antonio Jose Pinto	2	2	136,609	0,006	0,030
Bernardo Jose Pereira	2	0	0,500	0,004	0,010
Bernardo Pinto Bandeira	2	7	1136,000	0,006	0,019
Catarina de Lima Pinta	2	0	0,222	0,003	0,001
Jose Pinto Bandeira	2	6	379,450	0,006	0,038
Felicia Maria de Oliveira	2	2	136,609	0,006	0,030
Domingos Gomes Ribeiro	2	0	0,222	0,003	0,001

Tabela 4 - Métricas da rede de compadrio da família Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Inicialmente, gostaríamos de destacar o papel que cumpria a Clara Maria de Oliveira²⁵. Observando a segunda coluna da tabela, que informa a centralidade de

Brito; MPB: Manoel Pinto Bandeira; MS: Maria Santa; RPB: Rafael Pinto Bandeira; SPB: Salvador Pinto Bandeira.

²⁵ Francisco Pinto Bandeira batizou algumas crianças junto à esposa, mas ela apadrinhou mais vezes e com outros companheiros, de modo que sua atuação como madrinha nos parece ter sido mais importante

entrada (InDegree) de cada agente, podemos observar que ela formou vínculos com 16 pessoas ao longo do período estudado, sendo que 10 destes relacionamentos corresponderam a vínculos de compadrio com proprietários de terras da região e suas esposas. A centralidade de entrada é definida como o número de ligações incidentes em um vértice em particular (WASSERMAN e FAUST, 1994, p. 100), ou seja, as relações em que Clara Maria atuou como madrinha.

Considerando as informações de que dispomos, esse dado nos permite apontar que Clara cumpriu papel importante no estabelecimento das relações horizontais da família, ligando suas casas à de outras famílias estancieiras através do parentesco espiritual, apresentando o segundo maior InDegree e a maior intermediação (*Betwenness*) nesta rede. O grau de intermediação, conforme apontamos no Capítulo I, indica as relações que seriam ‘quebradas’ com a retirada do agente da rede. Assim, Clara aparece neste instantâneo dos relacionamentos de sua família cumprindo uma das funções mais importantes para a Teoria de Redes, que se refere ao conceito de intermediário social²⁶, ou seja, uma pessoa que atua como conector entre diferentes grupos, ou que constantemente é procurada por outras pessoas para obtenção de favores ou de acesso a outros agentes da rede (Idem, p. 174-177).

Para entender o que essa métrica nos informa a respeito da atuação de dona Clara nas relações de sua família, analisemos brevemente os registros de batismo onde seu nome é mencionado. Entre 1747 e 1773, o casal Francisco e Clara teve quatro filhos, Evaristo, Felizberto, José e Francisca. Três deles tiveram como padrinhos religiosos, no caso os padres Manoel Luís Vergueira e José Carlos da Silva²⁷ (importante notar que esses eram padres, mas padres com fazendas e escravaria também). Evaristo foi consagrado a Nossa Senhora da Conceição (o registro não cita o motivo para tal), Felizberto teve como madrinha Francisca Teresa de Jesus, esposa de Bartolomeu Gonçalves de Magalhães, e José teve como madrinha sua tia Felícia Oliveira, irmã de sua mãe. Já a caçula Francisca teve como padrinhos também a tia Felícia Oliveira e seu marido, Antônio José Pinto.

na formação dos laços rituais do grupo, assim como a atuação dos filhos. É possível que Francisco se ocupasse de outras frentes, como os negócios da família, por exemplo.

²⁶ Também referido na bibliografia como conector, gozne ou broker.

²⁷ Embora esta prática fosse proibida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em seu título XIII. Ver DAVIDE, 1853, p. 153. Ambos atuaram como párocos titulares da freguesia.

Já entre os afilhados de Clara Maria de Oliveira, temos três sobrinhos (filhos dos cunhados Bernardo e José Pinto Bandeira e da irmã, Felícia Oliveira); além destes, aparecem filhos de outros estancieiros da região, como no caso de Bartolomeu Gonçalves de Magalhães, Francisco Manoel de Souza e Távora e Inácio Cesar de Mascarenhas, de colonos açorianos (no caso do casal Francisco e Maria da Silva) e de dois forros, o casal Manoel Dias e Rosa Maria. Os nomes de Bartolomeu Magalhães e Inácio Mascarenhas são mencionados nas fontes como proprietários de terras na região do rio Caí e fundadores do povoado que deu origem ao que hoje é o município de Montenegro, enquanto o furriel Francisco de Souza e Távora também possuía terras na região da estância da Boa Vista, nos limites meridionais da freguesia.

Essa diversidade nas relações mantidas por Clara Maria de Oliveira é justamente o que justifica a diferenciação nos índices que lhe são correspondentes nesta rede e nos sugere a importância de sua atuação para a família à qual pertencia. Suas relações abrangiam tanto o fortalecimento das relações intrafamiliares quanto a manutenção de relações horizontais com famílias de estrato social semelhante. Porém, através do apadrinhamento de filhos de migrantes e forros, Clara atua também no sentido de estabelecer relações sociais verticais, possivelmente relacionadas ao desenvolvimento de uma base clientelar de sua família, embora exerça esse papel menos frequentemente.

Importante notar, ainda, que Clara Maria de Oliveira não apenas era esposa de um estancieiro com cargo militar e comandante do registro da Guarda de Viamão, mas também filha de um importante proprietário de terras, Antônio de Souza Fernando, chefe de uma importante família originária da Colônia do Sacramento, cujas filhas - irmãs de Clara - casaram-se todas com estancieiros e potentados no Rio Grande. 'Dona' Clara, como aparece nos registros, fazia jus, portanto, a esse epíteto característico, muito utilizado nos registros para distinguir as mulheres pertencentes a boas famílias.

Por outro lado, Rafael Pinto Bandeira (filho de Francisco Pinto Bandeira e Clara Maria de Oliveira), apresenta índices de centralidade, intermediação e relevância também destacados. A relevância de um nó (*Eigenvector Centrality* ou centralidade vetorial) é calculada com base na centralidade dos outros nós com que o primeiro se relaciona. Assim, um nó ou agente adquire relevância quando se relaciona com outros nós bem relacionados dentro da mesma rede. Esse índice, somado a sua centralidade na rede, sugere que Rafael foi preparado desde cedo para assumir o comando da família,

concedendo o seu ‘dom’ como padrinho desde jovem (o rapaz apadrinhou seu primeiro afilhado aos 11 anos de idade)²⁸. Contudo, cabe destacar que o perfil das relações formadas por Rafael era qualitativamente diferente daqueles que vimos para sua mãe: entre os compadres com que ele estabeleceu relações nesse período, contamos seis colonos migrantes (quatro deles açorianos), um negro forro, uma índia e um casal de escravos de seu pai. Além disso, ele batizou também dois primos e um filho de outro estancieiro, Bartolomeu Bueno da Silva.

Diferente de sua mãe e de suas tias, o perfil do padrinho Rafael esteve voltado para a formação de relações verticais, atendendo a famílias de estratos subalternos que possivelmente concorreram para o apoio de seu grupo familiar na condição de clientes. Autores como João Fragoso (2010) indicam a importância desse tipo de relacionamento em sociedades de Antigo Regime, onde famílias de estratos sociais diferentes de conectavam por compartilharem de interesses complementares: se os colonos e cativos buscavam no padrinho a possibilidade de favorecimento ou proteção, a família se beneficiava por ampliar sua base social, reunindo homens que poderiam ser acionados para defender seus interesses, ou mão-de-obra para trabalhar em seus negócios. Em todo caso, é sugestivo que a tarefa de construir essas relações recaia, principalmente, sobre o filho mais velho, que formou uma rede pessoal que abarcava este substrato, ao mesmo tempo em que o conectava a outros senhores de terras e familiares.

²⁸ Importante notar que a atuação de Rafael como padrinho e ‘protetor’ se concentra, principalmente, na década de 1750. Durante a década de 1760, momento em que Rafael inicia sua carreira militar e começa a participar de campanhas pelo Continente, sua presença junto a pia batismal de Viamão diminui sensivelmente – embora outros trabalhos tenham identificado sua atuação como padrinho em outras freguesias.

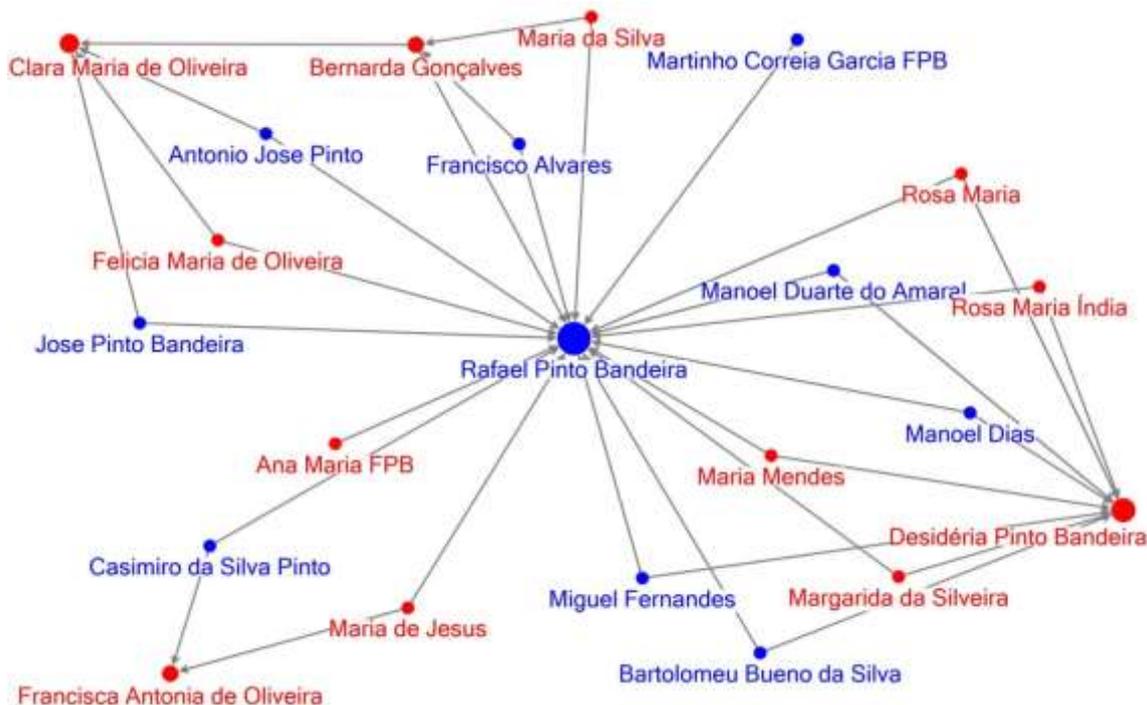


Gráfico 10: Egonet de Rafael Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Essa tendência indica um padrão de ligação vertical que foi mantido nos anos posteriores, quando o já adulto Rafael Pinto Bandeira se tornou um proeminente chefe militar e político da região, conforme identificou o estudo de Tiago Luís Gil “*O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social*” (2011). O futuro ‘patrão’ Rafael, já em sua juventude, apresentava esta tendência a formar o que denominamos relações verticais diretas, o que poderia já neste período identificar uma estratégia familiar de vincular os integrantes de uma base social diversa ao jovem que estava sendo preparado para assumir a liderança do grupo.

Cabe notar, entretanto, que Rafael não desempenhou essa função sozinho. Na verdade, a atuação dos filhos parece ter sido importante para o estabelecimento das relações da casa de Francisco Pinto Bandeira, tendo em vista que em cinco ocasiões a jovem Desidéria esteve ao lado de Rafael nas cerimônias batismais. A diferença, aí, parece estar na seleção dos afilhados, que parece ter sido mais criteriosa para a filha: sua ‘graça’ foi concedida apenas a filhos de pais livres, sobretudo, ou forros (em um caso).

Cabem, assim, algumas considerações a respeito do papel que cumpria à segunda filha do casal Francisco e Clara. Conforme aponta Michelle Selister, as mulheres daquela sociedade colonial estavam destinadas, grosso modo, a desempenhar

funções que se limitavam ao âmbito privado, ou seja, ao âmbito da ‘casa’, seja como esposa, mãe, filha ou, no caso, madrinha (SELISTER, 2014, p. 47). Essa limitação se dava em função do interdito imposto à participação dessas mulheres na vida econômica e política daquela sociedade, que desse modo tinham sua atuação limitada à esfera doméstica das relações.

Parece-nos, contudo, que apesar dessas restrições à atuação feminina, a análise de suas relações nos permite vislumbrar como essas mulheres cumpriam papel relevante para suas famílias. Às filhas, por exemplo, cumpria “*cooptar bons genros que pudessem agregar patrimônio, crédito, ou até mesmo aumentar a esfera de influência de uma determinada família*” (Idem). Nesse sentido, esperava-se das jovens senhoras que contribuíssem também para o sucesso de uma política de matrimônios familiar, que garantisse a reprodução da sua ‘casa’. Por outro lado, a atuação da esposa/mãe na educação da prole, na organização da casa ou, mais uma vez, como comadre e protetora/madrinha contribuía, também para a expansão das redes de relacionamentos da família, como aconteceu com Desidéria, mas também com Clara Maria de Oliveira, sua mãe. Assim, conforme aponta Del Priori (1993), malgrado as limitações de sua existência, as mulheres daquela sociedade estamental possuíam, ainda assim, espaço para exercer algum protagonismo e contribuir para a reprodução social de seu grupo familiar.

Sendo apenas dois anos mais nova que seu irmão Rafael, a jovem Desidéria o acompanha pela primeira vez aos 9 anos, quando batizaram a pequena Ana, filha do forro Manoel Dias e da índia Rosa Maria, citada como natural “das aldeias de Buenos Aires”. Depois, aos 13 anos, eles batizam uma filha do casal Miguel Fernandes e Maria Mendes. Não temos outras informações sobre este casal, a não ser o fato de ele ser um reinol, enquanto ela seria nascida em Laguna. Logo a seguir, em um intervalo de dois meses, os irmãos Rafael e Desidéria Pinto Bandeira batizam dois filhos de um “casal das ilhas”. O pai destas crianças, Manoel Duarte do Amaral, aparece nos róis de 1757 como capataz nas terras de Antônio de Souza Fernando – portanto, o avô materno dos padrinhos. O último afilhado de Desidéria e Rafael neste período foi o pequeno

Joaquim, filho do paulista Bartolomeu Bueno da Silva²⁹ e sua esposa, Margarida da Silveira.

Deste modo, percebemos que a atuação de Desidéria e a construção de sua imagem como madrinha e protetora naquela comunidade se deu em concomitância com a construção da imagem do seu irmão. Essa situação nos parece muito interessante: a impressão que fica é que os jovens irmãos estavam sendo preparados para assumir o papel de liderança e proteção que cumpria aos seus pais naquela comunidade, à medida que construíam desde cedo uma base social diversificada, ampliando os laços rituais de sua família ou reforçando relações já existentes (como no caso do capataz do avô). A Desidéria cumpriu, ainda, um papel na política matrimonial de sua família: ela contraiu núpcias em 1763 com o português Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, futuro comandante militar do Distrito do Cai e membro do ‘bando’ do capitão Rafael Pinto Bandeira (GIL, 2002, p. 136). ‘Dona’ Desidéria, assim como ‘Dona’ Clara, cumpria assim com seu papel para a preservação do *status* social de sua família.

Mas se as fontes nos dão indícios de que os Pinto Bandeira ocupavam posição distinta nessa sociedade, elas também podem mostrar que os membros da família poderiam ocupar o outro polo dessas relações de reciprocidade. Pelo menos é a impressão que temos ao analisar os batismos dos filhos dos outros irmãos da família: José, Salvador, Manoel e Bernardo Pinto Bandeira. Esses homens foram padrinhos muito mais raramente, tendo cada um batizado uma criança.

Alguns trabalhos citam a existência de uma sesmaria pertencente a José Pinto Bandeira, localizada próxima ao arroio Palmares e ao sul da sesmaria de Manoel Pereira de Barros³⁰. Isso colocava este irmão distante da sede da freguesia (o Arraial) e também distante da sesmaria de seu irmão, localizada ao norte do rio Gravataí, na região da Guarda. Quanto ao irmão Bernardo Pinto Bandeira, este aparece no rol de 1757 em um fogo na Estância do Tramandaí. Teria a distância geográfica feito com que estes irmãos fossem preteridos da condição de padrinhos por seus conterrâneos? A esse respeito, Sirtori e Gil (2011) ao analisar as relações de compadrio entre cativos da mesma região,

²⁹ Não confundir com o bandeirante paulista de mesmo nome. A esposa deste Bartolomeu é citada como filha de um casal de número no registro de casamento do casal, de modo que a união pode tê-lo habilitado a concessão de uma data de terras (as fontes não deixam isso claro).

³⁰ Contudo, não foi possível encontrar a carta de concessão desta sesmaria.

apontam que sim, poderia a questão geográfica contribuir para a escolha de padrinhos, matizando, inclusive, a importância de tal instituição enquanto estratégia social.

Parece que em muitos casos de mudança de domicílio, as relações construídas entre os cativos se mantêm com dificuldade ou se extinguem. Não creditamos isso a simples condição escrava, pois parece afetar igualmente a relação dos livres, inclusive da elite. Ao que tudo indica, o mercado “local”, comunitário, de relacionamentos, era suficiente para o fornecimento de padrinhos. Esta avaliação, porém, pode significar que nem todos ou nem sempre o compadrio era algo tão valorizado ou tão preparado. (SIRTORI e GIL, p. 13)

Essa constatação demonstra que as relações de compadrio poderiam não ter tamanha importância naquela sociedade, ou pelo menos serve para matizar o seu papel frente a outras instituições sociais e relações que eram cotidianamente construídas pelas famílias e indivíduos. Conforme lembramos em seção anterior, as recorrentes práticas de afirmação e diferenciação que atravessavam àquela sociedade extrapolavam o contexto do parentesco ritual, servindo-se de outros expedientes para alcançar seus objetivos (política de casamentos, obtenção de cargos e mercês, realização da conquista, etc.). Por outro lado, não devemos exagerar a importância da própria instituição do compadrio, que poderia servir-se de um vizinho ou amigo, e muitas vezes de familiares, não necessariamente constituindo-se em uma estratégia complexa e elaborada.

Em relação aos irmãos Pinto Bandeira, poderíamos pensar que o papel de padrinho e protetor não cabia a estes irmãos na divisão de tarefas familiar. Sabemos que as métricas desses quatro irmãos - e suas esposas - não se destacam na rede de compadrios da família. Na verdade, não identificamos que as esposas de Manoel e Bernardo Pinto Bandeira tenham apadrinhado nenhuma criança. Por outro lado, os irmãos tiveram filhos, tendo Salvador Pinto Bandeira apresentado o maior *OutDegree* da rede. Portanto, ao oferecer seus rebentos como afilhados, estes irmãos assumiram a posição passiva nesta relação de troca, mas também contribuíram para ampliar a rede de relações familiar com outras importantes famílias locais. Isso é reforçado pela lista de compadres que os irmãos colecionaram, entre eles estancieiros como Domingos Gomes Ribeiro, José Antônio de Vasconcelos, Francisco da Fonseca Quintanilha, Domingos José Pereira, José Antunes de Cabedos, além dos padres José Carlos da Silva e João Clarque. Por outro lado, os irmãos José, Salvador, Manoel e Bernardo Pinto Bandeira não aparecem com tanta frequência batizando crianças, sejam elas filhas de famílias abastadas ou de estratos inferiores, sugerindo que seu ‘dom’ não era tão procurado por

seus contrerrôneos, ou que o compadrio não exercia função tão central em suas estratégias de inserção e afirmação social.

2.2. Estancieiros e escravistas: os abastados paulistas e suas redes no sul.

Outro grupo importante durante a formação da freguesia se organizou em torno do conhecido Porto do Dorneles, sob a liderança do sesmeiro Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcellos, que se estabeleceu no Morro de Sant'Anna por volta do ano de 1740³¹. Natural do arquipélago da Madeira, Jerônimo de Ornellas é apontado em outros trabalhos e nas genealogias disponíveis como descendente da fidalguia insular, e migrou para o Continente na década de 1730. Antes disso, havia se casado em Guaratinguetá com Lucrecia Leme Barbosa, filha de uma das “melhores famílias” locais e também descendente dessa fidalguia (KUHN, 2006, p. 217), sendo por sua vez também prima em terceiro grau do capitão-mor de Laguna Francisco Brito Peixoto, já mencionado em seção anterior.

A região do então ‘Porto do Dorneles’, dentro das terras de Jerônimo, anos mais tarde serviria como base para o núcleo urbano inicial da atual capital gaúcha, Porto Alegre, enquanto a localidade onde se situava seu fogo corresponde à região de divisa entre os atuais municípios de Porto Alegre e Viamão, o Morro de Sant'Anna. Com o crescente número de casais açorianos vindos da vila de Rio Grande a fixar-se em seus domínios, Jerônimo vende sua propriedade em 1762 e transfere-se para a freguesia de Triunfo. Suas filhas e genros, contudo, continuam aparecendo com frequência como padrinhos de crianças da região.

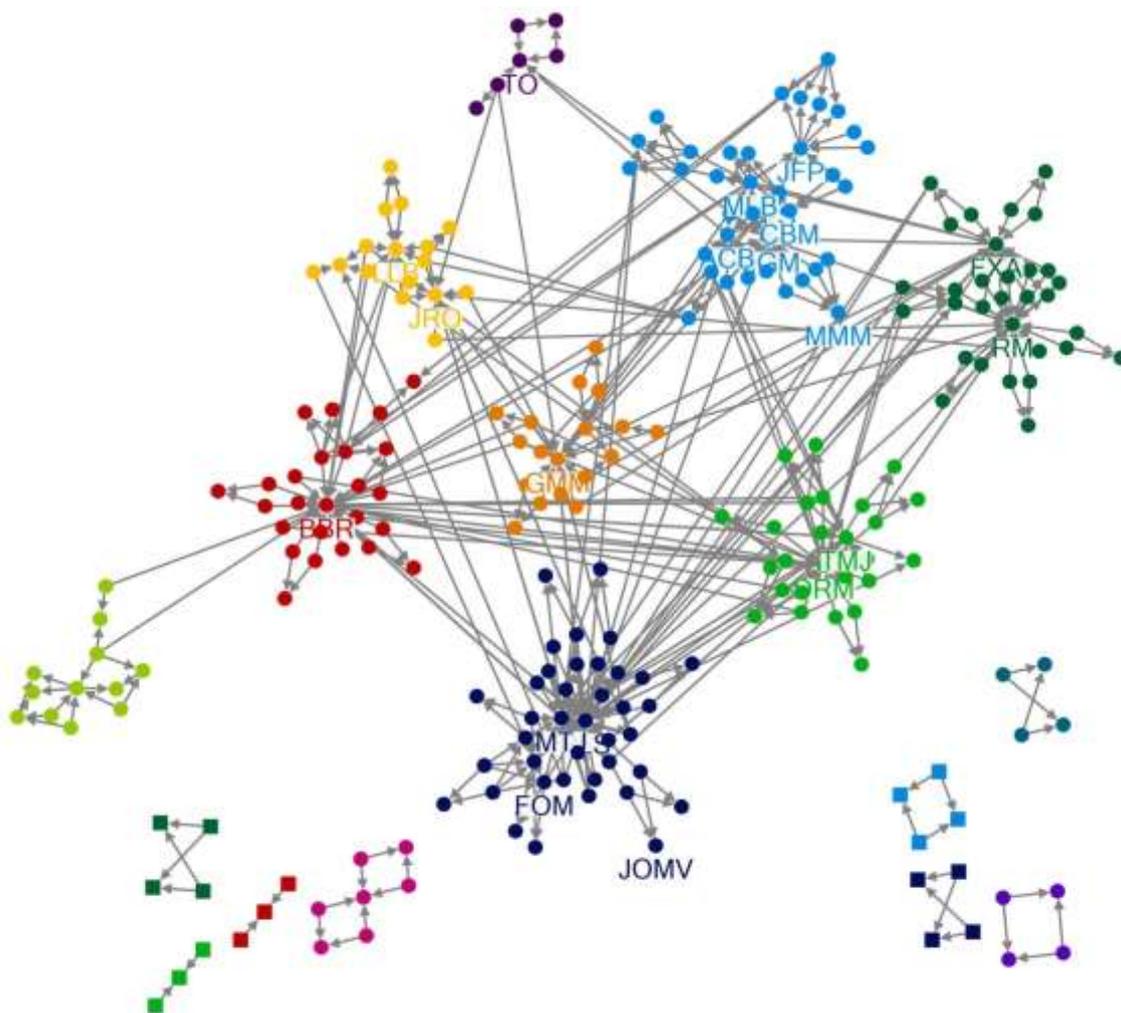
Além deste núcleo, se ligavam a esta família por laços de parentesco e matrimônio outros proprietários de terras da região. O português Dionísio Rodrigues Mendes, por exemplo, casou-se com a irmã de Lucrecia Leme Barbosa, Dona Beatriz Barbosa Rangel, e era, portanto, concunhado de Jerônimo, sendo também considerado um dos precursores da povoação viamonense. Algumas referências apontam que a este tocou a sesmaria de São Gonçalo, na região correspondente ao atual bairro do Belém

³¹ “Faço saber aos que esta minha carta de Sismaria virem que tendo respeito a me representar Jerônimo Dorneles de Menezes achárce estabelecido com sua fazendo de gado assim Vacuum como Cavalar na paraje assim chamada o Morro da Senhora Santa Anna que parte do Norte com o Tenente Francisco Pinto Bandeira e a devide o Rio Gravatahy do Sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que devide o Rio Jacarahy e do este as prayas do Rio Grande, e do leste com Francisco Xavier de Azambuja (...).” (CARVALHO, 1928, p. 64).

Velho, em Porto Alegre, mas parece nunca ter havido emissão do título competente. Kuhn informa que ele ocupou morada na sede da freguesia de Viamão (o Arraial), onde “em 1749 aforou mais 11 braças de terras 'na rua direita, na frente de outras que o dito mora'” (KUHN, 2006, p. 113). Um de seus genros, o capitão Pedro Lopes Soares, que atuou na década de 1770 como juiz de órfãos na freguesia, também é citado com frequência nos batismos. Finalmente, havia também o paulista Francisco Xavier de Azambuja, também oriundo de família potentada e ocupante de sesmaria vizinha a de seu sogro³², tendo sido casado com a filha de Jerônimo de Ornellas, Rita de Menezes. Como se vê, este grupo possuía fortes raízes em famílias da fidalguia, e isso se refletiu na extensa rede constituída por seus membros no Continente.

As famílias que compõe este grupo aparecem em 106 registros de batismo, constituindo uma rede composta por 189 agentes e 340 laços. No período compreendido por este ensaio, 14 netos de Jerônimo de Ornellas foram batizados, e outros nove netos de Dionísio Rodrigues Mendes, enquanto seus familiares atuaram como padrinhos de 83 crianças. A exemplo da rede analisada anteriormente, esta também conta com a participação de agentes de estratos sociais bastante diversificados, havendo inclusive o registro de duas crianças expostas. Esta rede está representada no grafo a seguir:

³² “Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem (...) que ele suplicante há mais de dois annos povoara hum Rincão com mil e duzentos animaes vacuns e cavalaes na paragem em que faz barra o rio Tacoary neste de Iguayba, (...) confrontando da parte do norte, e de leste com o referido Tacoary, e do sul com o mesmo Yguayba, e pela parte oeste com a Fazenda de Pedro Lopes Soares (...). Hey por bem dar de sesmaria em nome de S. Mag. (...) ao dito Francisco Xavier Azambuja duas Legoas de terra de comprido, e hua de Largo na paragem assima declarada (...).” (CARVALHO, 1928, p. 67).



Grafo 11: Rede de compadrio da Família Ornellas de Menezes³³
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

A exemplo da rede anterior, a análise do componente visual ajuda no entendimento da dinâmica de funcionamento das relações entre àquelas pessoas, especialmente ao permitir enxergar a importância que alguns agentes assumiram ao estabelecer um número maior de relações, por um lado, ou o papel desempenhado pelos atores que conectam diferentes grupos dentro da mesma rede (intermediários) por outro. A partir desta representação, podemos produzir algumas análises iniciais sobre a atuação dos membros desta rede.

³³ Legenda: BBR: Beatriz Barbosa Rangel; CBM: Clara Barbosa de Menezes; CM: Catarina Machado; DRM: Dionísio Rodrigues Mendes; FOM: Fabiana Ornellas de Menezes; FXA: Francisco Xavier de Azambuja; GMM: Gertrudes Magna de Menezes; JFP: João Fernandes Petim; JOMV: Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasconcelos; JRO: José Raimundo de Ornelas; LLB: Lucrecia Leme Barbosa; LS: Lourenço da Silva; MLB: Maria Leme Barbosa; MMM: Maria Meireles de Menezes; MT: Maria Teresa; PLS: Pedro Lopes Soares; RM: Rita de Menezes; TMJ: Teresa Maria de Jesus; TO: Teresa de Ornelas.

O primeiro elemento que nos chama atenção é a concentração de laços em torno de alguns dos agentes que compunham a rede, ou seja, sua elevada centralidade. Entre os nomes que concentram maior número de relações, destaca-se o casal Dionísio Rodrigues Mendes e Beatriz Barbosa Rangel, que juntos acumularam 26 afilhados no período entre 1747 e 1773, mantendo-se entre o grupo de padrinhos preferenciais durante todo o período. Já o seu genro Pedro Lopes Soares aparece batizando 13 crianças, além de firmar relações com outros proprietários de terras da região através do batismo de seis filhos. Também se destaca a atuação das filhas de Jerônimo de Ornellas, Gertrudes e Rita, além de seu genro e esposo desta última, Francisco Xavier de Azambuja. Juntos, eles apadrinharam 24 crianças, incluídos aí quatro filhos de famílias escravas.

Para compreender melhor os papéis de cada um, vejamos as métricas individuais de alguns de seus membros:

Nome	InDegree	OutDegree	Betweenness Centrality	Closeness Centrality	Eigenvector Centrality
Beatriz Barbosa Rangel	32	0	14495,667	0,002	0,032
Dionísio Rodrigues Mendes	30	0	6784,021	0,002	0,035
Pedro Lopes Soares	27	11	12536,028	0,002	0,047
Rita de Menezes	20	4	6619,916	0,002	0,012
Gertrudes de Menezes	20	0	8008,137	0,002	0,014
Francisco Xavier de Azambuja	18	4	3710,290	0,002	0,013
Maria Teresa de Jesus	18	10	4986,036	0,002	0,038
Manoel Gonçalves Meireles	14	6	6919,237	0,002	0,018
Jose Raimundo de Ornelas	11	0	1791,383	0,001	0,004
Lucrecia Leme Barbosa	10	0	2027,633	0,001	0,002
Teresa Maria de Jesus	10	6	1182,830	0,002	0,027
Jose Fernandes Petim	8	4	3556,193	0,001	0,003
Antonia da Costa Barbosa	6	6	2160,377	0,002	0,014
Clara Barbosa Menezes	6	6	484,254	0,001	0,005
Jerônimo de Ornellas	2	0	0,667	0,001	0,001

Tabela 5: Métricas da rede da Família Ornellas de Menezes

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Como já apontado, destaca-se a centralidade dos agentes mais relacionados. Rita de Menezes, por exemplo, acumulou 24 compadres no período (soma do InDegree e OutDegree). Considerando os 22 vínculos de seu esposo, Francisco Xavier Azambuja (alguns deles compartilhados), podemos afirmar que este casal era extremamente bem relacionado naquela comunidade. Entre seus compadres, aparecem proprietários de terras, colonos, um padre e também um casal de escravos, além de irmãos(ãs) e cunhados(as). A irmã Gertrudes Magna de Menezes, por seu turno, apadrinha 12 crianças, sendo uma das pessoas que apresenta o conjunto de relações mais

diversificado, ao incluir entre suas comadres três mulheres escravas, além de um compadre forro.

Esta, aliás, é uma característica que chama atenção nesta rede. Apesar da predominância das relações entre livres, a participação do substrato cativo é mais evidente nas relações deste grupo. Assim, temos Dionísio Rodrigues Mendes firmando relações de parentesco espiritual com três negros cativos (escravos de Domingos Gomes Ribeiro), além de uma índia administrada de Ana da Guerra. Sua esposa o acompanha em duas ocasiões, mas também batiza sozinha o filho de outro casal, escravos de Francisco Manoel de Souza e Távora. As filhas de Jerônimo de Ornellas também atuam com frequência no estabelecimento de relações sociais verticais, comparecendo como comadres de dez negros cativos (três homens e sete mulheres), além de dois negros forros. Entre os proprietários destes cativos, constam os já citados Francisco de Távora e Domingos Ribeiro, além do cunhado Francisco da Silva e o próprio pai, Jerônimo de Ornellas.

João Fragoso (2010, p. 260) aponta que o compadrio entre estratos cativos e livres foi uma das formas de controle adotada por famílias senhoriais no Brasil do período colonial. Assim, a linguagem do parentesco fictício tornava-se uma das maneiras de se estabelecer pactos entre senhores e seus escravos, estabelecendo assim compromissos de lealdade e proteção, de cliente e patrão. Nessa relação hierarquizada, baseada em noções de disciplina e reciprocidade, não eram apenas os senhores que saíam ganhando: reproduzindo no interior das escravarias a estrutura estratificada que atravessava aquela sociedade, os cativos que figuravam no polo 'passivo' destas relações criavam expectativas de se diferenciarem socialmente, o que poderia ocorrer, por exemplo, através da permissão para cultivar sua própria terra, acessar tarefas especializadas e, quem sabe, alcançar sua alforria.

Uma das características que diferenciavam estes sujeitos dos demais dentro das escravarias era a adoção de sobrenomes ou apelidos, geralmente aqueles das famílias às quais pertenciam. Fragoso aponta que essa não era uma relação gratuita nem generalizada, mas obedecia a estratégias de parte a parte que concorriam para os objetivos de diferenciação e legitimidade buscados. No caso dos registros analisados aqui, esses escravos não apresentavam apelidos nem outros signos que indicassem uma distinção em relação aos seus colegas de cativeiro; se bem que essa diferenciação

poderia estar expressa no próprio laço ritual estabelecido com seus compadres. Para pensar em como essas relações eram utilizadas nas estratégias de atuação social desses estratos subalternos, caberá analisá-las com maior cuidado, o que faremos no capítulo 3 deste trabalho.

Voltando as relações da família Ornellas, se observarmos a última linha da tabela, veremos que Jerônimo de Ornellas possui índices pouco destacados. Isso pode causar certa estranheza, a princípio, por isso precisamos observar esse dado com mais cuidado. No caso de Jerônimo, podemos observar que este não apadrinhou nenhum de seus netos, por exemplo, e por isso não se relaciona diretamente com outros membros da família. Por outro lado, como mencionamos acima, este estancieiro se retirou de Viamão em 1762, transferindo sua residência para a freguesia vizinha de Triunfo. Finalmente, há de considerar a possibilidade de que Jerônimo ocupasse outro papel na divisão de tarefas que estruturava a atuação social de seu grupo familiar. Isso pode ser especialmente observado no papel desempenhado por suas filhas e genros, que apadrinham um elevado número de crianças locais.

A apresentação da rede dos Ornellas torna oportuno abordar outras medidas que podemos produzir a partir da SNA. Temos trabalhado principalmente com métricas individuais produzidas para os agentes da rede; mas a SNA nos permite, também, gerar métricas para a rede em si, contribuindo para a compreensão do funcionamento do grupo e de sua dinâmica interna.

Considerando as medidas de densidade e distância para cada uma das redes apresentadas aqui, podemos tentar estabelecer uma comparação entre as relações reticulares da família Ornellas e da família Pinto Bandeira, da qual já falamos. A rede dos Pinto Bandeira apresenta densidade de grau 0,03 e diâmetro 8. Por sua vez, a rede da família Ornellas apresenta densidade de 0,01 e diâmetro idêntico ao da rede anterior. Considerando estas duas estatísticas, podemos deduzir que estas redes apresentam algumas semelhanças. Ambas as redes apresentam graus de densidade baixos (lembrando que a variação da densidade pode variar entre 0 e 1); porém, possuem atores que apresentam alto índice de centralidade. Isso nos leva a um diâmetro próximo para ambas as redes, implicando em redes que eram constituídas por subgrupos com associações mais densas, normalmente organizados em torno de agentes importantes, e que eram ligados por pessoas que faziam a intermediação entre estes (normalmente

filhos e filhas que concentravam um número menor de ligações, mas conectavam grupos distintos dentro da rede).

As duas redes também demonstram que as mulheres estavam incorporadas às estratégias familiares, cumprindo papéis importantes, ao menos quando consideramos as relações de compadrio. Em ambos os casos, os chefes de família não exerceram o papel de padrinhos com frequência, sendo as relações de parentescos espiritual das famílias mediadas pelos filhos e esposas. Aliás, é de se destacar a importância cumprida pelos filhos e filhas destas famílias potentadas: enquanto os jovens Rafael e Desidéria Pinto Bandeira se destacam na rede da família, as filhas de Jerônimo de Ornellas (nesse caso já adultas, em sua maioria) também estabelecem uma trama densa de relacionamentos dentro do grupo que orbita seu núcleo familiar, junto a seus esposos. Quando contrapomos essa informação a uma presença mais discreta de seus pais junto a pia batismal, podemos concluir que, enquanto parte de uma estratégia de atuação social, a tarefa de oferecer o dom espiritual em nome da família ficava predominante a cargo de seus rebentos, enquanto Francisco Pinto Bandeira e Jerônimo de Ornellas possivelmente se ocupavam de outras tarefas, tais como a liderança militar do grupo e sua articulação política.

2.3.Comerciantes, oficiais, potentados: a elite rio-grandina fugida da guerra

Ainda que o papel de elite local de Viamão tenha sido desempenhado por famílias lagunenses no início, essa situação durou poucos anos. Dezesseis, para ser mais exato. No embalo das intensas transformações que a freguesia já vinha sofrendo, sua composição social sofreria em 1763 um novo assalto: a invasão da vila de Rio Grande pelos espanhóis, sob o comando do governador portenho Dom Pedro de Cevallos, e a guerra que se seguiu pelos próximos 13 anos, o que fez com que parte da população da vila fugisse em direção ao norte, fixando-se em Viamão.

Mais do que um novo fluxo migratório, esse episódio fez com que fossem transferidas para Viamão as estruturas administrativas que funcionavam em Rio Grande, incluindo aí a própria Câmara. Dessa forma, potentadas famílias rio-grandinas desembarcaram na freguesia, junto com colonos, escravos, soldados e outros. Enquanto isso, o restante da população da vila de Rio Grande (especialmente açorianos, aqueles

que não conseguiram ou não tinham como fugir) era feito prisioneiro e levado para a região de Maldonado, no Uruguai.

Segundo Kuhn, quase 80% dos moradores de Rio Grande fugiram diante da invasão espanhola, dos quais aproximadamente dois terços se estabeleceram em Viamão, o que significou cerca de 340 novas famílias (KUHN, 2006, p. 116). Confrontados aos dados dos últimos róis disponíveis, isso pode ter mais do que dobrado a população local em poucos meses, gerando, evidentemente, muita confusão.

A situação era caótica: além dos açorianos espalhados há uma década, aos quais se somaram os guaranis missioneiros, agora chegara uma nova leva de refugiados, a maior parte deles carente em todos os aspectos. Somente uma pequena minoria, formada pela elite mercantil da praça invadida, podia sustentar-se sozinha. (KUHN, 2006, p. 117)

Essa elite mercantil, que formava então o estrato econômico superior da vila de Rio Grande e ocupava a maioria de seus cargos, viria a compor a nova elite econômica de Viamão, apresentando, em sua maioria, cabedais muito superiores às famílias lagunenses da freguesia. Interessa-nos, aqui, avaliar como se deram as relações entre os dois grupos, e comparar como o instituto do compadrio era utilizado por cada um.

Para os objetivos buscados neste capítulo, um grupo familiar tem importância central: trata-se da família Silveira, uma imponente casa formada pelas filhas e genros do ilhéu Antônio Furtado de Mendonça, que migrou para a vila de Rio Grande por volta de 1752. A família Silveira já foi estudada por Rachel Marques em sua dissertação de mestrado (2011), onde a autora segue os passos do grupo pelo Continente, na tentativa de identificar suas estratégias sociais através dos laços criados pelo compadrio e pelo matrimônio, além de estudar suas práticas nominativas. Em seu estudo, Marques pôde identificar uma estratégia consistente do grupo em reforçar seus laços familiares através de práticas de compadrio endógeno, entre outros expedientes que permitiram a essa família consolidar por um longo período sua posição dentre a elite econômica da província, tais como casamentos, arrematação de contratos, ocupação de cargos e patentes, entre outros. A nós, interessa particularmente a passagem de alguns membros desse grupo pela freguesia de Viamão durante os anos da guerra luso-espanhola, a fim de observarmos a (extensa) rede de compadrio que vieram a formar nesta localidade.

Conforme aponta Marques (2011, p. 34-49), este grupo familiar migrou do Faial para a vila de Rio Grande no início dos anos de 1750. Vieram, além do casal Antônio Mendonça e Isabel da Silveira, pelo menos cinco filhas do casal, Maria Antônia, Ana Inácia, Mariana Eufrásia, Isabel Francisca e Joana Margarida. À partida, lembra

Marques, a família Silveira engajou-se em uma exitosa campanha de casamentos, que permitiu às cinco moças obterem matrimônios muito vantajosos, junto a homens importantes da região.

Nos quinze anos que se seguiram a chegada da família ao Continente, todas as cinco irmãs se casaram com homens proeminentes nessa sociedade, homens que acumulavam as características de serem detentores de terras, comerciantes, possuidores de patentes militares e cargos na administração régia. (MARQUES, 2011, p. 36)

Os cinco genros da família Silveira ocuparam cargos administrativos e tiveram patentes militares. Exerceram funções da administração tanto quando estavam em Rio Grande como após, já em Viamão. Também se destacaram como comerciantes, desenvolvendo alguns de seus negócios em sociedade. A maioria deles aparece citada com destaque nos registros analisados, colecionando afilhados e compadres. Eram eles Mateus Inácio da Silveira, que foi capitão de ordenanças e também juiz ordinário da Câmara em Viamão por duas vezes; Manuel Fernandes Vieira, que exerceu em Rio Grande os cargos de Tabelião e Escrivão de Órfãos, Também foi oficial da Câmara e, mais tarde, em Viamão, ocupou os cargos de Juiz Ordinário e vereador. Alcançou também a patente de Capitão de Ordenanças e exerceu comércio, além de atuar como arrematante de contratos régios e manter sociedade com comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Tanto Kuhn (2006) como Marques (2011) chamam atenção para o fato de este ter constituído grande escravaria e ser o proprietário da casa mais cara de Viamão na década de 1770, avaliada em 1 conto de réis. Francisco Pires Casado foi Capitão e Sargento-Mor de Ordenanças, além de vereador e proprietário de terras, gado e escravos em Viamão; Manuel Bento da Rocha foi Capitão de Ordenanças, Capitão-Mor da Vila de Rio Grande e Capitão-Mor de Ordenanças do Continente do Rio Grande de São Pedro. Também foi proprietário de uma sesmaria, além de exercer o cargo de vereador e de contratador do açougue de Viamão; finalmente, Antônio Moreira da Cruz foi estancieiro, vereador e arrematador de contratos de dízimos junto a seus cunhados (MARQUES, 2011, p. 71-72).

Não resta dúvida de que esse grupo era detentor de grande poder e notoriedade na sociedade em que viviam. Mas seria injusto pensar que o foram apenas pelos homens da família. Nos registros da época, as mulheres desta família ostentavam o epíteto de Dona, que como já dissemos era um distintivo social costumeiro nesta sociedade. Marques informa que, para o caso das filhas, essa designação já aparecia nas fontes, mesmo antes de seus casamentos; portanto, podemos afirmar que essas uniões se deram

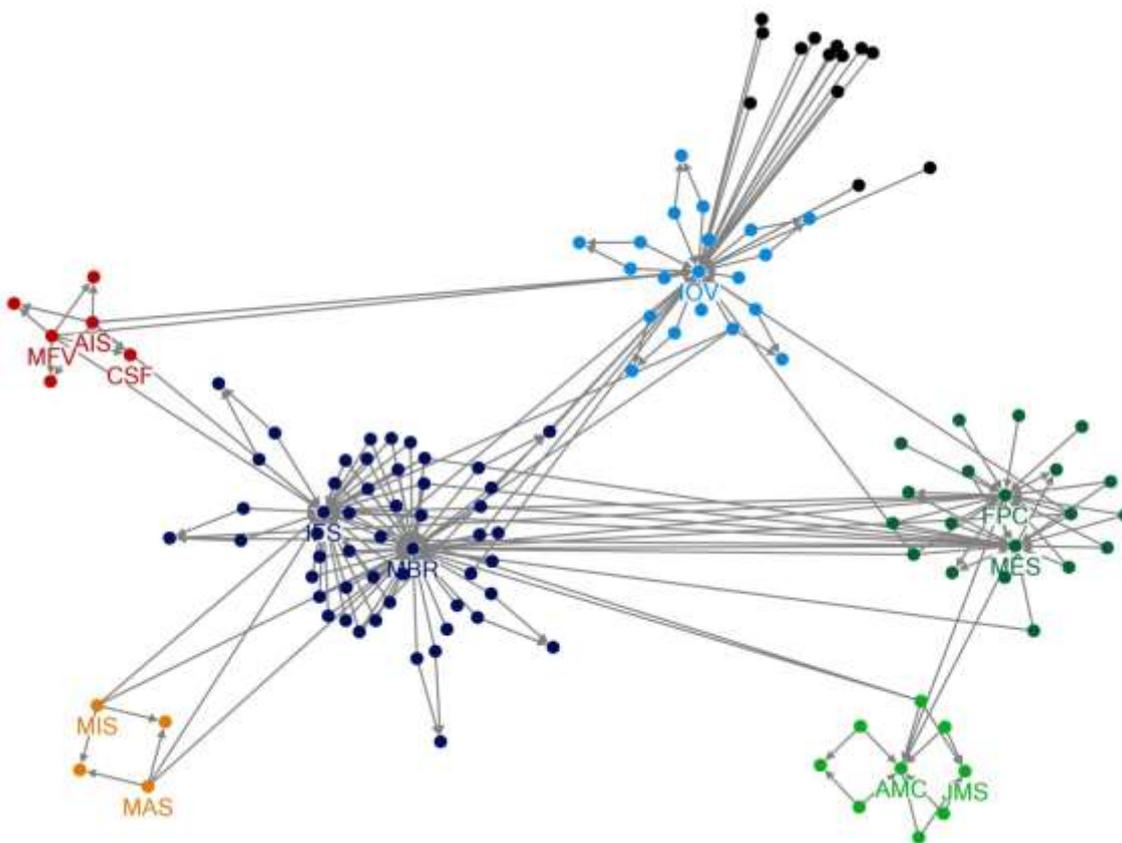
dentro de um estrato social comum. A pesquisa de Raquel Marques concorda com as informações que encontramos nas genealogias pesquisadas, e dão conta de que a mãe dessas moças - Isabel da Silveira - era provavelmente originária da nobreza insular e descendente de família nobres flamengas, remontando sua árvore familiar ao notório Wilhelm Van der Haegen, um dos primeiros colonizadores dos Açores. Nota-se, inclusive, a opção das mulheres da família em adotar um padrão de nomenclatura matrilinear, indicando que o sobrenome Silveira deveria gozar de maior prestígio (MARQUES, 2011). Vale notar que pelo menos um dos genros dessa família compartilhava dessa ascendência. Através da reconstituição da árvore familiar de Francisco Pires Casado, conseguimos identificar que o mesmo descendia do mesmo nobre flamengo por linha paterna. Informação semelhante é encontrada sobre Mateus Inácio da Silveira, mas sobre este não encontramos documentos que confirmassem tal afirmação.

Nota-se, portanto, que este grupo formado por homens e mulheres de boas famílias, possuidores de capital econômico e relacional privilegiados, cumpria vários dos requisitos de diferenciação social valorizados em sociedades de Antigo Regime. Não apenas eram abastados proprietários de terras, comerciantes e escravistas, como também estavam envolvidos no governo da *Res publica* e possuíam o sangue de famílias nobres e antigas. Esses fatores certamente contribuem para explicar a atuação social destes indivíduos no período entre 1764, quando aparece a primeira menção a Manuel Bento da Rocha nos registros de Viamão, a 1773. Nesta década, esse grupo assumiria a liderança no número de afilhados e compadres na freguesia. E também se consolidaria como a elite política e econômica local, rivalizando diretamente com as famílias precursoras lagunenses.

Outro personagem importante do grupo rio-grandino, que também se transferiu para Viamão e é citado com frequência nos registros de batismo, é o capitão Inácio Osório Vieira. De naturalidade portuguesa, Inácio era um homem de origem nobre que parece ter migrado para o Brasil por encontrar-se em situação econômica desfavorável em seu país de origem. Porém, sua origem possibilitou que tivesse acesso a nomeações em cargos administrativos e militares no Brasil, exercendo funções no Rio de Janeiro e em Santa Catarina antes de vir para Rio Grande. Já na vila sulista, ele desempenhou as funções de Tabelião da Câmara, Juiz de Órfãos e Capitão de Ordenanças, sendo ainda

nomeado para o cargo de Provedor Real da Fazenda quando já se encontrava em Viamão. Vieira também é citado nos registros de batismo da família Silveira mas, mais que isso, é um dos nomes mais citados nos registros de Viamão (ARPINI, 2009).

Lembramos da fala de Michel Bertrand, quando aponta que, na verdade, ao historiador alcança a reconstituição de fragmentos de rede, um excerto de um todo que lhe possibilita observar mais atentamente para as relações estabelecidas e, a partir disso, lançar um olhar na tentativa de compreender qual o significado dessas relações. Assim como na seção anterior, o que buscamos aqui é apresentar um recorte que seja representativo dos relacionamentos constituídos por esse grupo, e a partir daí tentar compreender como essa rede contribuía para suas estratégias de reprodução no interior daquela sociedade. Vejamos, então, como se constituiu essa rede:



Grafo 12: Rede de compadrio do grupo rio-grandino³⁴
Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

³⁴ Legenda: AIS: Ana Inácia da Silveira; AMC: Antônio Moreira da Cruz; CSF: Custódio de Sá e Faria; FPC: Francisco Pires Casado; IFS: Isabel Francisca da Silveira; IOV: Inácio Osório Vieira; JMS: Joana Margarida da Silveira; MAS: Maria Antônia da Silveira; MBR: Manoel Bento da Rocha; MES: Mariana Eufrásia da Silveira; MFV: Manoel Fernandes Vieira; MIS: Mateus Inácio da Silveira.

Mais uma vez, a representação da rede segmentada em grupos serve para nos ajudar a identificar os agentes mais destacados. Destacam-se, notadamente, os casais Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira (no centro), bem como Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira (à direita, em verde escuro), além do Provedor Inácio Osório Vieira (à direita, em azul claro). O primeiro casal concentra 88 vínculos, enquanto o Provedor Real da Fazenda acumulou 36 compadres. Esse padrão, aliás, já foi demonstrado por outros pesquisadores, que apontam o destaque destes agentes como padrinhos preferenciais também nas localidades de Rio Grande e Pelotas, notadamente nos trabalhos de Kuhn (2006), Arpini (2009) e Marques (2011).

Mas para entender as configurações dessa rede precisamos olhar para os demais agentes que dela participavam. A primeira característica que nos chama atenção é o recorte social estabelecido nas escolhas da família Silveira. Apenas filhos de casais livres foram batizados pelas irmãs e seus maridos. Para o casal Antônio Moreira da Cruz e Joana Maria da Silveira, bem como para Francisco Pires Casado e Mariana Eufrásia da Silveira, temos preferencialmente compadres oriundos de Portugal continental ou das Ilhas.

Vale dizer que, apesar de compartilharem uma origem semelhante, essas pessoas não necessariamente participavam do mesmo estrato social. Na verdade, a única referência que os registros mencionam a respeito do status desses compadres é a patente de Alferes de Manuel Barbosa de Menezes, que teve uma filha apadrinhada pelo casal Francisco e Mariana Eufrásia. Ao consultar outras fontes e trabalhos sobre o período, pudemos identificar outros proprietários de terras da região que contraíram laços de compadrio com a família, tais como José Fernandes Petim e Claudio Guterres. Além destes, destaca-se o nome do governador José Custódio de Sá e Faria, que apadrinhou um dos filhos do casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira em 1765.

Por outro lado, o casal Francisco Machado e Francisca Xavier é mencionado como “*moradores na chácara de Manuel Bento da Rocha*”, o que indica que estes deveriam ser agregados e trabalhadores desta propriedade³⁵, tendo se tornado compadres de Antônio Moreira da Cruz e sua esposa Joana Margarida da Silveira. Nota-

³⁵ Não existem róis para o período que pudessem confirmar essa informação.

se, portanto, que as escolhas desses casais mantêm estratégias de relacionamento horizontal e vertical, contudo restritas a uma população livre.

Para o casal Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira essa dinâmica se repete, com o acréscimo de compadres originários de famílias cariocas e vicentinas. Nota-se, também, que este casal concentrou um número muito maior de relações, inserindo-se no grupo de padrinhos preferenciais da freguesia. Vale lembrar que Manoel e sua esposa não tiveram filhos; desta forma, diferente dos exemplos de Francisco Pinto Bandeira e Jerônimo de Ornellas, este casal atuou diretamente nas redes de compadrio, batizando crianças de diversas famílias locais. Podemos notar na representação gráfica da rede este atributo, demonstrado pela extensa e bem conectada rede pessoal (*egonet*) destes dois agentes, que aparecem conectados com todos os outros grupos da rede. Por outro lado, notamos que os compadrios endógenos na família Silveira, embora ocorram, não se destacam no conjunto das relações estabelecidas. Marques (2011) havia notado essa tendência nos registros envolvendo a família Silveira das localidades de Rio Grande e Pelotas.

	InDegree	OutDegree	Betweenness Centrality	Closeness Centrality	Eigenvector Centrality
Manoel Bento da Rocha	49	0	5840,745	0,004	0,067
Isabel Francisca da Silveira	39	0	4145,336	0,004	0,057
Inácio Osorio Vieira	36	0	6567,636	0,003	0,018
Francisco Pires Casado	14	7	2718,951	0,004	0,027
Mariana Eufrásia da Silveira	14	7	2021,727	0,004	0,032
Antônio Moreira da Cruz	8	0	1354,231	0,003	0,008
Joana Margarida da Silveira	4	0	93,000	0,002	0,002
Ana Inácia da Silveira	0	6	708,985	0,003	0,009
Manoel Fernandes Vieira	0	6	708,985	0,003	0,009
Maria Antônia da Silveira	0	4	247,558	0,003	0,014
Mateus Inácio da Silveira	0	4	247,558	0,003	0,014

Tabela 6: Métricas da rede do grupo rio-grandino.

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Analisando as métricas produzidas para essa rede, podemos perceber que o casal Manoel Bento da Rocha e Isabel Francisca da Silveira ocupou, de forma consistente, a condição de padrinhos preferenciais entre a população da freguesia durante o período de 1764 a 1773, apresentando os maiores índices não apenas dentro de sua rede familiar, mas para toda a freguesia. No conjunto dos registros estudados, os únicos moradores que apresentam métricas semelhantes são o casal Dionísio Rodrigues Mendes e Beatriz Barbosa Rangel, mas apenas se considerarmos o conjunto de suas relações de compadrio nos três livros analisados. Por outro lado, se ponderamos apenas o período em os Silveira se encontravam em Viamão, o primeiro casal assume uma liderança

imbatível, o que também explica o destaque em todas as outras métricas apresentadas pelos dois.

Por outro lado, se os membros deste grupo desenvolveram uma rede consistente de relações envolvendo seu grupo familiar ampliado, autoridades locais e colonos ilhéus, chama atenção o fato de terem optado por não criar vínculos com membros da elite preexistente na freguesia. Na verdade, à exceção de registros onde as irmãs Isabel e Mariana Silveira batizam três dos netos de Jerônimo de Ornellas, não identificamos outro indício de aproximação entre os rio-grandinos e as famílias lagunenses e paulistas que já estavam estabelecidas na freguesia antes de 1763 – considerando, claro os registros de batismo³⁶.

As diferenças identificadas na atuação desses distintos ‘bandos’ de parentes poderiam ser explicadas pelas estratégias sociais e econômicas que mobilizavam cada grupo. Conforme apontam Comissoli e Gil (2012), famílias como os Silveira e os Pinto Bandeira, que durante a segunda metade do século XVIII ocuparam posição destacada na sociedade do Continente, caracterizaram-se por ocupar cargos e atividades distintas, de modo que não chegaram a estabelecer entre si uma competição.

Oriundos de um grupo familiar atuante na Conquista, os Pinto Bandeira destacaram-se por ocupar diversos cargos de comando nas tropas regulares, envolvendo-se na maioria das disputas militares que marcaram o século. Além disso, foram proprietários de vastas extensões de terra e desenvolveram boa parte de sua atividade econômica com base na criação e venda de animais, e também no contrabando, formando uma espécie de “elite móvel” (COMISSOLI e GIL, 2012, p. 258). Isso pode ter se refletido, em certa medida, nas escolhas deste grupo em relação ao parentesco fictício, já que ao apadrinhar filhos de colonos e escravos, alargando sua base social e clientelar, os Pinto Bandeira garantiam os braços necessários aos empreendimentos familiares, fossem de ordem econômica ou militar.

Por outro lado, o bando de Manuel Bento da Rocha e seus cunhados, embora também fossem proprietários de terras e animais, destacou-se por uma forte atuação no comércio, além de ocupar os principais postos das tropas de Ordenanças da freguesia de Viamão, e por diversas vezes terem ocupados também cargos na Câmara (Idem). Com

³⁶ Kuhn (2006) identifica que esses grupos se aproximaram através de políticas matrimoniais a partir da década de 1780, se afirmando como liderança política e econômica incontestada da freguesia.

atuação mais voltada para operações de natureza comercial e creditícia, esse grupo tendeu a firmar relações espirituais com famílias livres locais, com destaque para outras famílias de ilhéus e reinóis. Dessa forma, a base econômica dessa família se mostrava distinta, sendo possivelmente formada por agentes que poderiam depender de sua proteção, ou recorrer a seus benfeitores em busca de crédito ou auxílio financeiro em momento de necessidades. É possível, portanto, que se reproduzissem nas relações de parentesco fictício certas escolhas e tendências que atravessavam aquele corpo social em outros níveis.

Outro agente que se destaca nessa rede é o capitão Inácio Osório Vieira, que além de apadrinhar dois filhos do casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira, também forjou relações com outras famílias principais da região, batizando dois filhos de Domingos de Lima Veiga e um neto de Jerônimo de Ornellas de Menezes, por exemplo. Podemos perceber, ainda, pelos dados apresentados na Tabela 3, que Inácio foi o membro desta rede que apresentou o maior grau de intermediação (Betwenness Centrality), o que reforça sua imagem como um agente muito bem conectado nesta sociedade. Mas o futuro Provedor parece ter sido mais eclético em suas relações, apadrinhando dois filhos do casal de pardos forros Antônio Xavier Cavalcante e Ana Velosa, e de uma preta, também forra, Teresa de Jesus.

Embora o registro onde consta o nome do capitão Inácio Vieira não indique os nomes dos avós dessas crianças, ou dos antigos proprietários de seus pais, encontramos essa informação em outros registros onde o casal de pardos é mencionado. Nos registros B-147 e B-251, de 1764 e 1766, respectivamente, não apenas constam a naturalidade e ascendência do casal, como são omitidas quaisquer menções a condição social de pardos ou forros. Já no registro de 1768 essa condição é informada expressamente, e volta a ser omitida em 1769.

Em primeiro lugar, importa definir se estamos falando das mesmas pessoas, pois casos de homônimos eram comuns nesses registros. Isso pode ser afirmado para os dois primeiros casos, onde os registros são mais completos, e se torna menos claro para os dois últimos. Os prenomes e sobrenomes do casal, entretanto, são sempre os mesmos. Acrescente-se a isso o fato de que nos dois primeiros batismos essas pessoas também firmaram relações com personagens distintos daquela comunidade, no caso o capitão José Antônio de Vasconcelos, em 1764, e o coronel de dragões José Casemiro Roncalho

e ‘dona’ Isabel Felícia Pereira da Silva, em 1766. No registro de 1768, além de Inácio Osório é mencionado também como padrinho o próprio vigário Baltazar Custódio dos Reis.

Nos registros, Antônio é mencionado como sendo natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, nas Minas Gerais, e Ana aparece como natural da vila do Rio Grande. Se somarmos a isso o fato de que o casal não é mencionado nos róis da década de 1750, tampouco no primeiro livro de batismos, pode-se supor que tenham sido parte da leva oriunda de Rio Grande após a invasão. Outro elemento a ser considerado é o fato de estes registros terem sido realizados por párocos diferentes, o que comumente implicava em diferenças sensíveis no detalhamento do assento. Para os dois primeiros casos, os registros foram realizados pelo padre José Antônio Borges e Castro, enquanto o terceiro batismo fora sacramentado por um tal ‘frei Francisco’ (sendo o assento provavelmente lançado depois), e o último (que possui menos detalhes) foi registrado pelo padre José Antônio de Mattos.

Acreditamos tratarem-se das mesmas pessoas, considerando as informações encontradas nas fontes. Mas, então, porque sua condição social nos registros muda? E o que justifica sua rede de compadres tão distintos? Bem, se considerarmos a informação do único registro que menciona a condição de ‘pardos’ e ‘forros’ como fidedigna, podemos estar diante de um excelente exemplo das práticas de hierarquização costumeiras que organizavam a sociedade colonial. Isso porque, embora de forma limitada, essas práticas também ordenavam mecanismos que possibilitavam uma certa mobilidade no corpo de uma sociedade rígida e estratificada.

Considerando os registros de 1764 e 1766, podemos dizer que a condição de libertos do casal Antônio e Ana já deveria ser uma realidade quando estes eram (possivelmente) moradores de Rio Grande. Talvez o pardo Antônio já gozasse desta condição quando (também possivelmente) migrou das Minas Gerais em busca de novas oportunidades no sul. Essa ideia é reforçada pelo uso do sobrenome ‘Xavier Cavalcante’. Não encontramos nenhuma outra família Cavalcante nos registros de batismo de Viamão, de quem o dito Antônio pudesse ter herdado o nome, tampouco nos róis. Mas sabemos que a própria prática da adoção de sobrenomes de famílias portuguesas era uma das formas de diferenciação que alcançava às populações escrava e forra nessa sociedade.

Por outro lado, os compadres desse casal, desde o primeiro registro localizado, indicam uma posição social que já lhes dava acesso a relações privilegiadas. Isso também reforça a ideia de que a condição de liberdade não devia ser recente. Ou, talvez, poderíamos pensar que estes já vinham construindo uma rede diferenciada desde o cativeiro. Seja como for, ao firmarem relações com homens detentores de patentes e elevada condição social, este casal se colocava sob a proteção destes notáveis compadres, mas ao mesmo tempo auferia certa distinção no seio daquela sociedade. O que poderia servir de explicação para o ‘apagamento’ de sua condição social nos registros de batismo.

A participação desses agentes na rede do capitão e futuro Provedor Inácio Vieira é um indício significativo de como as camadas subalternas desta sociedade estavam envolvidas nas estratégias de reprodução social dos membros da elite, se beneficiando disto ao mesmo tempo, assunto do qual nos ocuparemos mais detidamente no terceiro capítulo deste trabalho. Voltamos, assim, a análise das relações do capitão Inácio Osório Vieira. O exercício teórico que acabamos de produzir indica que, ao construir relações verticais e horizontais naquela sociedade, o capitão não apenas se legitimava socialmente, mas contribuía também para a legitimação de outros, em um exercício constante de diferenciação e hierarquização onde ele e outros notáveis ocupavam o cimo de uma estrutura organizada pelas práticas do Antigo Regime. Isso é refletido nas métricas que apresentamos pelos índices alcançados pelo capitão. Apesar de não ser o agente que apresenta o maior número de relações (teve 16 afilhados e 21 compadres), ele é quem possui a maior *Betwenneess* da rede. Isso nos diz que Inácio era um intermediário importante naquele grupo, afinal, através dele seus compadres forros poderiam, quem sabe, ter acesso aos poderosos membros da família Silveira; que, por sua vez, eram compadres do governador da capitania³⁷. Essas teias superpostas iam, assim, cimentando a estratificação social daquela sociedade, ao ligarem escravos, forros e senhores em uma estrutura complexa que se legitimava e se retroalimentava a partir do exercício coletivo de diferenciação levado a cabo por cada um e pelo conjunto desses agentes.

³⁷ Essa relação de compadrio com Inácio Vieira e Custódio de Sá e Faria era compartilhada pelo casal Manoel Fernandes Vieira e Ana Inácia da Silveira.

CAPÍTULO 3 - Os altos e baixos da trama: interdependência e hierarquia social

O presente capítulo tem como objetivo retornar às redes de compadrio de Viamão a partir de outra perspectiva, qual seja, a das camadas menos favorecidas daquela sociedade. Pretende-se avançar na análise das redes do que poderíamos chamar camadas ‘populares’, trazendo para a discussão a participação de categorias como migrantes, cativos e administrados nas redes locais. A partir da análise das relações destes agentes, buscamos avaliar as possibilidades abertas pelo compadrio aos estratos ditos subalternos³⁸ daquela sociedade, do ponto de vista socioeconômico, estabelecendo comparações com as estratégias de outras camadas sociais e traçando as aproximações e distanciamentos possíveis no uso desta instituição por diferentes atores.

Em uma sociedade profundamente hierarquizada, como era a sociedade de Antigo Regime mimetizada nestas paragens, os distintivos sociais que classificavam e sujeitavam cada indivíduo estavam presentes também nos registros paroquiais. Se isto era verdade para as camadas dominantes daquela população, identificadas nos registros por seus cargos e patentes, também o era para as camadas populares: a classificação social ou jurídica de cada indivíduo era comumente anotada pelos párocos ao lançar os registros nos livros batismais. Surgem, assim, dos registros que chegaram até nós, as notícias dos pardos, dos forros, dos cativos, dos administrados, dos ‘índios das missões’, dos ‘Casais de Vossa Majestade’ e outros que compareciam a pia batismal para apresentar seus rebentos. Este zelo organizador em muito contribui para a compreensão daquela sociedade e da importância que assumia uma organização social onde cada um “sabia o seu lugar”, conforme nos lembra Hespanha.

Mas essa divisão também tem seus prejuízos para a pesquisa histórica. No caso da freguesia de Viamão, isso se dá especialmente pelo “branqueamento” da população

³⁸ O uso de certos termos tende a ser problemático para essas sociedades. Quando falamos em ‘subalternos’, por exemplo, não pretendemos estabelecer uma relação hierárquica *a priori* ou negar a possibilidade de agência destes indivíduos; importa, antes, identificar uma diferença que se dava especialmente no campo socioeconômico, mas que tinha consequências na forma como se organizava aquela sociedade, além de refletir, conforme já apontamos ao longo deste texto, as hierarquias sociais que efetivamente atravessavam àquela sociedade. Na falta de uma definição melhor o termo será mantido, mas sempre considerada esta ressalva.

que aparece nos três primeiros livros de batismo. Explicando melhor, verificamos que ocorreu um apagamento das populações negras e nativas dos registros de batismo da freguesia a partir do segundo livro (cujos registros se iniciam em 1759)³⁹. Isso se deve, provavelmente, ao fato dos registros de batismos dos escravos da freguesia terem sido lançados em livro separado, que não sobreviveu ao tempo.

Quando consideramos o que Kuhn aponta em sua tese a respeito da distribuição demográfica da freguesia, que em meados dos anos de 1750 já apresentava uma população escrava que superava dois quintos do contingente local (KUHN, 2006), a (quase) ausência dos escravos dos registros batismais da década seguinte torna-se evidentemente suspeita. São apenas seis registros encontrados no Livro 2, e outros 10 encontrados na primeira parte do Livro 3 - confirmando a suspeita de um sub-registro desses nascimentos.

Por outro lado, para as famílias indígenas residentes na região (livres ou administradas), pode pesar o fato da separação da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos no ano de 1757, onde se encontrava o aldeamento de mesmo nome, destino das populações guaranis oriundas da região das missões (apesar disso, o primeiro livro disponível para a Aldeia dos Anjos começa apenas em 1765). Assim, a entrada nos anos de 1760 representou o “sumiço” destes grupos étnicos dos registros de batismo de Viamão, enquanto, por outro lado, assomava o número de crianças filhas dos casais açorianos, especialmente aqueles que chegaram à região fugidos da Vila de Rio Grande, quando da invasão desta pelos espanhóis.

Tais limitações de nossas fontes impõe a este trabalho um recorte por nós indesejado. Devido à inexistência dos registros de batismos para a população indígena e escrava por mais de uma década, a análise das redes conformadas por esses estratos sociais ficará restrita ao período abrangido pelo Livro 1, ou seja, de 1747 a 1759. Este livro apresenta 143 batismos de crianças filhas de pai ou mãe escravo (ou ambos), o que significa aproximadamente 25% dos registros no período (podemos conjecturar, inclusive, que mesmo este número seria subestimado em relação ao número real de nascimentos). Por outro lado, temos no mesmo período 67 registros de batismo de

³⁹ Fato também observado por Sirtori e Gil (2012) que também trabalharam com registros de batismos da região.

crianças filhas de pai ou mãe indígenas (constando um número considerável de uniões mistas, conforme demonstrado adiante).

Para a análise dos registros que envolveram populações migrantes de origem geográfica açoriana, mantivemos o recorte original, posto que este estrato estivesse bem representado nos três livros. A referência a estas famílias é recorrente nos registros, desde meados da década de 1750, e continua nas décadas seguintes. E isso não se dá apenas em relação ao ‘casais de número’ mobilizados por ocasião do Edital de 1747⁴⁰: de modo geral, os registros de batismos permitem perceber como os fluxos populacionais oriundos do arquipélago atlântico foram numerosos e constantes. Das diferentes ilhas que compunham os Açores vieram também famílias de maiores posses, que viriam a compor os substratos superiores daquela sociedade em formação - como no caso da família das irmãs Silveira, que estudamos no capítulo anterior.

Desta forma, os aspectos distintivos da forma como cada um desses grupos aparecem nos registros devem ser retomados em cada uma das próximas seções, a fim de indicar ao nosso leitor os cuidados adotados a fim de melhor compreender as redes construídas por cada segmento social e a forma como nosso recorte foi construído.

3.1.Redes cativas e a dependência entre escravos e livres

Conforme apontamos, as limitações impostas por nossas fontes foram determinantes para o recorte temporal estabelecido para a análise do compadrio de escravos da freguesia de Viamão, limitando-a temporalmente ao intervalo entre os anos de 1747 e 1759. Quando consideramos apenas o primeiro livro de batismos da freguesia, o número de cerimônias que contaram com a participação de homens ou mulheres escravizados na condição de pais ou padrinhos chega a 143⁴¹, o que

⁴⁰ O Edital promulgado pela Coroa Portuguesa no ano de 1747 estabelecia as condições de migração para os ilhéus açorianos e as concessões do governo português. O documento esclarecia a intenção da Coroa em formar povoados baseados na pequena propriedade e também quais as vantagens oferecidas aos colonos: ajuda de custo, vestimenta para as crianças, instrumentos agrícolas, ferramentas, farinha, isenção para os homens de servir nas tropas pagas, animais e uma propriedade de terra de um quarto de légua em quadra. Apesar disso, muitas dessas promessas levaram décadas para serem concretizadas - quando o foram (COMISSOLI, 2009).

⁴¹ O número difere um pouco do encontrado por Márcio Blanco (2012), em dissertação de mestrado que analisou o mesmo corpus, onde o autor identificou 141 registros. Porém, após revisar nosso levantamento, confirmamos o número de 143. Salvo as pequenas diferenças ocasionadas por estes dois registros a mais, encontramos números muito próximos dos de Blanco para a classificação social e jurídica dos pais e

corresponde a cerca de 25% dos registros no período. A maioria destes registros está concentrada na parte final do livro, sugerindo que foram lançados posteriormente aos acontecimentos que lhe deram origem, podendo inclusive ter sido copiados de outro local⁴².

Podemos dizer, considerando a bibliografia existente e os róis de confessados para o período, que a população cativa de Viamão superava este percentual de 25%, devendo ter chegado a cerca de dois quintos do contingente local nos anos de 1750. Então porque ela aparece sub-representada nos registros? Poderíamos supor que uma parcela das crianças cativas não viveu o suficiente para ser batizada, ou que uma parte dos registros efetivamente se perdeu, embora seja verdade que a possibilidade de constituir uma família, seja em moldes ‘legítimos’ ou ‘naturais’, conforme expressões da época, não era uma oportunidade que estava igualmente colocada para todos os escravos. De todo modo, essas asserções continuam sendo apenas conjecturas, pois sem acesso a outras fontes dificilmente podemos ter certeza do que ocorreu.

Também não identificamos número significativo de escravos adultos sendo batizados em Viamão. Para a população negra, isso pode sugerir que estes recebiam o sacramento antes de sua chegada ao local. Conforme aponta Soares (2000), os indivíduos oriundos do tráfico de escravos poderiam receber o sacramento do batismo no porto de chegada ao Brasil (caso não o recebessem em seu porto de origem, na África), o que pode ter sido o caso aqui. Pesa também o fato deste ter sido um período de expansão populacional da freguesia, que recebia muitas levas migratórias. É possível que as famílias que se deslocavam para cá já trouxessem seus escravos batizados de sua região de origem, fosse esta Laguna, Rio Grande ou Sacramento.

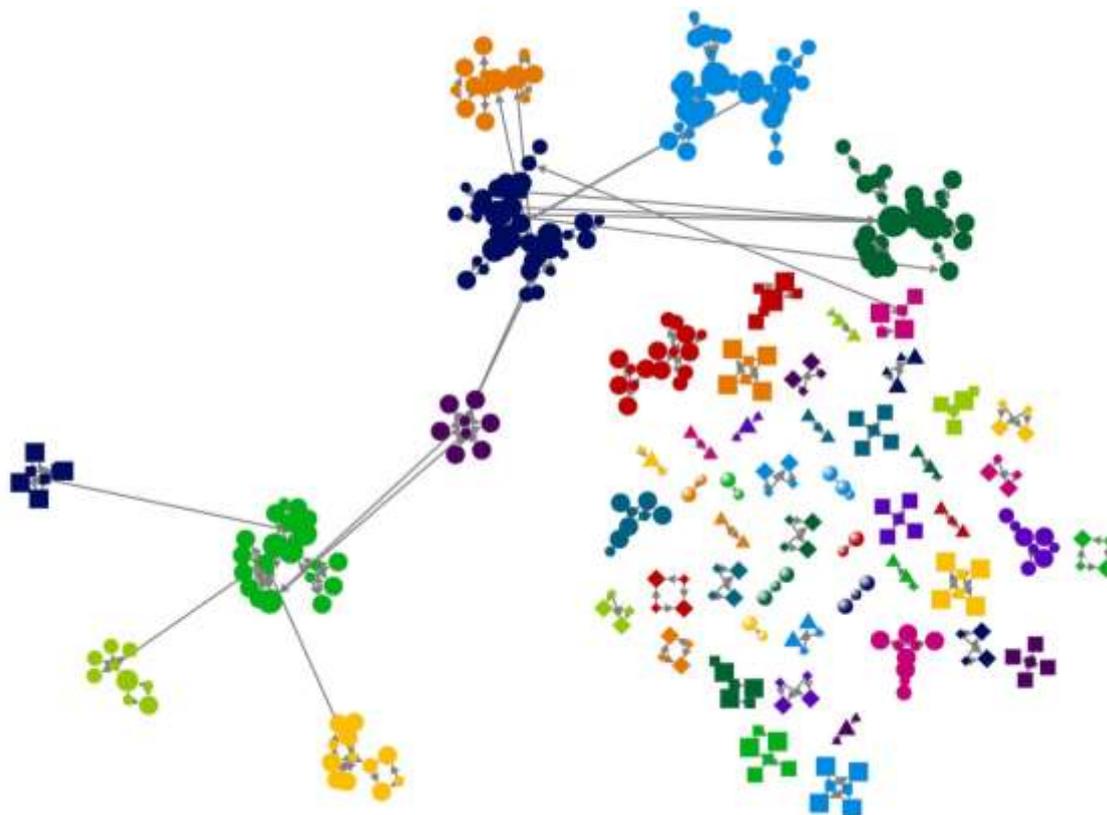
O fato é que estas lacunas nas fontes limitam a análise que se pretende fazer das ‘redes’ formadas por estes agentes a partir do compadrio propriamente dito, e é importante reconhecer essa limitação desde já. Mais uma vez, parafraseando Michel Bertrand, o que encontraremos serão fragmentos de redes, pistas das relações que estes sujeitos constituíam e a partir das quais se posicionavam nas hierarquias sociais locais,

padrinhos. Para além desta pequena diferença, destacamos o fato do trabalho anterior não utilizar a metodologia de redes em suas análises.

⁴² Essa suspeita é reforçada pelo fato das datas dos batismos retrocederem do ano de 1758 para o ano de 1749 na altura do registro de número 344, recomeçando a contagem cronológica a partir de então, que segue até o final do livro.

dentro e fora da senzala. Ainda assim, esperamos que estas pistas nos permitam um vislumbre das possibilidades que estavam colocadas para esta população dentro da ordem costumeira que organizava àquela sociedade.

A partir das informações registradas em cada lançamento, é possível saber que estiveram representados na ‘grande rede’ formada pelos cativos de Viamão um total de 60 escravarias. A média, assim, seria de 2 a 3 escravos por família - pouco mais de um casal por senhor, o que dá uma pista a respeito de uma das características apontadas por Kuhn (2006) a respeito dessa comunidade: a posse de escravos em pequena escala, muito menor do que João Fragoso encontrou para a região do Rio de Janeiro, por exemplo. Apesar disso, a distribuição dos registros é desigual, havendo um predomínio de escravos de famílias mais destacadas, como os Pinto Bandeira, por exemplo, cujos cativos participaram em 17 cerimônias, mais de 10% do total.



Grafo 13: Redes cativas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Conforme é possível identificar no grafo acima, apesar da dispersão das relações engendradas por esse estrato, havia alguma possibilidade de inserção em uma rede mais ampla de relações. A existência de componentes maiores e mais conectados sugere que pelo menos uma parte dos cativos da região estava integrado às dinâmicas sociais da

comunidade local, o que, como se verá, se dava através da criação de laços com indivíduos de outros estratos sociais, notadamente indivíduos livres.

Em relação aos agentes participantes dessa rede, temos o seguinte quadro: entre os genitores que eram negros cativos, temos 35 homens e 65 mulheres. Tivemos, ainda, oito negros forros que tiveram filhos com mulheres escravas, além de três indígenas (‘de nação Tape’) e cinco homens presumidos livres, cujos registros não fazem menção a cor ou condição social. As mulheres forras que tiveram filhos com homens cativos foram três, mesmo número de mulheres nativas nesta situação. O número de batismos onde o pai não é citado foi de 42, aproximadamente 30% do total.

No quadro a seguir buscamos apresentar de forma mais clara a situação dos pais mencionados nos registros aqui analisados, destacando também as uniões mistas:

	Mãe Escrava	Mãe Forra	Mãe Indígena	Mãe Livre	NI	TOTAL
Pai Escravo	71	4	2	0	0	77
Pai Forro	14	0	0	0	0	14
Pai Indígena	4	0	0	0	0	4
Pai Livre	6	0	0	0	0	6
NI	41	0	1	0	0	42
TOTAL	136	4	3	0	0	143

Tabela 7 - Condição social dos pais cativos e seus parceiros
 Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

O quadro demonstra a existência de uniões mistas, especialmente no caso onde mulheres escravas tinham filhos com homens de outra condição social - forros ou livres, por exemplo. Esse número, inclusive, poderia ser mais expressivo caso houvesse pistas de quem foram os pais das crianças nos 41 registros em que a paternidade não foi declarada. Para os 71 registros onde pai e mãe foram apontados como escravos, em 100% dos casos as uniões se deram dentro da mesma escravaria, dando-nos outra pista das possibilidades colocadas para a população escrava da região. Uma união que extrapolasse as fronteiras da ‘casa’, ao que parece, não era uma alternativa para estes homens e mulheres. Já nos casos onde houve uma união entre um escravo ou escrava e um indígena, estes últimos em sua maioria foram apontados como sendo de ‘nação livre’, havendo apenas um caso de uma índia alforriada pelo mesmo senhor que era proprietário de seu nubente - o que, na verdade, pode ser outra pista para a condição dos demais, provavelmente peões ou agregados nas terras desses senhores.

Pensando a mesma distribuição para o outro polo envolvido nestas relações, os padrinhos, temos a seguinte distribuição: 22 escravos negros aparecem batizando 28 crianças; por sua vez, tivemos 20 negras escravizadas convidadas a batizar um total de

31 crianças. Temos, ainda, três padrinhos que são designados como pardos (possivelmente livres), um escravo que se tornou forro entre um batismo e outro, um índio (também citado como forro) e 94 homens livres. Apenas oito crianças não tiveram padrinho. Tivemos, ainda, 76 madrinhas livres, uma forra, duas indígenas e 18 batismos sem madrinha.

O quadro abaixo mostra como estavam distribuídos os padrinhos e madrinhas nesse conjunto:

	Madrinha Escrava	Madrinha Forra	Madrinha Índigena	Madrinha Livre	NI	TOTAL
Padrinho Escravo	24	1	1	1	1	28
Padrinho Forro	0	1	0	0	0	1
Padrinho Índigena	1	0	0	0	0	1
Padrinho Livre	5	0	1	89	10	105
NI	0	0	0	2	6	8
TOTAL	30	2	2	92	17	143

Tabela 8 - Condição social dos padrinhos nas redes cativas
 Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

De modo geral, havia um número elevado de pessoas livres batizando os filhos de escravos em Viamão, conforme se depreende da tabela acima, sendo que, para a maioria deles, os registros não apontam outros designativos. Entre os padrinhos, apenas cinco recebem algum qualificativo nos registros (um ‘crioulo’, um ‘índio’ e três ‘pardos’). Já para as madrinhas, temos apenas duas ‘índias’ e uma ‘mulata’⁴³. Portanto, se pudermos confiar nos registros analisados, é possível afirmar que em pelo menos 68% das possibilidades de escolha de padrinhos para os filhos dos escravos recaiu sobre pessoas brancas - ou 75%, se desconsiderarmos as ocasiões em que ninguém ocupou o posto.

Por outro lado, das 35 cerimônias em que um dos pais e pelo menos um dos padrinhos era cativo, ocorreram 24 em que os pais e os padrinhos eram de escravarias diferentes, o que corresponde a 69% dos batismos. Portanto, mesmo frente às limitações existentes, ao menos o compadrio entre cativos ainda poderia cumprir um papel de articulação social para além das fronteiras da ‘casa’ - restando-nos perguntar se estas ‘escolhas’ partiam dos próprios cativos, ou se poderiam ser parte das estratégias de seus senhores. Outro aspecto que poderia ser destacado é a ausência de padrinhos ‘preferenciais’ nestes registros: não havia nenhum protetor que se destacasse entre a

⁴³ Nenhuma das madrinhas livres recebe o designativo de ‘dona’ nos registros de batismo dos filhos de escravos, embora seja possível reconhecer alguns nomes de mulheres pertencentes às ‘melhores famílias’ da região, como será demonstrado.

população escrava, nenhum homem, cativo ou livre, que tenha batizado mais do que quatro ou cinco crianças no período (para as madrinhas, menos).

Diferentes autores que estudaram o compadrio já apontaram o uso deste como forma de acesso a proteção, favorecimento, ascensão social, entre outros⁴⁴. Esta situação está expressa em termos como ‘alianças para cima’ ou ‘alianças verticais’, e subjacente à própria ideia de padrinhos e madrinhas preferenciais. Os estudos do compadrio para a população escrava demonstram que para este estrato social este poderia igualmente cumprir o mesmo objetivo, através da escolha de padrinhos forros ou livres - quanto mais alta a posição do padrinho na escala social, melhor.

O próprio João Fragoso, em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro colonial (2010 e outros), tece a imagem dos “senhores compadres de pretos”, figura de linguagem que tenta dar uma ideia do quanto estavam entrelaçadas as relações entre os diferentes estratos sociais no Antigo Regime. Considerando isso, notamos que a participação do estrato livre nos batismos dos filhos e filhas de escravos da Viamão setecentista foi significativa, sendo bastante elevada em relação aos outros estratos daquela comunidade. Essa diferença, contudo, não chega a ser uma surpresa, quando analisamos a historiografia sobre o tema. No clássico estudo de Gudeman e Schwartz (1988, p. 49) podemos ver que os autores encontraram uma taxa elevada de participação de padrinhos livres para a Bahia, no século XVIII. Já para a região das Minas Gerais, paróquia de São João del Rei, em período muito próximo do nosso (1751-1760) Brügger (2007) encontrou um percentual de homens livres batizando filhos de escravos da ordem de 63,4%, enquanto as mulheres livres foram 49,5%. Também Farinatti (2011, p. 5) encontra um percentual próximo ao nosso para a região da fronteira do RS no século XIX, embora Zettel (2011, p. 125) tenha encontrado uma situação de maior equilíbrio para a região de Rio Pardo, também no século XIX. Fato é que o compadrio foi uma instituição que produziu interdependências entre os distintos segmentos sociais do Antigo Regime, e para Viamão o que encontramos não foi diferente.

Tal situação possibilita perceber a existência de uma ‘circulação do dom’ que, através do rito do batismo, percorria aquela sociedade aproximando agentes que ocupavam posições distintas. Nessa perspectiva, a dádiva se constituía enquanto

⁴⁴ Ver, por exemplo, os estudos clássicos de Gudeman e Schwartz (1988), Florentino e Goes (1997), Ramos (2004), Machado (2006), Brügger (2007), Bacellar (2010), entre outros.

símbolo básico na instituição dos vínculos sociais, de modo que a própria dinâmica de estabelecimento e transformação das redes sociais passava a fundamentar o modo de circulação desses dons no interior daquela comunidade, conforme indicado por Marcel Mauss (2018). Aliada ao conceito de equidade, essa concepção nos permite compreender como as relações então engendradas por aqueles agentes eram atravessadas por forças que, ao mesmo tempo em que estratificavam àquela sociedade, contribuíam para a criação de laços de interdependência que, ao fim e ao cabo, possibilitavam a própria conservação daquele corpo social.

A partir dessas reflexões, gostaríamos de lançar um olhar mais próximo para as relações desses cativos, a partir de um recorte que reuniu os registros de batismos ocorridos dentro das escravarias de duas importantes estâncias na década de 1750, pertencentes aos sesmeiros Francisco de Pinto Bandeira e Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcelos, ambos já citados no capítulo anterior. Ao todo, ocorreram 21 batismos envolvendo famílias escravas destes dois grupos no período analisado, embora as relações formadas nos dois casos tenham sido caracterizadas por sensíveis diferenças, como será demonstrado.

A escolha dessas escravarias não é fortuita: ela nos permite avançar na compreensão de como a instituição do compadrio era utilizada por essas duas ‘casas’, já analisadas no capítulo anterior, ao extrapolar o conceito de família celular que, conforme aponta a bibliografia para o período, não é o mais apropriado para explicar as relações sociais e familiares desse período (cfe. HAMEISTER, 2014). Pesa, também, o fato de que estes dois grupos concentraram um número maior de batismos - em especial no caso dos Pinto Bandeira -, ao passo que os escravos de outros proprietários tiveram uma participação bem mais discreta nos registros.

No primeiro livro de batismos da freguesia, encontramos registros de 21 batismos de crianças cativas ocorridos nas estancias destes dois senhores, sendo possível identificar o nascimento de 16 crianças entre os cativos de Francisco Pinto Bandeira, enquanto outras cinco nasceram na escravaria de Jerônimo de Ornellas. A rede formada a partir das relações de compadrio contraídas pelos envolvidos pode ser conferida abaixo.

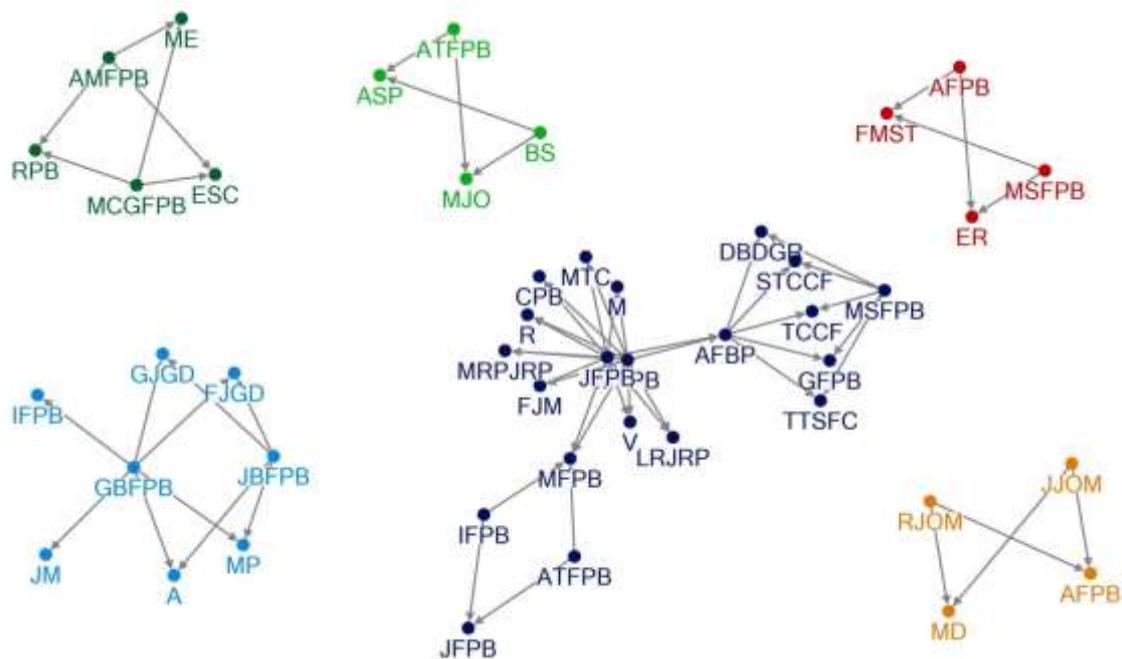


Gráfico 13: Redes dos escravos dos Ornellas e dos Pinto Bandeira⁴⁵

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Podemos notar nesta representação gráfica uma tendência observada a partir da análise das relações de compadrio destes estratos ditos subalternos, que é a disposição a fragmentação dos vínculos. Embora tenhamos observado, no capítulo anterior, que existia um grande componente que conectava boa parte da população da freguesia através do compadrio, é possível identificar uma particularização das relações à medida que se diminui a escala.

Isso pode nos dizer um pouco sobre as estratégias e escolhas dos agentes que compunham essas redes, mas também indica as possibilidades e limites que estavam colocados para cada um. Para alguns casais de escravos, por exemplo, que tiveram mais filhos no período dos registros, foi possível acessar uma rede mais ampla de compadres, constituindo relações com agentes de diferentes estratos sociais. Outros casais, porém,

⁴⁵ Legenda – Escravos de Francisco Pinto Bandeira: AFPB: Antônio; AMFPB: Ana Maria; ATFPB (verde): Antônia Tapanhuna; ATFPB (azul): Antônio Tapanhuno; GFPB: Grácia; IFPB: Isabel; JFPB: Josefa; JBFPB: João Baracu; MCGFPB: Martinho Correia Garcia; MFPB: Manoel; MSFPB: Manoel de Souza. Escravos de Jerônimo de Ornellas: JJOM: João; RJOM: Rita. Escravos de outros senhores: DBDGP: Domingos Bamba; FJM: Francisco; LRJRP: Luís Rodrigues; MJO: Maria; MRPJRP: Maria Rodrigues Prates; MTC: Maria; STCCF: Sebastião Tapanhuno; TCCF: Teresa; TTSFC: Teresa Tapanhuna. Padrinhos livres e forros: ASP: Antônio de Souza Pereira; BS: Bartolomeu Sanches; CPB: Casemiro Pinto Bandeira; ER: Eufrásia de Ribeiro; ESC: Estevão da Silva Conde; FMST: Francisco Manoel de Souza e Távora; M: Maria; MD: Manoel Dias; ME: Maria da Encarnação; R: Rosa; RPB: Rafael Pinto Bandeira; V: Ventura.

só tiveram um ou dois filhos, ficando isolados das redes de compadres de seus companheiros de senzala - também porque não eram requisitados a apadrinhar os filhos deles. A própria possibilidade de formar uma família e gerar filhos, como vimos, poderia estar relacionada às posições ocupadas por estes indivíduos e às oportunidades a que tinham acesso. Por isso cabe olhar de forma mais detalhada para as relações representadas na rede acima.

O grafo é composto por seis componentes, sendo que quatro deles representam as relações de compadrio de apenas um casal cada (os quatro conjuntos menores). Nesses casos, é possível perceber que esses casais criaram alianças de compadrio com indivíduos que não batizaram filhos de outros membros do grupo, formando redes com menor alcance, aparentemente. Voltaremos a esse dado em breve. Os outros dois componentes do grafo reúnem um número maior de agentes e representam relações de mais de um casal, por contarem com padrinhos que batizaram filhos de diferentes famílias, ou com pais que tiveram seus filhos apadrinhados, mas que atuaram também como padrinhos de outras crianças. Para alguns desses agentes, portanto, o compadrio representava uma possibilidade de maior trânsito, tanto entre seus pares como junto a indivíduos de outros estratos sociais.

Considerando os 21 registros analisados para a formulação desta rede, à partida, podemos notar uma diferença importante entre esses grupos: a condição social diversa das pessoas que ocupam a posição de padrinhos e madrinhas em cada escravaria. Para o grupo da casa Pinto Bandeira, temos oito registros onde pais e padrinhos eram escravos; um onde os padrinhos eram forros; e sete registros onde os padrinhos das crianças foram pessoas livres. Portanto, em 50% dos casos tivemos cativos contraindo relações de compadrio entre si, o que destoia da média identificada para a freguesia. Essa situação muda bastante para os cativos dos Ornellas, onde apenas em um dos cinco registros analisados encontramos um padrinho escravo (sendo este, por sinal, um cativo de Francisco Pinto Bandeira).

Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno	Teresa Tapanhuna
Antônio	Maria Tapanhuna	Sebastião Tapanhuno	Teresa
Antônio	Maria Tapanhuna	Domingos Bamba	Grácia
Antônio Tapanhuno	Isabel	João	Maria
Bartolomeu Sanches	Antônia Tapanhuna	Antônio de Souza Pereira	Maria Jacinta de Oliveira
João Baracu	Grácia Benguela	Felipe	Grácia
João Baracu	Gracia Benguela	Antônio (Forro)	Maria Pais

João	Rita	Manoel Dias	Antônia
Manoel de Souza	Ana	Francisco Manoel de Souza e Távora	Eufrásia de Ribeiro
Manoel	Josefa	Antônio	Maria
Manoel	Josefa	Casemiro Bandeira	Pinto Mariana
Manoel	Josefa	Luís Rodrigues	Maria Rodrigues Prates JRP
Manoel	Josefa	Francisco	Maria
Manoel	Josefa	Ventura	Rosa
Martinho Correia Garcia	Ana Maria	Rafael Pinto Bandeira	NI
Martinho Correia Garcia	Ana Maria	Estevão da Silva Conde	Maria da Encarnação

Tabela 9 - Relações de compadrio da escravaria dos Pinto Bandeira

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
João	Rita	Inácio Xavier Mariano	Maria Justa Soares
João	Rita	Manoel Dias	Antônia
Sebastião	Maria	Jose Raimundo de Ornelas	Rita de Menezes
Sebastião	Maria	NI	NI
NI	Rita	Francisco da Silva	Gertrudes Magna de Menezes

Tabela 10 - Relações de compadrio da escravaria dos Ornellas

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Outra situação que de certa forma chama atenção nestes registros é a taxa de legitimidade das crianças nascidas nestas estâncias. Em apenas dois casos os registros não apontam o nome do pai da criança, além de um único caso de um filho natural, resultando em uma taxa de legitimidade de 80% na escravaria dos Ornellas e 88% na dos Pinto Bandeira, ambas taxas bastante superiores à média das famílias cativas da freguesia. Assim, vão surgindo indícios de como se organizavam essas famílias escravas, as oportunidades a que tinham acesso e como o compadrio era utilizado por elas.

A primeira impressão que temos é de que os escravos de Jerônimo de Ornellas (os casais João e Rita, Sebastião e Maria) tinham maior chance de contrair relações com pessoas livres e, portanto, gozavam de uma posição social privilegiada em relação a seus pares (note-se que os róis do período indicam que eram mantidos, no fogo de Jerônimo de Ornellas, cerca de 10 escravos). Mas devagar com o andor. De fato, a possibilidade de construir laços com pessoas de estrato e condição social superior era um expediente buscado com frequência pela população cativa, servindo como mecanismo de diferenciação no interior da escravaria, ao mesmo tempo em que concorria para ampliar as possibilidades de proteção e, quem sabe, de uma futura libertação, sua ou de seus filhos. Nesse sentido, os estudos sobre o compadrio escravo

no Brasil têm dado atenção para este expediente, e frequentemente têm demonstrado como a busca de um compadre (e/ou padrinho) livre era uma estratégia frequente da população cativa na busca por uma chance de mobilidade social (ainda que bastante restrita).

Por outro lado, a forma como essas relações foram pensadas também poderia demonstrar uma estratégia do senhorio, no sentido de garantir a lealdade das famílias cujos filhos estavam sendo batizados, conforme já apontado no estudo de Florentino e Góes (1997). Essa possibilidade é reforçada pelo fato de que a maioria dos padrinhos destas crianças (50%) eram filhos e genros do sesmeiro Jerônimo de Ornellas, mantendo os laços criados, portanto, dentro do âmbito da casa. Por outro lado, ao estabelecer um laço de compadrio com a escrava de Francisco Pinto Bandeira, Antônia, o casal João e Rita possivelmente contribuía para estreitar as relações entre as casas desses senhores. Isso coaduna com as conclusões de João Fragoso, segundo o qual “*entre senhores e subalternos existia um pacto desigual, em que aos primeiros cabia proteção e direção, e aos segundos a obediência; porém, mesmo desigual, não deixava de ser um pacto e sobre ele tínhamos um dos alicerces da casa*” (FRAGOSO, 2010, 76).

Essa prática, portanto, não fugia ao conjunto de regras que operava naquela sociedade de Antigo Regime; na verdade, corporificava uma norma costumeira que atravessava as relações de livres e cativos e organizava a vida daquelas pessoas. Se, por um lado, esses laços implicavam em lealdade e obediência por parte daqueles escravos, a isso correspondia uma contrapartida esperada, que poderia beneficiar os pais ou, ainda, seus filhos: proteção, acesso a trabalhos menos penosos e, talvez, um horizonte de liberdade.

Mas essa ‘ascensão interna’ na hierarquia cativa poderia dispor de outros artifícios, mesmo quando a relação ritual se dava entre pessoas de estrato social semelhante. Vejamos, por exemplo, a trajetória de um casal de cativos de Francisco Pinto Bandeira, os escravos Manoel e Josefa Pinta, que no período estudado tiveram cinco filhos batizados na freguesia de Viamão.

No primeiro desses registros, o batizado da pequena Anastácia, datado de 23 de junho de 1748, o casal contraiu relações de parentesco espiritual com Antônio e Maria, ambos negros e também escravos de seu senhor. Nessa ocasião, todos os envolvidos

(pais e padrinhos) são registrados pelo pároco como ‘tapanhunos’⁴⁶. Já o registro seguinte ocorre dois anos depois, quando ocorre o batizado de outro filho, Vitorino. Já nesta ocasião os compadres possuíam uma ‘qualidade’ diferente: eram ambos livres, sendo um deles a mulata Mariana (de quem não temos outras informações) e o outro um homem branco chamado Casemiro Pinto Bandeira⁴⁷.

Depois disso, a situação do casal melhora, por assim dizer. Já em 1752, quando do batizado de sua filha Marta, a escrava é citada no registro como Josefa Pinta, assim como seu esposo é citado como Manoel da Silva Pinto. Além disso, o casal volta a contrair relações com padrinhos livres no batizado do filho Damázio, em 1756. Essa mudança na forma como os dois são nomeados nos dá uma pista de como sua situação evoluiu no cativeiro: a adoção de apelidos (sobrenomes) por escravos é frequentemente apontada como uma forma de ascensão e diferenciação social. Em especial, como parece ser o caso em questão, quando o nome adotado fazia referência à família senhorial (no caso, o sobrenome Pinto e sua variação feminina, Pinta). Esta situação já havia sido notada por Márcio Blanco (2012), que ao estudar esta escravaria, refere à possibilidade deste casal ter experimentado certa ascensão social:

A adoção de um dos sobrenomes de seu senhor serve como pista de que o referido casal estivesse - aos olhos do mundo livre pelo menos - numa categoria superior aos demais cativos, que em geral permaneciam a vida toda designados apenas com prenome. (BLANCO, 2012, p. 162)

Conforme também apontou Blanco (Idem, p. 163), este casal apresentava outro sinal social distintivo: no rol de 1758, Manoel aparecia arrolado dentro das terras de Francisco Pinto Bandeira na condição de ‘lavrador’, condição esta que não foi atribuída a nenhum outro escravo no rol daquele ano. *“Este complemento nominal deve indicar que Manuel tinha roça própria, fazendo ele e sua família figurarem no rol daquelas [famílias escravas] detentoras de maiores recursos materiais e prestígio (...)”* (Idem).

Donald Ramos, em sua investigação sobre o compadrio em Vila Rica (MG), já mencionava como a adoção de um sobrenome poderia corresponder a uma

⁴⁶ De acordo com Dihel (2016, p. 120) *“Tapanhuna ou Tapanhuno, em língua geral significa “gente preta” e foi muito usado pelos paulistas para designar escravos africanos. Apareceu com frequência nos dois primeiros anos dos registros de batismos de Viamão, 1747 e 1748”*.

⁴⁷ Que, apesar do sobrenome, não consta que pertencesse à família nas genealogias pesquisadas; talvez se tratasse de um agregado. Bruna Sirtori (2008, p. 171) sugere que poderia ser um ex-escravo ou ex-administrado dos Pinto Bandeira, embora junto ao seu nome não conste nenhum indicativo de sua condição social ou jurídica. Ele também não aparece nos róis do período.

diferenciação social construída nos moldes do Antigo Regime: nos registros por ele analisados, os cativos que adotavam o sobrenome dos seus senhores costumavam ser convidados com mais frequência para apadrinhar crianças nascidas dentro das escravarias locais, tornando-se padrinhos preferenciais entre seus pares (RAMOS, 2004, 56). Isso, por si, é um indicativo do prestígio de que gozavam esses homens e mulheres, o que lhes permitia um exercício de diferenciação, embora limitado pelo próprio cativo. Carlos Engemann (2006) reforça esta impressão, ao conjecturar o tipo de raciocínio subjacente a esta prática colonial:

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho. (ENGEMANN, 2006, 170)

Se analisarmos esses elementos a luz dos demais registros, é possível encontrar indícios de sua validade. Os casais João Baracu e Gracia Benguela, Antônio Tapanhuno e Isabel, e Antônio e Maria (escravos de Pinto Bandeira), além de não adotarem o uso de sobrenomes, constroem seus laços sociais dentro do universo do cativo, contraindo relações de compadrio com outros escravos do grupo senhorial e de escravarias vizinhas. Formam, assim, o que aqui chamamos ‘redes cativas’, nas quais não foi possível vencer a barreira da servidão, posto que este expediente estivesse ao alcance de alguns deles apenas. Por seu turno, o casal Martinho Correia Garcia e Ana Maria logram, nos batizados de seus dois filhos, atar relações com pessoas livres e de estrato social superior, entre os quais Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco Pinto Bandeira, seu senhor, rompendo, assim, uma fronteira que, de certo modo, os separava do mundo exterior.

Essa diferenciação na forma como se constituíam as relações sociais no interior daquela casa, portanto, nos dão um vislumbre de um exercício de estratificação no qual participavam cativos, seus senhores e familiares, integrando aquela hierarquia costumeira marcada por lealdades e por uma relação de interdependência que imbricava esses atores em uma intrincada trama. Somadas a outras práticas sociais, as hierarquias que iam sendo construídas informavam a cada um sobre o seu lugar no mundo.

Podemos perceber alguns expedientes semelhantes quando olhamos para as relações de compadrio dos escravos de Jerônimo de Ornellas, embora, neste caso,

possamos identificar uma preferência pela construção de relações espirituais no âmbito da casa.

Em 1749, o casal Sebastião e Maria batiza sua primeira filha. Como padrinhos, comparecem dois filhos do seu senhor, José Raimundo, solteiro, e Rita de Menezes, casada com Francisco Xavier de Azambuja. Já em 1752 este casal teria outro filho, que não contou com padrinhos, pois foi batizado em casa, às pressas. Outro casal deste grupo, João e Rita, tiveram também dois filhos na década de 1750. No batismo do primeiro, compareceram como padrinhos o pardo forro Manuel Dias e a escrava Antônia, cativos dos Pinto Bandeira. Na segunda ocasião, o casal contraiu parentesco espiritual com Inácio Mariano e ‘dona’ Maria Justa Soares, casada com Manoel Rodrigues Braga, que em outra ocasião também se tornaria comadre de Rita de Menezes, filha de Jerônimo de Ornellas. Por fim, em 1750, outra Rita (da qual a primeira se diferenciou pelo epíteto ‘crioula’) se tornou comadre de uma das filhas de seu senhor, Gertrudes, e também de um de seus genros, Francisco da Silva.

Para além da expressiva presença de padrinhos / compadres livres que figuram nessas relações, notamos uma destacada proeminência de pessoas da família, de modo a construir uma rede de relações espirituais que fortaleceu os laços daquela casa. A estratégia é reforçada pela presença de uma madrinha livre, dona Maria Justa Soares, que logo se tornará também comadre de uma das filhas do senhor daquelas terras (Rita de Menezes, filha de Jerônimo de Ornellas), constituindo, assim, laços espirituais bastante próximos com aquela família.

Apesar disso, e diferente do que ocorreu na escravaria de Francisco Pinto Bandeira, é possível notar que esses escravos não adotam um sobrenome, tampouco recebem qualquer distintivo, seja nos batismos ou nos róis da freguesia. Assim, conforme apontamos há algumas páginas, essa pode ter sido uma estratégia capitaneada por seu senhor, como forma de garantir a lealdade de seus cativos ao seu grupo familiar, o que sugere que estas escolhas, nas práticas do compadrio cativo, poderiam ser pensadas por indivíduos outros, que não aqueles efetivamente envolvidos na relação.

Por essa razão, essas práticas devem ser matizadas com outros fatores que afetavam a organização do compadrio naquela sociedade. Marcio Blanco (2012), ao estudar o compadrio escravo em Viamão em período similar ao nosso, atenta para o fato de que a preponderância do estrato livre ou cativo nas escolhas dos compadres foi

afetada também por outros fatores, tais como o tamanho das escravarias ou a condição de naturalidade ou legitimidade dos nascimentos. De fato, quando observamos o conjunto dos registros estudados aqui, notamos que o número de escravos que contraíam relações espirituais com seus iguais aumentava em escravarias maiores, o que pode ser um indicativo de que os cativos dos pequenos plantéis da região poderiam recorrer a padrinhos e madrinhas livres por não terem como opção companheiros de cativeiro dentro da mesma casa. Esta perspectiva, contudo, deve ser encarada com cuidado, especialmente quando lembramos que mais de dois terços dos escravos que se compadraram entre si pertenciam a proprietários distintos, ou seja, essa possibilidade estava colocada. Parece-nos que, nestes casos, deveriam pesar outros aspectos que afetavam as relações sociais e diferenciavam aqueles homens e mulheres, para além do compadrio.

Outro aspecto notado por Blanco diz respeito à preferência demonstrada por mães solteiras e casais mistos por padrinhos livres, quando comparados a casais compostos por dois escravos (Idem, p. 175). Note-se, em primeiro lugar, que a maioria das crianças que não tiveram o nome do pai registrado nasceu em pequenas escravarias, o que nos remete a questão do parágrafo anterior. Mas, mais que isso, nos parece que nestes casos pode ter pesado a busca por proteção quando da escolha destas mães, tanto para si quanto para seus rebentos, posto que estas já se encontrassem em uma posição de maior vulnerabilidade por não terem a oportunidade de constituir uma família nuclear. Por outro lado, nos casos das uniões entre um escravizado e companheiro(a) forro ou livre (que correspondeu a 17% dos batismos analisados aqui) há que se considerar que a própria condição jurídica de liberdade de um dos pais reforçava a procura de padrinhos de condição semelhante, como já comentamos.

Outro aspecto, já mencionado por Sirtori e Gil (2012) é a inserção dessas relações sociais no espaço, de modo que um padrinho ou madrinha poderia ser encontrado na vizinhança (ou mesmo dentro da casa, como vimos), não implicando necessariamente em uma estratégia elaborada. “*Alguém da comunidade local cotidiana, um vizinho, um companheiro de senzala ou de conversas podia ser suficiente*” (SIRTORI e GIL, 2012, p. 13). Para Viamão, conforme já havia sido apontado por Márcio Blanco (2012, p. 183-184), identificamos que os pais e padrinhos possuíam moradia próxima em 36 ocasiões (26,6% do total de relações), o mesmo ocorrendo em

43 oportunidades com as madrinhas (34,1% do total)⁴⁸. Reforçava-se, desta forma, outro laço social importante, o da vizinhança. Blanco aponta, ainda, que para além da questão da proximidade, poderia pesar a questão do trabalho: o trabalho conjunto da terra poderia ser uma boa oportunidade para a construção de laços entre escravos e livres pobres, que culminaria com o compadrio; ou poderia ocorrer o inverso, sendo a relação espiritual utilizada para arregimentar braços para o trabalho da roça (BLANCO, 2012, p. 186).

Assim, ao considerar as nuances existentes dentro desse estrato social, nos parece que o compadrio cumpriu também o papel de cimentar certas relações existentes, além de oferecer, em algum grau, novas possibilidades. Nas próximas seções, buscaremos identificar como se davam esses expedientes para outros estratos daquela sociedade.

3.2. Negros da terra e seus compadres

Devemos a John Manuel Monteiro o esclarecimento da questão da administração particular indígena na sociedade colonial brasileira. Em seu conhecido estudo, o historiador enfrentou a questão, expondo o modo como o sistema de administração funcionava, grosso modo, como um logro para esconder a escravização da mão de obra nativa (MONTEIRO, 1994). Do mesmo modo, o autor chamava a atenção para o uso do batismo católico como mecanismo de incorporação desse grupo populacional à sociedade em formação, apontando como *”o compadrio representava um passo significativo na integração dos índios à sociedade paulista”* do século XVII (Idem, 163).

A redução destes homens e mulheres ao cativo, no entanto, não podia aparecer de forma explícita, devido às restrições morais e legais existentes à escravidão indígena (salvo exceções, como a guerra justa), de modo que a administração particular foi utilizada sob o pretexto de proteção dos ‘incapazes’ e conversão do gentio à fé católica. Assim, conforme aponta Diehl, *“a administração seria uma forma de escravidão incompleta, análoga ao sistema de encomiendas, porém sem sua formatação jurídica”* (DIEHL, 2016, p. 73). Considerando a diversidade de formas que essas

⁴⁸ Os números podem ser maiores, pois em alguns casos não foi possível identificar o local de moradia de alguns indivíduos.

relações poderiam assumir, a autora sustenta que as relações sociais implicadas na escravidão poderiam auxiliar no entendimento do que foi a administração, mas não a esgotavam.

(...) ainda que mais comumente a administração indígena no período colonial tenha sido tratada como sinônimo de escravidão e que muitas das características desta forma de exploração do trabalho estejam presentes nos diversos arranjos de tal prática no sul do Brasil colonial durante o século XVIII, essa associação não é a única possível. Alguns dos aspectos das relações clientelares também podem contribuir para pensá-la. (DIHEL, 2016, p. 85)

Nos confins sulistas do império português também foi possível encontrar a figura do índio administrado. Contudo, chamam a atenção dois aspectos nos registros. O primeiro é o apagamento desse grupo populacional (administrados ou não), como já mencionado. Já para o Livro 2, da década de 1760, essa população praticamente deixa de aparecer nos registros, o que pode estar relacionado ao Diretório de 1758⁴⁹, que além de determinar a proibição da escravização da mão de obra nativa, estabeleceu as normas para seu aldeamento e integração àquela sociedade. Outro elemento que deve ter contribuído para isso é a criação do Aldeamento dos Anjos em 1757 e sua posterior emancipação da freguesia (apesar dos primeiros registros de batismo da Aldeia dos Anjos datarem apenas de 1765).

Por outro lado, Isadora Diehl lembra que a própria identidade indígena envolvia, na época, uma série de questões que poderia levar a este apagamento. Uma delas é que esta identidade indígena não era algo fixo, podendo estes indivíduos serem qualificados de formas distintas de um registro para outro. Assim, o advento do Diretório dos Índios poderia levar a ocultação da administração indígena, ao se denominar esses indivíduos como escravos, simplesmente, ou ainda ocultar a sua origem, respeitando outra diretriz do Diretório, que previa uma *“assimilação completa das características indígenas, buscando modifica-las a ponto de que a identidade nativa passasse despercebida”* (DIEHL, 2012, p. 6-7). Finalmente, há que se considerar que uma parcela dessas

⁴⁹ O Diretório dos Índios foi uma lei publicada durante o governo do Marquês de Pombal, caracterizada por uma série de diretrizes que regulamentavam a criação de aldeamentos indígenas e a inserção dessas populações na sociedade. Propunha a normatização de diversas práticas, estabelecendo critérios educacionais, administração da força de trabalho e a relações entre indígenas e colonos. Ao mesmo tempo em que regulava a liberdade das populações indígenas, o Diretório institucionalizava seu modo de trabalho. O objetivo era levar as populações indígenas a realizar a transição para a vida civil e integrá-las à sociedade colonial (COELHO, 2016).

populações nativas não estava integradas aos ritos católicos – apesar dos esforços tanto da Igreja quanto da Coroa portuguesa nesse sentido⁵⁰.

O segundo elemento que se destaca é justamente a forma como esses agentes eram designados nos registros: temos menções a índios e índias administradas, assim como a forros (em menor número). Se a alforria era uma condição que pressupunha a saída do cativo, e a administração, como vimos, pressupunha uma forma de cativo, temos que uma parte dessa população estava, de fato, integrada a essa sociedade na forma de mão-de-obra cativa - embora não tenham sido a maioria, como se verá.

Outro aspecto a ser notado é a tentativa de classificação destes indivíduos nos registros, de modo a enquadrá-los dentro de um quadro social mais amplo. Embora a maioria dos registros identificados se refira a índios, de forma genérica, ou mais frequentemente ao gentio da terra, em alguns deles é possível perceber uma tentativa de classificar os nativos de acordo com algum outro designativo (aparecem termos como Tape, Carijó, Minuano, etc.).

Essa tentativa de categorizar cada indivíduo de acordo com sua cor, condição social ou jurídica, além de reforçar o aspecto estamental daquela sociedade (herança da organização sociopolítica da metrópole), nos fala também dos desafios que se colocavam àquela organização hierárquica frente à incorporação de novos contingentes populacionais, que carregavam valores e costumes outros, que não aqueles que se tentava reproduzir. Tal foi o caso dos negros e índios, e também daqueles que nasciam das uniões mistas entre as gentes que compartilhavam aquele espaço – o que contribuiu para complexificar as tentativas de classificar e categorizar os indivíduos de acordo com seus atributos, fato claramente visível nos registros paroquiais. Assim, conforme lembra Mattos,

Para que a concepção corporativa de sociedade predominante no Império português pudesse informar os quadros mentais e sociais de sua expansão, era necessária a existência prévia (ou a produção) de categorias de classificação que definissem a função e o lugar social dos novos conversos, fossem mouros, judeus, ameríndios ou africanos. (MATTOS, 2001, p. 144)

⁵⁰ Outra possibilidade a ser considerada é que os batismos de crianças indígenas, após 1759 tenham sido lançados em livro separado. Essa possibilidade é reforçada quando observamos que 80% dos registros de indígenas do Livro I de Batismos foram lançados no final do livro, junto com os registros de cativos negros, conforme já havia notado Márcio Blanco (2012). De todo o modo, permanece a dúvida sobre o que houve com os registros, especialmente no interregno entre 1760 e 1765.

Esse esforço organizador é visível para as categorias subalternas daquela sociedade, assim como o foi para as suas elites. Era importante demonstrar o lugar social ocupado por índios e negros dentro de uma estrutura social onde cada um ocupava uma posição e tinha um papel a cumprir, e esse cuidado permaneceu visível nos registros paroquiais. Conforme aponta Diehl (2016, p. 96), “*os classificativos manifestos nos registros eclesiásticos [eram] frutos de complexas interações entre fenótipo, religião, ascendência, língua falada pelo sujeito, relações de trabalho, etc.*”.

Assim, cabe aqui fazermos um resgate, ainda que muito breve, das formas como esses nativos apareciam nos registros paroquiais, bem como o significado que estas classificações carregavam. Para isso, nos valem do competente trabalho de Isadora Diehl (2016), que traz elementos que nos ajudam a esclarecer as principais categorias utilizadas para designar estas gentes.

O principal termo que aparece nos registros é ‘gentio’. Esse termo, conforme aponta Diehl, fazia referência a ideias como bárbaro e selvagem, no sentido de seguirem uma lei ‘natural’, apartada dos costumes e normas cristãs, sendo por isso alvo das políticas de catequização (2016, p. 112). O termo aparece nos batismos de duas maneiras: associado a “de Guiné”, relativo a escravos africanos, ou “da terra” relativo a indígenas (Idem, p. 113). Outro termo que aparece é ‘gente da terra’, que parece ter o mesmo significado. Diehl aponta, ainda, que o termo pode ter assumido outra conotação, indicando a posição que aquelas pessoas ocupavam no corpo social:

Parece-me que em Viamão e Curitiba gentio assumiu dois significados distintos (...). O primeiro dele é sinônimo de “pagão” e parece ter sido mais apropriado pela historiografia. (...) Em Viamão, inclusive pelo uso da expressão gente da terra com sentido parecido, gentio talvez expresse: “gente baixa, popular”. Tal definição não rejeita a associação com a ascendência indígena, pelo contrário, esta gente é baixa justamente pelos seus antepassados nativos. (DIEHL, 2016, p. 114)

Outro termo que aparece nos registros é ‘carijó’. Este, conforme Diehl, poderia ter “*menos relação com um designativo étnico do que com a associação com a escravidão*” (2016, p. 111). Nos sete registros que utilizam este classificativo, dois mencionam os indivíduos como administrados e um como forro. Há ainda uma índia, Mônica, que aparece como “*carijó catecúmena*⁵¹ adulta de nação caiapó, solteira,

⁵¹ O termo catecúmeno, aqui, pode ser entendido como se referindo a indivíduo que está sendo preparado para receber a comunhão, ou indivíduo que está sendo catequizado.

escrava de João de Magalhães e de sua esposa”. Nota-se mais uma vez, portanto, a utilização do termo relacionado ao cativo, sendo uma das raras ocasiões onde um indígena é mencionado como um escravo (o registro não tem elementos que permitam identificar se este era um caso de escravidão legalizado, exceto, talvez, pela menção a nação ‘Caiapó’).

Outros indígenas que aparecem nos registros de batismo da freguesia de Viamão eram os chamados ‘Tapes’. De acordo com Diehl, o nome fazia alusão às antigas missões do Tape, destruídas pelos bandeirantes ainda no século XVII. Apesar da destruição das missões no século anterior, a utilização deste designativo parece ter continuado. Em alguns dos registros, inclusive, o pároco indica a missão de origem destes nativos, como do caso de Nazária, “*índia tape natural da aldeia de São Borges das Missões de Buenos Aires*” ou Inácio, “*natural da aldeia de Santo Ângelo*” das mesmas missões.

Eduardo Neumann sugere que o vocábulo Tape talvez indicasse uma diferenciação étnico-cultural, uma tentativa das autoridades de estabelecer uma distinção entre as populações guaranis, especialmente no caso dos grupos vinculados às missões jesuítas orientais (NEUMANN, 2000, p. 86). Conforme aponta o autor, o termo Tape, nos domínios espanhóis (assim como ocorreu com o termo Carijó, nos domínios portugueses) parece ter sido utilizado para distinguir agrupamentos indígenas que se mostravam mais propícios a receberem a catequese e se submeterem como força de trabalho (Idem, p. 87; DIEHL, 2016, p. 115). Em Viamão, conforme aponta Diehl, o uso desse termo pode também ter tido relação com a submissão do indivíduo ao trabalho servil – como nos casos das índias Madalena e Francisca, citadas como ‘*carijó de nação Tape*’.

Finalmente, temos os casos dos indivíduos mestiços, fruto de uniões entre pessoas de categorias sociais distintas. Embora as fontes demonstrem que entre as famílias povoadoras de Viamão ocorreram uniões entre brancos e índios, a identificação desses indivíduos nestas mesmas fontes pode se tornar um desafio. Conforme aponta Diehl:

Estes filhos mestiços, ainda que em muitos casos tenham empobrecido, ocuparam um lugar importante na hierarquia social e não tiveram sua cor assinalada nos registros paroquiais, o que faria com que os considerássemos brancos. É o caso de duas das filhas do já bastante citado povoador dos Campos de Viamão, o capitão-mor

Francisco Brito Peixoto. Maria de Brito Peixoto, era filha de uma índia administrada e sua irmã Ana da Guerra, senhora do maior plantel de administrados da região, filha de uma índia carijó livre. Nenhuma das duas aparece nas fontes eclesiásticas como indígena ou sequer como mestiça. (DIEHL, 2016, p. 118)

O caso de Ana da Guerra é emblemático, pois mostra o quão complexas eram as hierarquias sociais que atravessavam aquela sociedade. Considerando seu nascimento e quem eram seus pais, Ana da Guerra seria considerada uma bastarda, termo que, ao contrário do entendimento comum que se tem hoje, era então utilizado para indicar os filhos nascidos de uniões entre homens brancos e mulheres indígenas⁵² (DIEHL, 2016, p. 119). No entanto, como filhas do capitão-mor de Laguna e esposas de senhores de terras e gentes, Ana e sua irmã não recebem designativos que apontem sua origem mestiça⁵³.

Para entender um pouco melhor como esta parcela da população estava integrada à instituição do compadrio católico, vejamos alguns números: no Livro 1 de batismos da freguesia, identificamos 98 registros⁵⁴ onde algum dos envolvidos é apontado como indígena (os pais, os padrinhos, e poucos casos de índios adultos). Desses, foi possível identificar 44 registros, ou 37 pais de origem indígena (sendo um administrado), além de três escravos, quatro forros e 13 homens livres que tiveram filhos com mulheres indígenas (para estes últimos não constava nenhum designativo). Em 22 casos o pai não foi declarado. Já as mães mencionadas como índias apareceram em 85 registros, totalizando 62 mulheres, sendo oito delas administradas, além de cinco negras escravas que tiveram filhos com nativos, uma negra forra e duas mulheres livres. Houve dois registros em que a mãe não foi declarada (sendo estes batismos de adultos). O quadro com o resumo destas informações pode ser conferido abaixo:

Mãe Adm.	Mãe livre ou	Mãe escrava	Mãe Forra	Mãe livre	NI	TOTAL
-------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----	--------------

⁵² E mais tarde para se referir a indígenas em geral (Idem).

⁵³ Considerando a importância dessas classificações para entender as hierarquias daquela sociedade, optamos por acompanhar os indicativos existentes nos registros – inclusive porque o objetivo deste capítulo é analisar as relações do estrato subalterno daquela localidade. Assim, para esta seção, levamos em conta os registros que apontavam especificamente algum indicativo que permitisse identificar os pais ou compadres como indígenas.

⁵⁴ Aqui também encontramos um número diferente daqueles citados por Blanco (2012) e Diehl (2016), que apontaram 81 nascimentos no Livro I de Batismos de Viamão. Para chegar a esse número, realizamos o levantamento com base nos designativos listados por Diehl (Idem), chegando ao número total de 95 batismos de filhos de indígenas e outros três onde os padrinhos eram indígenas, totalizando 98 batizados entre 1747 e 1759, e um total de 100 indivíduos (houve dois registros onde foram lançados os batismos de crianças gêmeas).

		forra (Índia)	(Negra)	(Negra)	(outro)		
Pai Adm.	5	0	0	0	0	0	5
Pai Livre ou forro (Índio)	13	24	4	1	2	0	44
Pai Escravo	1	1	2	0	0	0	4
Pai Forro (Negro)	0	5	0	0	0	0	5
Pai Livre (outro)	1	16	0	0	1	0	18
NI	10	9	1	0	0	2	22
TOTAL	30	55	7	1	3	2	98

Tabela 11 - Condição social dos pais indígenas e seus parceiros

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

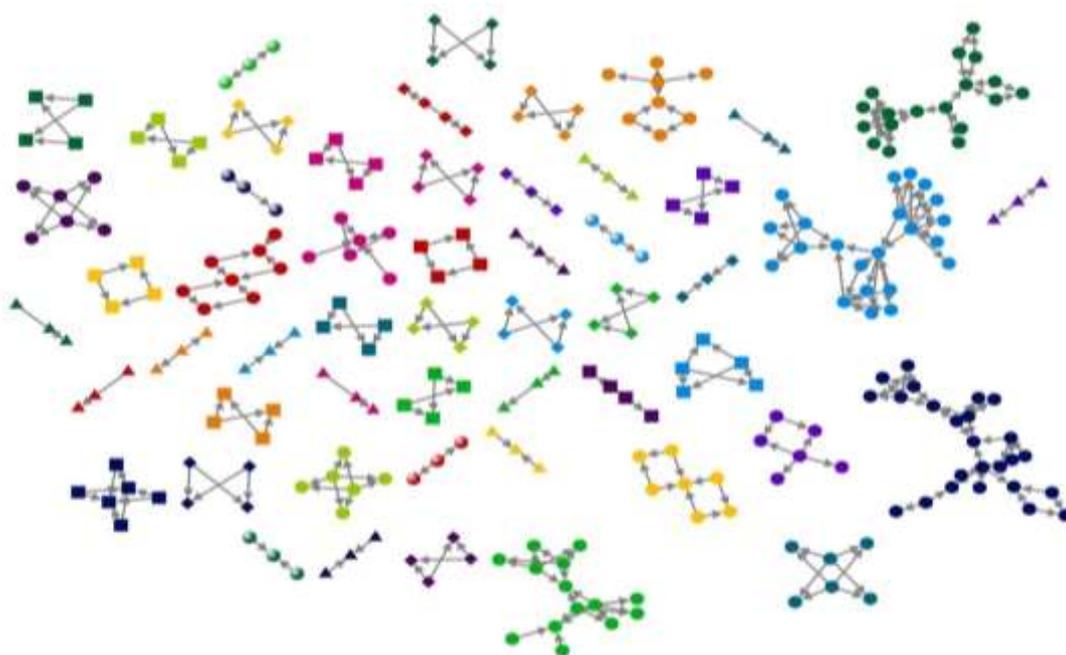
Quando olhamos para o conjunto dos registros, é interessante notar que surgem certos padrões: apenas em um caso não houve padrinho; além disso, tivemos um escravo negro que batizou um filho de um casal de índios administrados e dois homens citados como índios que batizaram crianças de congêneres livres. Para os outros 64 registros, temos a predominância de padrinhos brancos ou, pelo menos, livres, para os quais não consta outra classificação, sendo que vários deles constavam como sendo proprietários de terras, gentes e patentes, pertencentes às ‘melhores famílias’ da região, tais como Antônio José Viegas, José Carneiro da Fontoura, Manoel de Barros Pereira, dentre outros. A situação se modifica pouco para as madrinhas: temos quatro índias e uma escrava, apesar de termos um número maior de registros sem madrinhas (onze ao todo). Portanto, a integração deste estrato indígena às redes de compadrio local mantém semelhanças com os expedientes que vimos para o contingente de negros cativos, com ampla participação do estrato livre local em suas *networks*.

	Madrinha Adm.	Madrinha livre ou forra (Índia)	Madrinha escrava (Negra)	Madrinha Forra (Negra)	Madrinha livre (outro)	NI	TOTAL
Padrinho Adm.	0	0	0	0	0	0	0
Padrinho Livre ou forro (Índio)	0	1	0	0	1	0	2
Padrinho Escravo	0	1	0	0	0	0	1
Padrinho Forro (Negro)	0	0	0	0	0	0	0

Padrinho Livre (outro)	0	5	1	0	69	17	92
NI	0	0	0	0	1	2	3
TOTAL	0	7	1	0	71	19	98

Tabela 12 - Condição social dos padrinhos nas redes indígenas
 Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Por outro lado, a rede formada pela compilação desses 68 registros, que apresentamos abaixo, mantém uma característica de intensa fragmentação, apresentando um total de 53 componentes distintos. Diante deste quadro, arriscamos dizer que as oportunidades que se colocavam para estas populações passavam, em certa medida, por sua integração a outras redes locais, que possibilitariam o acesso a um conjunto de relações mais articuladas dentro daquela sociedade. Mas nos parece que essa questão precisa ser matizada: ainda que pudesse ser assim para algumas famílias que permaneceram na sede de Viamão, seria necessário analisar o comportamento dessa população de forma mais ampla, especialmente a partir dos registros da Freguesia dos Anjos, para se ter uma ideia melhor de como se construía suas relações de sociabilidade, especialmente entre o estrato livre desta população⁵⁵.



Grafo 15: Redes de compadrio da população indígena
 Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

⁵⁵ Para a população indígena da Aldeia dos Anjos nas décadas seguintes (especialmente após 1770), ver o trabalho já mencionado de Sirtori e Gil (2012), e também a dissertação de Bruna Sirtori (2008) e a tese de Elisa Garcia (2007).

A insistência das relações verticais entre senhores e estratos menos abastados nos leva a pensar como, por um lado, interessava aos senhores e donas dessa sociedade criar vínculos com indivíduos alegadamente subalternos, mas que lhes serviam de base social e clientela, contribuindo para o acúmulo de prestígio, poder e capital relacional. Por outro lado, as pistas deixadas pelas relações de parentesco espiritual apontam para estratégias que beneficiavam também esses índios e índias, ao constituir relações ‘pra cima’ que poderiam resultar em proteção e benefícios, de ordem econômica ou não.

Ao trabalhar com os registros batismais da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, recém-emancipada de Viamão, Bruna Sirtori identificou a realização de 1162 batismos de crianças indígenas no período entre 1765 e 1784, ou 70% dos registros daquela localidade (SIRTORI, 2008, p. 154), o que nos dá uma boa pista de onde estavam sendo batizadas aquelas crianças após 1765. Neste contexto, Sirtori encontrou indícios consistentes de uma aliança entre as famílias da elite local, ligadas à Conquista, e agrupamentos indígenas da região, como estratégia para garantir a ocupação daqueles territórios (Idem, p. 165). Entretanto, diferente do que encontramos para Viamão, onde as relações de compadrio se davam, majoritariamente, de forma direta entre indígenas e livres, Sirtori identificou uma presença maior de homens cativos negros entre os padrinhos, especialmente aqueles oriundos da escravaria do capitão Antônio Pinto Carneiro, então administrador do Aldeamento dos Anjos e conhecido aliado da família Pinto Bandeira, de modo que as relações entre indígenas e a liderança política local poderia ter sido mediada por relações de compadrio com seus escravos.

A presença maciça de padrinhos oriundos da senzala do Capitão do Aldeamento pode indicar uma estratégia dos casais indígenas de trazer para suas relações pessoais um integrante do *óikos* daquele que era responsável por administrá-los, e que, portanto, tinha o poder de mando e justiça no aldeamento. (SIRTORI, 2008, p. 185)

Além disso, Sirtori identifica uma tendência inicial de endogenia na escolha das madrinhas nos registros por ela estudados, o que também os diferencia daquilo que encontramos para a freguesia de Viamão na década de 1750 (Idem, p. 192).

Essas diferenças poderiam estar relacionadas à forma como estas populações indígenas estavam sendo incorporadas àquela sociedade em formação – seja como aldeados, seja como agregados ou administrados. Maicon Marcante (2012), ao estudar as relações de compadrio e as formas de inserção social no aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná, em meados do século XIX, demonstra as diferentes formas

de utilização do compadrio pelas diferentes etnias presentes naquela comunidade. Conforme demonstra o autor, as três etnias presentes apresentaram padrões bastante distintos de inserção social e econômica naquela comunidade, o que parece ter se refletido em suas relações junto a pia batismal. Os índios Guarani-Kaiowá da região, aponta Marcante, colocaram em prática uma inserção mais pessoalizada, buscando nas relações de compadrio tecidas com outros grupos étnicos, especialmente brancos, a obtenção de benefícios, principalmente de ordem material. Por outro lado, os índios Guarani-Ñandeva, diferentemente, tiveram uma inserção mais marginalizada, o que se refletiu na construção de relações de compadrio com setores menos abastados daquela sociedade. Finalmente, a etnia Kaingang levou a cabo uma inserção mais independente, e esta forma de inserção se refletiu na escassez das relações de compadrio que teceram com os não índios de São Pedro de Alcântara (MARCANTE, 2012, p. 110).

Em outro estudo, Max Ribeiro e Leandro Fontella (2015) apresentam uma comparação quanto ao uso do compadrio por populações indígenas em dois contextos meridionais, ambos no século XIX: a Freguesia de São Francisco de Borja, uma das antigas missões anexadas aos domínios portugueses no século anterior, e a Capela de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande; ambas as regiões com forte presença nativa em sua povoação. Neste trabalho, os autores demonstram uma tendência endógena na escolha de padrinhos nos dois locais, havendo uma preferência por parte das populações indígenas pela escolha de compadres da mesma etnia. Essa tendência é reafirmada por Max Ribeiro em sua tese de doutorado, onde o autor identifica o mesmo padrão de endogenia nas relações de compadrio entre os índios Guarani da região do Vale do Jacuí, em fins do século XVIII (RIBEIRO, 2017, p. 163).

A leitura destes estudos sugere que o acesso e a utilização do instituto do compadrio por aquelas populações indígenas era bastante influenciada por elementos externos ao próprio compadrio, em especial pela inserção social e econômica daquelas populações na sociedade que a circundava. Desta forma, como se viu, diferentes etnias poderiam fazer uso desta instituição de acordo com sua conveniência, conforme aponta Marcante; por outro lado, como apontam Ribeiro e Fontella, a composição demográfica de uma localidade poderia, também, influenciar na construção das relações sociais de uma comunidade, entre outros fatores.

Dos batismos de indígenas realizados em Viamão, descritos anteriormente, o *corpus* selecionado para este trabalho reuniu os registros de sete indivíduos ao todo, administrados pela senhora Ana da Guerra. Esta ‘dona’, já mencionada anteriormente, era viúva do fazendeiro Diogo da Fonseca Martins e filha do capitão-mor da vila de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, além de ser tia do também já mencionado Francisco Pinto Bandeira. Os róis de confessados da década de 1750 dão conta que o número de administrados sob sua tutela ultrapassava o número de 20 indivíduos. A escolha desse recorte se justifica, portanto, pela sua representatividade: essa fazenda possuía, de longe, o maior número de administrados da região, além destes terem comparecido frequentemente frente a pia batismal - talvez pela intercessão da própria senhora no sentido de batizar os nascituros, como veremos⁵⁶.

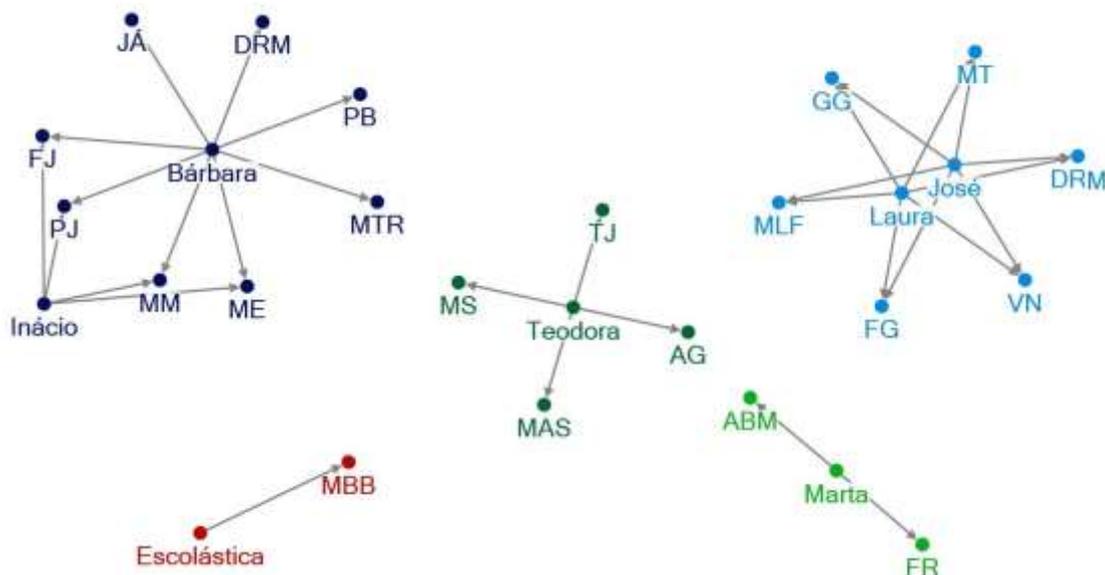
Importante notar, conforme mencionado acima, que a própria Ana da Guerra era também filha de uma índia livre, a carijó Severina Dias, que por sinal não foi a única companheira de origem indígena do capitão-mor da vila de Laguna; Ana era, portanto, uma mestiça, embora isso jamais seja mencionado nas fontes paroquiais. Isso também não foi impedimento para que ela arranjasse um bom casamento, ou se tornar-se senhora de um plantel bastante avantajado para os padrões daquela localidade.

Por outro lado, foi possível notar que Ana da Guerra não foi uma madrinha muito solicitada na região de Viamão, embora possuísse extensa parentela radicada ali; ela só aparece em três registros, todos durante a década de 1750, onde contrai relações de compadrio quase sempre com pessoas de baixo status social, entre elas duas mulheres negras (uma escrava e outra forra) e um índio, além de uma mulher de origem mestiça, assim como ela. Assim, ao contrário de alguns de seus primos⁵⁷, que desempenharam papel importante nas redes de compadrio da região, podemos notar que Ana da Guerra teve uma participação mais discreta como madrinha. Ao invés disso, foi através dos indígenas por ela administrados que se estabeleceram relações com outras famílias destacadas da região, como mostrado a seguir.

⁵⁶ A análise de um recorte que abrangesse as relações de indígenas livres mostrou-se bastante prejudicada pela fragmentação dessas relações, bem como pela sub-representação desse estrato nas fontes. Mas pode-se afirmar que o *corpus* analisado manteve a tendência geral, mencionada inicialmente, de associação com o extrato livre da região.

⁵⁷ A senhora Ana da Guerra era aparentada de diversas famílias lagunenses que tiveram papel social e econômico importante na formação de Viamão, como já comentado. Entre estas, podemos citar os Pinto Bandeira, os Guterres e os Magalhães, todos descendentes do Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto, além de famílias vicentinas, como os Leme Barbosa.

Dito isto, cabe apresentar a rede de relacionamentos forjada pelos índios administrados por esta senhora, que pode ser conferida no grafo abaixo:



Grafo 16: Redes de compadrio dos administrados de Ana Guerra⁵⁸

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

A partida, chamam nossa atenção dois elementos dessa rede: sua fragmentação e a expressiva participação de membros de famílias potentadas locais. A existência de cinco componentes isolados dá a impressão de que as relações sociais de cada um dos administrados foram construídas de forma isolada. Mas a análise mais detalhada dessas relações mostra outra realidade.

Primeiro, importa dizer que mesmo que cada uma dessas *egonets* reunissem indivíduos diferentes, elas podem revelar expedientes semelhantes. Existe pelo menos uma boa pista disso. Se analisarmos a *egonet* dos casais Bárbara e Inácio, Laura e José, e da índia Teodora, podemos notar que suas relações de parentesco espiritual foram marcadas pelo contato com famílias locais importantes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
ND	Escolástica		Maria Bernardes

⁵⁸ Legenda padrinhos: ABM: Ana Barbosa Maciel; AG: Ana Guterres; DRC: Dionísio Rodrigues Correia; DRM: Dionísio Rodrigues Mendes; FG: Francisco Guterres; FJ: Francisco José; FR: Francisco Rodrigues; GG: Gertrudes Guterres; JA: José Amarilho; MAS: Manoel Soares; MBB: Maria Bernardes de Brito; ME: Maria da Encarnação; MLF: Manoel Fernandes Lima; MM: Maria Madalena; MS: Manoel Soares; MT: Maria Teresa; MTR: Maria Teresa Rodrigues; PB: Paula de Brito; PJ: Pedro José; TJ: Teresa de Jesus; VN: Veríssimo Nunes.

ND	Marta	Francisco Rodrigues	de Brito Ana Barbosa Maciel
ND	Bárbara	Dionísio Rodrigues Mendes	Maria Teresa Rodrigues
José Pinto de Siqueira	Laura de Brito	Manoel Fernandes Lima	ND
ND	Bárbara	José Amarilho	Paula de Brito
José Pinto de Siqueira	Laura de Brito	Veríssimo Nunes	ND
ND	Teodora	André Machado Soares	Teresa de Jesus
Inácio Tape	Bárbara	Pedro José	Maria da Encarnação
ND	Teodora	Manoel Soares	Ana Guterres
Inácio Tape	Bárbara	Francisco José	Maria Madalena
José Pinto de Siqueira	Laura de Brito	Domingos Rodrigues Correia	Maria Teresa
José Pinto de Siqueira	Laura de Brito	Francisco Guterres	Gertrudes Guterres

Tabela 13 - Relações de compadrio dos administrados de Ana Guerra

Fonte: AHCMPA - Livro 1 de Batismos da Freguesia de Viamão

Os índios Inácio e Bárbara tiveram como padrinhos do seu primeiro filho o estancieiro Dionísio Rodrigues Mendes e sua filha mais velha, Maria Teresa. Além de potentado senhor de escravos, Dionísio foi também um padrinho preferencial na região, sendo o nome que reuniu o maior número de afilhados na freguesia na década de 1750, e mantendo-se ativo como padrinho nas décadas seguintes. Ele também era aparentado da senhora Ana da Guerra através da sua esposa, Beatriz Barbosa Rangel, que era prima do Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto. Completam a lista de compadres do casal outros quatro moradores da região, todos livres. Já a índia Teodora teve dois filhos, nos anos de 1755 e 1757, sendo ambos batizados por padrinhos com ‘qualidades’: no primeiro batismo, compareceu a pia batismal o casal ilhéu André Machado Soares, citado como estancieiro e cirurgião, e sua esposa Teresa de Jesus. Já no segundo, temos o casal Manoel Soares Pinto e Ana Maria Guterres, também oriundos de família lagunenses e aparentados de sua senhoria.

Já para o casal de administrados José e Laura temos uma rede formada pelo ‘oficial de pedreiro’ Verissimo Nunes, pelo português Manoel Fernandes Lima e pelos irmãos Francisco e Gertrudes Guterres, oriundos da já citada família Guterres, de Laguna. Todos homens e mulheres livres. Aliás, chama a atenção essa característica da rede de compadrios destes índios administradas: não há nenhum padrinho ou madrinha

de condição cativa ou forra, apenas pessoas livres, muitos pertencentes ao estrato econômico superior da freguesia.

Para o caso de Laura, temos novamente o expediente de adoção de um sobrenome ligado à casa da qual fazia parte (no caso, o sobrenome Brito, do pai de sua senhoria). O mesmo ocorre com seu companheiro, que ao longo dos registros adota o nome de José Pinto de Siqueira, o que pode indicar certa ascensão social dentro do seu grupo.

As relações firmadas por esta gente parecem confirmar a inclusão deste grupo em uma estrutura social marcada por forte interdependência entre os diferentes atores que a compunham; e talvez uma boa pista disso seja justamente a proprietária desses índios administrados, a senhora Ana da Guerra. Nascida da união entre um potentado servidor da Coroa, que avultou seu nome realizando a conquista de longínquas terras, com uma índia carijó livre, Ana era, aos olhos daquela sociedade hierarquizada, uma mestiça, uma pessoa de baixo nascimento. Mas, a julgar pelo seu casamento, pela forma como seu nome aparece nas fontes e pela quantidade de administrados que mantinha em sua propriedade, não suspeitaríamos desse fato. Mais que isso: apesar de não figurar (aparentemente) como uma pessoa cuja proteção fosse almejada naquela sociedade, a senhora Ana da Guerra não deixou de participar das redes engendradas pelo compadrio.

O caminho encontrado para isso pode ter sido levar os administrados que estavam sob seu teto a pia batismal. Dessa forma, Ana da Guerra alcançava diferentes objetivos: primeiro, cumpria com seu papel cristão de converter o gentio à fé católica, contribuindo, assim, para o “bem comum” daquela comunidade. Em segundo lugar, estreitava laços de sociabilidade com outras famílias da freguesia, em alguns casos reiterando relações de parentesco pré-existentes. E, finalmente, se pensarmos que dona Ana teve algum papel na seleção dos padrinhos de seus administrados, poderia esta ser também uma estratégia de reforçar os vínculos de lealdade daqueles índios administrados para com sua senhoria, através da obtenção de bons protetores para eles.

As análises realizadas até aqui, portanto, indicam certas regularidades na forma como o compadrio funcionava para aquele corpo social. Além de reforçar a imagem de uma sociedade hierarquizada e interdependente, as redes analisadas sugerem a importância que cumpriam os sujeitos que articulavam os diferentes grupos, fazendo a ponte entre livres e cativos, mas também entre os livres e entre os cativos. Ana da

Guerra, por exemplo, parece ter cumprido bem esse papel. Em que pese às limitações da presente análise, quando ajustamos o foco para um conjunto particular, é possível perceber a reiteração de certos expedientes que permitem vislumbrar as possibilidades colocadas para os agentes que compartilhavam daquele microcosmo, permitindo compreender melhor como se relacionavam, que lugares ocupavam e o quanto dependiam uns dos outros.

3.3.Os ‘casais de El Rey’ e sua inserção nas redes locais

A contribuição das ‘gentes das ilhas’ para o povoamento dos domínios lusos do lado de cá do Atlântico é um fenômeno amplamente conhecido e extensamente estudado pela historiografia. E embora a migração dos casais dos Açores não tenha ficado restrita aos territórios do extremo sul da América Lusa, podemos dizer que sua contribuição para o crescimento demográfico desta região foi significativa. Segundo Comissoli a realização da migração açoriana para o território dos Campos de Viamão insere-se “*no panorama de disputa do espaço platino entre as Coroas espanhola e portuguesa*” ao mesmo tempo em que contribui para a “*construção da sociedade rio-grandense, visto que um contingente populacional tão grande causou forte impacto sobre a mesma, alterando sua composição*” (COMISSOLI, 2009, p. 74-75).

A migração de contingentes tão expressivos esteve intimamente ligada às políticas de colonização promovidas pela Coroa portuguesa. No período compreendido entre 1746 e 1756, as autoridades portuguesas organizaram um vasto processo de emigração de casais açorianos (o qual acabou servindo de modelo para projetos posteriores, embora em menor escala). Um decreto real de 31 de agosto de 1746 autorizava a partida de 4000 casais dos arquipélagos dos Açores e Madeira. No ano seguinte, um Édito Real regulamentava o recrutamento e deslocamento desses casais, os quais, ao chegar em solo americano, deveriam receber datas de terras, além de insumos, provisões e instrumentos agrícolas, entre outras mercês. Além disso, os homens estariam dispensados do alistamento militar (SOUZA, 2014; SCOTT e BERUTE, 2014).

Tal iniciativa, efetivamente, levou ao deslocamento de milhares de ilhéus em direção aos domínios lusitanos mais ocidentais. Segundo Souza (2014, p. 88) de 2000 a 2500 indivíduos adultos de origem açoriana adentraram o Continente apenas nesta

primeira década, através do porto de Rio Grande. Considerando o contexto da demarcação de limites concernentes à celebração do Tratado de Madrid, assinado em 1750, o destino destas famílias deveria ser a região das missões, cedida aos domínios portugueses em troca da entrega da Colônia de Sacramento. O projeto da Coroa, levado ao cabo pelo governador Gomes Freire de Andrade, seria de garantir a posse do território através da formação de novos núcleos populacionais baseados na pequena propriedade rural (COMISSOLI, 2009, p. 74).

Como hoje sabemos, esse projeto foi em parte frustrado pela resistência oferecida pelas populações indígenas aldeadas na região das missões, nos eventos que ficaram conhecidos como Guerras Guaraníticas. Impossibilitados de seguir para a região onde deveriam ser assentados, os colonos açorianos viram igualmente frustradas suas expectativas de recebimento de terras e mercês, pelo menos até os anos de 1770. Assim, nas duas décadas que se seguiram à sua chegada ao Rio Grande, essas famílias se viram, em boa medida, abandonadas a própria sorte, e acabaram por se espalhar por várias localidades da parte oriental do Continente (Idem, p. 75). A freguesia de Viamão foi um dos locais que recebeu parte destas gentes, além de outras localidades como Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo.

Para esta população de origem insular, o cuidado dos párocos ao indicar a procedência dos participantes nos registros permitiu-nos identificar sua presença nas cerimônias de batismo em Viamão, pelo menos para os registros onde os pais tinham origem nas ilhas. Por outro lado, foi bem mais raro que os registros indicassem a procedência dos padrinhos e madrinhas, de modo que precisamos recorrer ao cruzamento de dados onomásticos dos agentes envolvidos. O trabalho foi mais fácil quando os agentes ocupavam, em momentos distintos, diferentes papéis na relação (ora como pais, ora como padrinhos). Por outro lado, a identificação foi mais difícil quando o nome não era referenciado outras vezes, ou ainda quando nos deparamos com os inúmeros homônimos que pareciam conviver em Viamão: foram muitas ‘Maria da Rosa’ e ‘Teresa de Jesus’, tornando difícil saber, por vezes, se se tratava ou não da mesma pessoa⁵⁹.

⁵⁹ Nestes casos, consideramos como sendo a mesma pessoa apenas os casos em que o cruzamento onomástico nos permitiu tal afirmação, recorrendo para tal aos registros de batismo, casamento e aos róis da região, além de consultar outros trabalhos sobre esta região. Nos demais casos, os homônimos foram

Considerando apenas os ‘casais de número’, foi possível apurar a participação em pelo menos 82 registros de batismos no período analisado (lembrando que, para essa população, mantivemos o recorte inicialmente proposto, ou seja, de 1747 a 1773). Quando consideramos todos os registros onde migrantes de origem açoriana tiveram participação, esse número passa para 401 registros, ou 29% do total. Portanto, é possível perceber que esse contingente formava parte expressiva da população local. Embora essa participação esteja bem distribuída ao longo desses 26 anos, é possível identificar uma elevação no número de nascimento ligada a alguns marcos temporais: em especial, temos os anos iniciais da década de 1750, momento em que os primeiros casais mobilizados pelo Édito Real de 1747 estavam chegando; e, com menor intensidade, logo após a invasão de Rio Grande em 1763⁶⁰. Também é importante ressaltar que, a despeito do expressivo número de migrantes que se estabeleceram no ‘Porto dos Casais’ em meados do século XVIII, tivemos também um número razoável de famílias que se estabeleceram no que viria a ser a freguesia de Santo Antônio - e que logo seria desmembrada da sede de Viamão, em 1763 -, bem como na Fortaleza do Rio Pardo e outras localidades, o que pode ter contribuído para a diminuição dos registros que mencionam os casais de número nos anos seguintes.

Importante lembrar que esta população ‘açoriana’ não partilhava de uma condição socioeconômica comum; as famílias migrantes, de modo geral, gozavam de condições sociais bastante distintas, sendo que algumas delas chegaram ao Rio Grande já como portadoras de prestígio social que as distinguiu (como no caso do grupo das irmãs Silveira, analisado no capítulo anterior), enquanto outras possuíam condições mais humildes. Deste modo, para os objetivos a que nos propomos no presente capítulo, serão considerados, especificamente, aqueles casais conhecidos como ‘casais de número’, ou seja, famílias mobilizadas pelo Edital de 1747 que migraram com o objetivo de ter acesso a terras neste Continente e que, conforme aponta Comissoli, eram referidas nos documentos da época pela situação de intensa pobreza.

(...) são recorrentes as menções à pobreza dos casais açorianos. São comuns os pedidos de açorianos para dispensa do pagamento das habilitações matrimoniais devido a esta condição por parte dos contraentes. A penúria parece ter sido um dos elementos comuns a grande parte do contingente

diferenciados por números e tratados como indivíduos diferentes. O mesmo procedimento vale para as seções anteriores.

⁶⁰ Essas oscilações podem ser observadas no Gráfico 1, exibido no capítulo anterior.

migrante, especialmente nos primeiros dez anos após sua chegada. Podemos, então, concluir que a migração açoriana e o não cumprimento das promessas do edital de 1747 lançaram aos Campos de Viamão um grande contingente de indivíduos pobres e desprovidos da propriedade fundiária. Essa quantidade excessiva de pessoas não foi facilmente assimilada pela sociedade sul rio-grandense, nem em Viamão nem nas outras freguesias. (COMISSOLI, 2009, p. 81)

Importa também ressaltar que esse grupo não se configurava enquanto uma massa social homogênea, pois estava igualmente atravessado pelas distinções sociais presentes naquela sociedade. Conforme Hameister (2005), o próprio termo ‘açoriano’ precisa ser utilizado com cuidado, pois pode dar uma ideia equivocada de uma identidade que não existia naquele momento, gerando anacronismo. As hierarquias costumeiras que ordenavam àquelas sociedades de Antigo Regime não apenas estavam presentes nestas paragens, como muitas vezes precediam a chegada destes migrantes, acompanhando-os desde sua origem. Deste modo, uma ‘Teresa de Jesus’ semianônima, quase indistinta entre tantas homônimas, diferenciava-se qualitativamente de Dona Rosa Leonarda, esposa de Dom Agostinho Castelo Branco, assim como um ‘José da Silva’ qualquer não se equiparava, nos termos daquela sociedade, a um Capitão Francisco Pires Casado.

Um termo que pode ajudar a pensar essa estrutura social é a expressão ‘Casais de El Rei’ (e seus correlatos, como ‘Casais das Ilhas’ e outros), que é utilizada frequentemente para fazer referência às famílias mobilizadas pelo Edital anteriormente mencionado, ou seja, famílias que vieram para povoar o sul da América Portuguesa com a promessa da concessão de um lote de terras para cultivo e que, portanto, eram presumivelmente empobrecidas. Esse termo foi mais frequentemente utilizado para designar pais do que padrinhos (e, ainda mais raramente, avós) e representou a minoria dos assentos com participação açoriana:

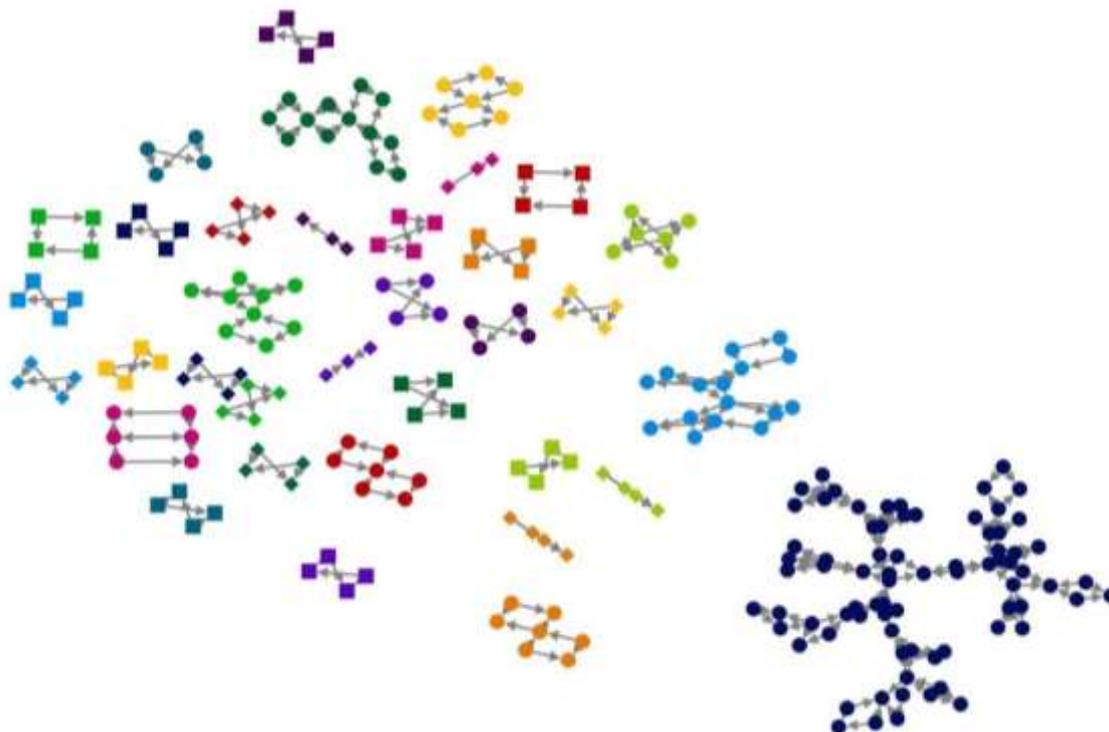
Registros que citam os ‘Casais de El Rei’	81
Registros que mencionam apenas a procedência açoriana	320
Total de registros	401

Tabela 14 - distribuição dos batismos de acordo com a designação que aparece nos registros
Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Ao menos quando considerados os registros de batismo do início da formação da freguesia, portanto, têm-se a impressão de que as famílias que chegaram a Viamão em decorrência do Edital eram minoria em relação ao contingente total de açorianos residentes ali - embora seja importante destacar que essa condição pudesse ter sido omitida dos registros. A intenção aqui, vale dizer, não é afirmar uma confiança cega nas

fontes, mas avaliar o quanto podem ser úteis para fins de análise essas categorias presentes nos livros de batismo.

Dito isto, é interessante olhar a rede construída a partir da seleção destes registros. Apresentamos abaixo o grafo e retomamos a discussão a seguir:



Grafo 17: Redes de compadrio dos 'Casais das Ilhas'

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

É possível notar uma dispersão das relações, com vários componentes que reúnem poucos agentes em relações que não se repetem ao longo do período. A rede, de modo geral, se mostra pouca densa, com apenas um componente que é um pouco mais expressivo em relação aos demais. Não é possível identificar agentes que detenham um conjunto mais relevante de relacionamentos, ou que desponham como padrinhos preferenciais entre seus pares.

De modo geral, a fragmentação dessas relações, a dispersão na forma como esses agentes se apropriaram do compadrio, impõe um desafio para a análise que se pretende aqui. Considerando que partimos da análise de apenas um tipo de relação - o compadrio - não nos parece seguro apontar essa fragmentação das relações como algo dado, como um fato *a priori*; parece-nos mais prudente pensar que outras formas de sociabilidade, que fogem ao escopo de nossas fontes, poderiam articular essas gentes. Sabemos, por exemplo, que muitos deles foram moradores e vizinhos no 'Porto dos

Casais’, como ficou conhecida a região onde se estabeleceram boa parte dos casais de número, antes pertencente às terras de Jerônimo de Ornellas. Outros tantos compartilharam uma viagem através do Atlântico, ou se mobilizaram em prol do atendimento de suas demandas por terras e mercês nos anos seguintes. Portanto, faz-se necessário estabelecer algum tipo de escolha, algum recorte que nos permita olhar para as relações dessas gentes, tentando contemplá-los nas redes ora investigadas.

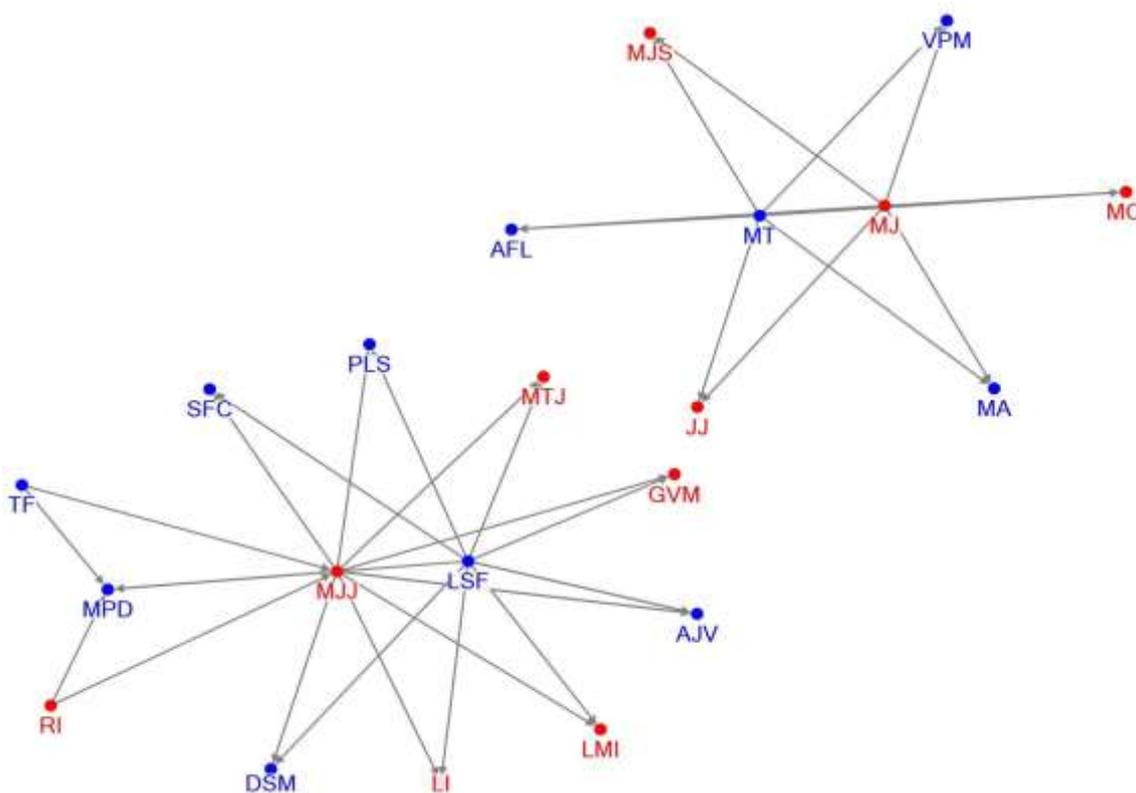
Para realizar esta escolha, partimos inicialmente de dois critérios. Primeiro, considerando a discussão proposta por Hameister a respeito da construção de uma identidade açoriana e as categorias que encontramos nas fontes. A partir daí, nosso segundo critério foi levar em conta famílias cujos indivíduos apresentaram métricas individuais mais destacadas - centralidade, intermediação e vetorialidade. Essa escolha nos permitiu chegar a *egonets* que entendemos mais representativas, posto que agregam um número maior de relações e nos permitem uma visão mais ampla das relações construídas pelos agentes que as compunham⁶¹.

A partir disso, selecionamos os registros de três casais que são mencionados como ‘casais del Rey’, e que, ao todo, batizaram dez filhos entre 1753 e 1763. Devido às relações estabelecidas com compadres destacados nesta freguesia, estes casais ocuparam uma posição estrutural privilegiada devido à sua elevada intermediação na rede principal, o que contribuiu para que fossem selecionados em nosso recorte. Os casais selecionados eram originários de diferentes ilhas do arquipélago. Seus nomes eram Manoel Teixeira e Maria de Jesus, Tomás Furtado e Rosa Inácia, e Luís da Silva Ferreira e Maria Jacinta de Jesus.

A partida, encontramos um caso singular: nos registros, Luís da Silva Ferreira e sua esposa Maria Jacinta são apontados como “*casal de El Rey mandados para as Missões*”. Contudo, os registros apontam também o fato de Luís ser natural da freguesia de São João do Rio das Mortes, bispado de Mariana, Minas Gerais, enquanto seus pais são mencionados como naturais da cidade de São Paulo. Este primeiro casal ilustra um fato identificado por autores como Martha Hameister, Ana Sílvia Scott e Gabriel Berute: casar-se com uma moça açoriana poderia resultar numa oportunidade de

⁶¹ Consideramos que seria contraproducente analisar individualmente as relações de casais que batizaram apenas um filho no período, por exemplo, até porque não teríamos como estender essa análise para todas as mais de 40 famílias nessa condição.

obtenção de terras junto à Coroa, dentro das normas estabelecidas pelo Edital de 1747, de modo que este expediente permitiu que pessoas que nunca tinham colocado os pés no Arquipélago alcançassem, através do matrimônio, o status de ‘gente das ilhas’ (HAMEISTER, 2005; SCOTT e BERUTE, 2014). No caso de Luís da Silva Ferreira, foi possível, através do matrimônio, adquirir um ‘status’, integrar-se a uma identidade em construção e, de quebra, pleitear o direito às terras que o Edital dos Casais prometia - embora nunca tenha conhecido o Arquipélago, até onde nos foi possível saber. Assim, como já mencionado por outros autores, a expectativa da concessão de terras ou mercês poderia ensejar a mobilização destas gentes, contribuindo para o surgimento de um “mercado de casamentos” onde a origem nas Ilhas poderia se constituir em um “capital simbólico” muito valorizado (SCOTT e BERUTE, 2014, p. 120; PASSOS, 2018, p. 30).



Grafo 18: Egonets dos três ‘Casais das Ilhas’⁶²
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

⁶² Legenda: AFL: Antônio Ferreira Leitão; AJV: Antônio José Viegas; DSM: Domingos Simões Marques; GVM: Genoveva Viegas de Magalhães; JJ: Joana de Jesus; LI: Luzia Inácia; LSF: Luis da Silva Ferreira; MA: Miguel Afonso; MC: Maria da Conceição; MJ: Maria de Jesus; MJJ: Maria Jacinta de Jesus; MJS: Maria Justa Soares; MPD: Manoel Pereira Dantas; MT: Manoel Teixeira; MTJ: Maria Teresa de Jesus; PLS: Pedro Lopes Soares; RI: Rosa Inácia; SFC: Sebastião Francisco Chaves; TF: Tomás Furtado; VPM: Ventura Pereira Maciel.

As relações que estes casais estabeleceram formaram um grafo com dois componentes distintos, que está exibido acima. Contribuiu, neste caso, o fato destas famílias terem fixado residência em localidades apartadas: Luís Ferreira e Maria Jacinta, bem como Tomás Furtado e Rosa Inácia, eram residentes no Porto dos Casais; já Manoel Teixeira e Maria de Jesus se estabeleceram na Fortaleza do Rio Pardo, de acordo com as fontes. Isso, contudo, não os impediu de batizar seus rebentos na sede de Viamão, oportunidade em que contraíram relações de compadrio com indivíduos que se destacam nas redes da localidade. Entre estes, identificamos dona Maria Justa Soares, casada com Manoel Rodrigues Braga e madrinha destacada nos registros da região; Ventura Pereira Maciel, comerciante, irmão na confraria do Santíssimo Sacramento de Viamão e membro da primeira da primeira sessão da Câmara após sua instalação em Porto Alegre (KUHN, 2006, p. 380); e Antônio Ferreira Leitão, estancieiro na região de Triunfo e genro de Manoel Gonçalves de Meirelles, aparentado da família de Jerônimo de Ornellas (Idem, p. 223).

Trazemos estes nomes a fim de demonstrar que, apesar da condição de recém-chegados e de terem se instalado numa localidade que distava quase 140 km da sede, este casal logrou integrar-se às redes de compadrio local, colecionando ‘bons compadres’ ao longo da década de 1750 - o que justifica sua posição estrutural destacada no interior da rede. Para seus colegas dos casais de número, encontramos casos semelhantes, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Pai	Mãe	Compadre	Comadre
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Manoel Pereira Dantas	Luzia Inácia
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Sebastião Francisco Chaves	
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Antônio José Viegas	Luzia Inácia
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Antônio José Viegas	
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Pedro Lopes Soares	Maria Teresa de Jesus
Luís da Silva Ferreira	Maria Jacinta de Jesus	Domingos Simões Marques	Genoveva Viegas de Magalhães
Manoel Teixeira	Maria de Jesus	Ventura Pereira Maciel	Maria Justa Soares
Manoel Teixeira	Maria de Jesus	Antônio Ferreira Leitão	Maria da Conceição
Manoel Teixeira	Maria de Jesus	Miguel Afonso	Joana de Jesus

Tomas Furtado	Rosa Inácia	Manoel Pereira Dantas	Maria Jacinta de Jesus
---------------	-------------	--------------------------	---------------------------

Tabela 15 - Compadres dos Casais das Ilhas

Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

A tabela acima mostra como esses casais tiveram acesso a compadres portadores de qualidades distintas naquela sociedade. Vários desses compadres, aliás, colecionaram um número elevado de afilhados na região, ou aparecem citados como portadores de patentes, proprietários de escravos, comerciantes, vereadores, etc. Alguns nomes que aparecem na tabela acima já são conhecidos da historiografia que investigou os estratos abastados formação de Viamão, tais como Antônio José Viegas, Sebastião Francisco Chaves e Pedro Lopes Soares. Voltaremos a esse dado a seguir.

A inserção destes casais em relações que contemplavam setores da elite local contrasta, por outro lado, com a situação das demais famílias que compartilhavam do status de “casais de Sua Majestade”. Conforme identificado por Daniel Passos, o número de casais que compartilhava relações de compadrio com membros da elite da freguesia, na primeira década após sua chegada a Viamão, girava em torno de 15% (PASSOS, 2018, p. 40), número similar ao que encontramos para a década seguinte. Por sua vez, os registros onde foi possível identificar uma tendência a endogamia, ou seja, onde tanto pais quanto padrinhos eram identificados como sendo dos casais de número, ficou em torno de 20%, além de um número bem maior de registros onde os padrinhos possuíam nomes comuns, indistintos entre seus contemporâneos, sem nenhuma menção a título, cargos ou origem. Portanto, se existia a possibilidade de alianças ‘pra cima’ através do compadrio, estas não estavam disponíveis a todos – ou talvez não fossem de interesse de todos.

Alexandra Alvim, ao analisar as relações de compadrio de família de origem açoriana na região de Santo Amaro, também no Continente de São Pedro, em período similar ao nosso, identifica situação diversa. Para os casais de número, tais como os que analisamos aqui, Alvim constata uma preferência pela construção de relações com famílias de elite e autoridades civis ou militares da região, correspondendo estas relações a 47,1% dos registros de batismo daquele local, quase a metade dos registros analisados. Por lá, tal como em Viamão, destacaram-se famílias tradicionais como os Pinto Bandeira e os Ornellas de Menezes. Já as relações *inter pares* apareciam em

número menor do que o primeiro caso, mas também maior do que em Viamão⁶³: em 35,5% dos batismos os casais de Santo Amaro compadraram-se com seus iguais. A autora não chegou a identificar um padrinho preferencial, um ‘campeão’, nos registros daquela localidade (ALVIM, 2012, p. 43).

Por sua vez, Martha Hameister, ao analisar estratégias de inserção social de famílias açorianas na vila de Rio Grande no período entre 1738 e 1763⁶⁴, identifica um duplo padrão na construção das relações de compadrio destas gentes, que variava entre o fortalecimento de relacionamentos internos à família e uma abertura a outros grupos e estratos sociais presentes naquela comunidade, com destaque para a busca por padrinhos de condição social e econômica superior (HAMEISTER, 2003). Neste contexto, a autora destaca a presença de ‘madrinhas preferenciais’, mulheres que acumularam grande número de afilhados entre as famílias daquela comunidade, e que por sua vez eram vinculadas a famílias proeminentes daquela localidade, em sua maioria originárias da Colônia de Sacramento e com sesmarias na região.

Se certas oportunidades não estavam disponíveis para todos, a consumação de certas alianças através do compadrio pode ao menos ser uma sugestão de sua importância. Para refletir sobre isso, pode ser interessante tomar o exemplo de outro daqueles casais de número que vieram para Viamão. André Machado de Souza e Luzia Inácia são citados como casal “que vieram para as Missões” no batismo de seu filho João, realizado no outono de 1757. Nesta ocasião, se compadraram com o Padre José Carlos da Silva e com uma tal Joana de Jesus. Nos quinze anos seguintes, esse casal batizou outros cinco filhos, além de ser convidado em uma oportunidade para batizar o pequeno André, filho de um casal de origem incerta (aparentemente portugueses continentais). Através destes registros descobrimos que ambos eram naturais da Ilha Terceira, embora tenham contraído nupciais apenas em 1755, quando já estavam no Continente.

A trajetória desse casal já despertou o interesse de outros pesquisadores, em muito devido ao sucesso social e econômico obtido nos anos seguintes à sua chegada

⁶³ Se bem que devemos considerar que em muitos casos, nos registros de Viamão, não foi possível identificar a origem dos padrinhos.

⁶⁴ Note-se que, pelo recorte deste estudo, a autora trabalha com famílias de origem açoriana que extrapolam o critério dos ‘casais de número’.

nestas terras, distintamente de alguns de seus conterrâneos. Adriano Comissoli nos dá o resumo de seus feitos:

A habilitação matrimonial deste açoriano [André] natural da Ilha Terceira diz que o mesmo veio para o Rio Grande de São Pedro de modo pouco ortodoxo. O documento de 1755 diz ter vindo rapaz para esta América onde tem vivido três para quatro anos, após alistar-se entre os casais por seus pais serem falecidos, ou seja, ele não era nem filho de casal, nem casal *per se*, visto ser solteiro. Uma testemunha afirma que ao deixar as Ilhas, André o teria acompanhado, supomos que como agregado, já que a testemunha era casada e não ressalta parentesco. Não sabemos em que momento após sua chegada André conheceu a contraente, Luzia Inácia, mas o fato é que ambos foram viver de portas adentro sem o consenso da Igreja. Não fosse o suficiente, os dois eram parentes em terceiro grau, o que ampliou a infâmia grave em que viviam (...). Resolveram corrigir sua situação, mas encontraram nas taxas eclesiásticas um obstáculo, pois ambos eram pobres e, segundo as testemunhas, foi isso que os fizera abandonar a terra natal. André e Luzia pediram dispensa ao pároco pelo parentesco e pobreza, no que foram atendidos (...).

Deste episódio da vida de André destacamos o seguinte: o rapaz era pobre. Assim como Luzia também afirma ser e podemos imaginar que seus pais, com os quais havia vindo para Viamão, não eram pessoas de recursos, visto que deixaram o arquipélago devido a sua pobreza. (...)

Até aqui, entretanto, nada explica como André, trinta anos após se declarar pobre, possuía meio rincão com 100 reses, 4 bois, 5 cavalos, 20 éguas e 7 potros. Quando e como ele obtivera dinheiro para efetuar a compra desta terra? (...) André Machado comprara metade do rincão de Antônio José Viegas em 1765, sendo que a outra metade é comprada pelo sogro de André, Antônio da Rocha Mendes, em algo próximo a uma sociedade. Infelizmente, não conseguimos descobrir quais os meios utilizados por André ou por seu sogro para sanar sua pobreza, contudo, foram suficientes para realizar uma considerável acumulação. Permitiram aos dois chefes de família reunir dinheiro para investir em terras passados pouco mais de dez anos após sua chegada à freguesia, enquanto a maioria dos açorianos teria de esperar até a década de 1770 para receber datas. (COMISSOLI, 2009, p. 88-89)

A questão que inquieta Comissoli é como esses açorianos, pobres até onde se sabe, conseguiram acumular pecúlio para adquirir terras de um dos grandes potentados da freguesia, e ainda povoá-las com reses, bois, cavalos, éguas e potros. É uma excelente questão, diga-se. Não temos como respondê-la, mas podemos encontrar no compadrio algumas pistas para entender o caso. Para isso, precisamos atentar para a tabela 12, apresentada antes, e para a tabela 13, que apresentamos a seguir:

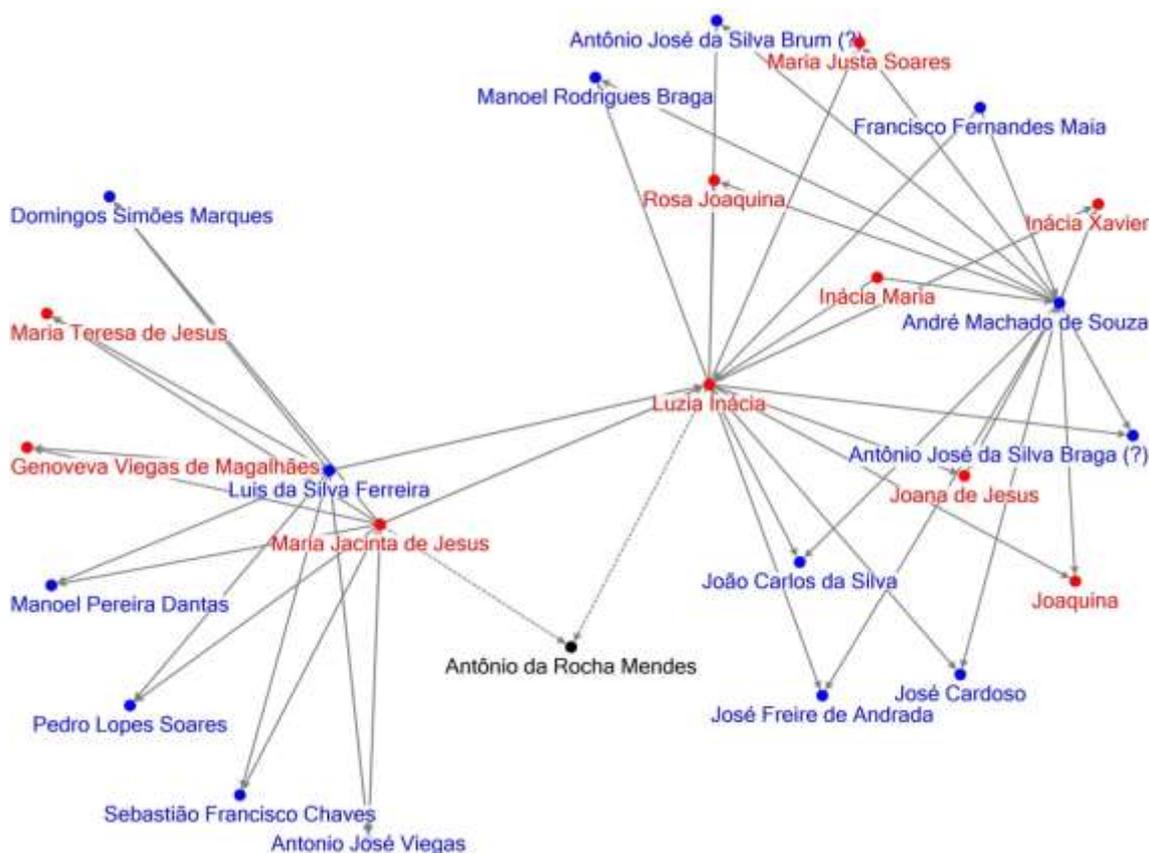
Pai	Mãe	Compadre	Comadre
André Machado de Souza	Luzia Inácia	João Carlos da Silva	Joana de Jesus
André Machado de Souza	Luzia Inácia	José Cardoso	Rosa Joaquina
André Machado de Souza	Luzia Inácia	José Freire de Andrada	Joaquina
André Machado de Souza	Luzia Inácia	Manoel Rodrigues Braga	Maria Justa Soares

André Machado de Souza	Luzia Inácia	Antônio José da Silva Brum	Inácia Xavier
André Machado de Souza	Luzia Inácia	Antônio José da Silva Braga (?)	Inácia Xavier

Tabela 16 - Compadres de André Machado de Souza e Luzia Inácia
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

André Machado de Souza constituiu relações variadas nos batizados de seus filhos. Entre madrinhas semianônimas, destaca-se o nome de Maria Justa Soares, mulher de distinção naquela comunidade, esposa do reinol Manoel Rodrigues Braga, que também batiza um de seus filhos. Entre seus compadres, temos o já citado Padre João Carlos da Silva, proprietário de terras e escravos em Viamão, e dois Antônio José que desconhamos ser a mesma pessoa (mas cujo sobrenome possui grafias distintas nos registros). Mas o nome que mais se destaca nesta tabela é o do Capitão de Dragões José Freire de Andrada, ninguém menos que o irmão do governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire, que no inverno de 1762 batiza o terceiro filho de André Machado de Souza, um menino chamado José Laureano. Andrada batizou apenas outras cinco crianças em Viamão.

Por outro lado, se voltarmos a Tabela 12 e observarmos a lista de compadres de Luís da Silva Ferreira, podemos encontrar outros potentados da região, como já mencionado. Para refrescar a memória, Luís Ferreira foi um homem natural das Minas Gerais que se casou com uma mulher das Ilhas, Maria Jacinta de Jesus, e através desta união logrou ser alçado ao status de “gente das ilhas”. Acontece que esse Luís da Silva Ferreira também era concunhado de André Machado de Souza, pois Luzia Inácia e Maria Jacinta eram irmãs. E quem encontramos entre os compadres deste Luís Ferreira (em duas ocasiões, aliás)? O sesmeiro Antônio José Viegas, o mesmo de quem André Machado e o sogro compraram o rincão de terras.



Grafo 19: Egonets de André Machado e Luís Ferreira
 Fonte: AHCMPA - Livros 1, 2 e 3 de Batismos da Freguesia de Viamão

Vale dizer que os dois casais coabitaram o mesmo fogo, pelo menos até 1758, conforme demonstra o rol daquele ano, quando a família aparece arrolada na “Borda do Rio dos Sinos”. Após, conforme demonstra Comissoli, a família se separa, mas volta a se reunir no negócio com Antônio Viegas, em 1765 (COMISSOLI, 2009, p. 90). Poderíamos, assim, supor que as relações de compadrio dessa família contribuíram para a melhoria de suas condições econômicas? As fontes não nos permitem afirmar isso com certeza, mas considerando as relações identificadas, talvez esta seja uma possibilidade. Vale lembrar que Luís da Silva Ferreira e Antônio José Viegas compadraram-se pela primeira vez em 1758, sete anos antes da compra do rincão. Esse laço, por sua vez, foi reforçado em 1759, com o batismo de mais uma criança. Portanto, estas famílias já tinham laços, e o auxílio de um ou outro dos “bons compadres” de Luís ou Antônio também pode ter ajudado.

Para pensar essas possibilidades, podemos lembrar um clássico estudo da micro-história que se dedicou ao estudo do acesso à terra no contexto do Antigo Regime europeu. Ao estudar uma pequena comunidade camponesa do Piemonte italiano do

século XVII, Giovanni Levi constatou que o mercado local de terras era fortemente influenciado pela condição social de compradores e vendedores e, especialmente, pelos vínculos parentais entre as famílias camponesas da região. Em seu estudo, Levi buscou demonstrar que o poder sobre a terra, naquela localidade, operava dentro de uma lógica familiar, de modo que as redes de parentela poderiam servir para operar certas estratégias de posse, facilitando em certos casos o acesso a este bem. Assim, conforme o autor, o mercado de terras se estruturou “*segundo as condições da situação social concreta*” (LEVI, 2000, p. 148), evidenciando o papel dos diferentes graus de contato entre os contratantes sobre o nível dos preços e a natureza daquelas transações.

Desta forma, Levi afirma que o mercado de terras de Santena se organizava segundo regras de contratação pessoal entre comprador e vendedor e o contexto socioeconômico local, muito mais do que seguindo uma lógica de “mercado”. Assim, uma vez que os aspectos dessas transações se estruturavam a partir das relações pessoais dos envolvidos, a relação entre os contratantes acabava por prevalecer, podendo o preço da terra variar enormemente a cada contrato, de acordo com a relação entre as partes envolvidas (Idem, p. 148-151).

(...) é em relação a propriedade da terra e a sua rápida circulação que aprendemos uma parte importante dos valores da comunidade, especialmente no que concerne às famílias dos camponeses mais pobres. (...) Dentro desses circuitos de pequenas parcelas de terra, a parentela, a vizinhança e a estraneidade dos contratantes tinham um papel determinante na definição do nível dos preços e na natureza da transação. (LEVI, 2000, p. 146-148)

Considerando as contribuições de Levi, e guardadas as diferenças entre o Piemonte seiscentista e os campos de Viamão no século XVIII (especialmente em relação ao tamanho das propriedades, posto que Levi trata de uma região de ocupação mais antiga e onde a terra era um bem mais escasso), podemos refletir sobre as pistas que essa abordagem pode fornecer para entender o caso de André Machado de Souza, de que nos ocupamos aqui. A própria sociedade sul-rio-grandense daquele período guardava semelhanças com a forma de organização social e econômica do Antigo Regime, como já vimos, sendo organizada por elementos de equidade e reciprocidade social, de modo que os vínculos pessoais poderiam ser fundamentais para determinar a “sorte” de indivíduos ou famílias inteiras. No caso de André Machado, o parentesco ritual estabelecido entre sua família e o proprietário das terras que seriam objeto de negociação futura pode ter se constituído, assim, como elemento facilitador dessa

negociação, tendo o compadrio exercido papel similar ao que Levi identificou para o parentesco consanguíneo para àquela comunidade de camponeses do Piemonte.

Fato é que esta família, apesar de alegadamente empobrecida quando de sua chegada aos campos de Viamão, logrou construir boas alianças através dos batismos de seus filhos, e mais ainda, atingiu certa estabilidade econômica em meio às diversas incertezas que rondavam seus pares. Enquanto isso, diversas famílias de origens semelhantes sofreram a penúria daqueles anos, perambulando de rincão em rincão, aguardando durante anos para ter acesso a um pedaço de terra, sem nem ao menos contar com um “bom padrinho” como proteção. Assim, o que percebemos nas relações destes migrantes é uma diversidade na construção de suas alianças, talvez fruto de uma entrada recente nas redes locais e do contexto incerto em que estavam inseridos. Articulado a outras estratégias, o compadrio pode ter contribuído para minorar um contexto de dificuldades para pelo menos algumas dessas famílias, enquanto outras ficaram à margem destas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos utilizar as ferramentas fornecidas pela Análise de Redes Sociais para examinar algumas das características das redes de apadrinhamento formadas por famílias viamonenses no século XVIII, com o objetivo de tecer algumas considerações a respeito da forma como a instituição do compadrio era utilizada por estas. Considerando o referencial adotado e os resultados encontrados, as relações identificadas sugerem o uso do compadrio como parte de uma estratégia social dessas famílias, embora certamente não fosse a única. As redes apresentadas permitem identificar um conjunto de alianças verticais e horizontais, onde temos, por um lado, ligações entre famílias abastadas, que se ligavam através do parentesco ritual ao batizar os filhos uns dos outros, enquanto a associação com outras camadas sociais indica a utilização do compadrio também para o fortalecimento de relações verticais com estratos subalternos daquela sociedade, que lhe serviam de base social, econômica e política.

Evidentemente, o compadrio era apenas uma das estratégias mobilizadas por aquelas gentes no desenvolver de suas práticas cotidianas. Não era o único, e talvez nem o mais importante. Afim a se manter à tona nas hierarquias sociais do seu tempo, as gentes da elite colonial engendravam diferentes estratégias, desde casamentos à formação de bandos, desde o arremate de contratos e a compra de cargos ao desenvolvimento de uma carreira nas forças de defesa do território, ou ainda a inserção em confrarias e irmandades religiosas. E, claro, havia a conquista, expediente importante para a constituição de um status de fidalguia, mesmo que esse fosse baseado apenas no uso e no costume. Mas, dentre aquele universo de práticas ditas costumeiras, pudemos verificar que o compadrio também teve seu lugar, sendo mobilizado de formas variadas pelas gentes que compunham àquela sociedade.

A comparação das redes familiares no Capítulo 2 nos permitiu identificar algumas regularidades na atuação dos agentes estudados, bem como diferenciar estratégias adotadas por um e outro grupo, conforme o caso. Uma destas características compartilhadas diz respeito a atuação feminina nestas redes. Tomando como exemplo o

caso do grupo dos Pinto Bandeira, podemos ver como Clara Maria de Oliveira possuía elevados índices de centralidade e intermediação, o que demonstra como sua atuação era importante para as estratégias de reprodução social do grupo familiar. Outras mulheres que possuíam índices relevantes eram Maria de Brito e Bernarda Gonçalves, além da jovem Desidéria, que aparece ao lado do irmão Rafael em vários batizados, possivelmente sendo preparada através desta prática para assumir o papel de sua mãe naquela sociedade.

Essas características são reproduzidas nas relações estabelecidas por outras famílias da região, onde as mulheres, e especialmente as filhas, cumpriam papel importante na construção de relações rituais (vide exemplos das famílias de Jerônimo de Ornellas, Antônio de Souza Fernando e o grupo das irmãs Silveira). Em seu estudo sobre as instituições do batismo e do compadrio para a região das Minas Gerais no século XVIII, Donald Ramos já apontava para a importância das mulheres na construção das relações reticulares através do parentesco espiritual, especialmente como mecanismo de reforço de relações intrafamiliares (RAMOS, 2004). Essa característica fica evidenciada para as redes identificadas a partir dos registros de batismo de Viamão, considerando a importância que as ‘donas’ cumpriam. Essas mulheres, esposas e filhas dos potentados da terra, frequentemente aparecem como madrinhas preferenciais da freguesia, concedendo seu dom a crianças de estratos diversificados e contribuindo, assim, para a ampliação da clientela de suas famílias. Nesse sentido, nomes como os de Clara de Oliveira, Beatriz Rangel, Rita de Menezes e Isabel da Silveira servem como excelentes exemplos de como as mulheres estavam plenamente integradas às estratégias sociais das famílias de elite desta terra.

Por outro lado, devemos considerar que o matrimônio era outro expediente eficaz nas estratégias de reprodução adotadas por grupos da elite colonial. Assim, em famílias cuja prole foi predominantemente feminina, pudemos notar que os genros também assumiram papel de destaque na construção das relações espirituais da família. Esses homens, que não raro eram também proprietários de terras e membros de famílias renomadas, assumiam a função de dar continuidade ao legado familiar e, por vezes, formavam ‘bandos’ de cunhados cuja atuação se estendia a política e economia local. O exemplo do grupo rio-grandino liderado por Manoel Bento da Rocha é característico,

mas essa também foi uma realidade para os grupos familiares de Antônio de Souza Fernando e Jerônimo de Ornellas, por exemplo.

A imagem que nos vem à mente a partir do estudo dessas relações é a de teias superpostas no tempo e no espaço, integrando personagens de diferentes estratos sociais em intrincadas redes de proteção, favorecimento e reciprocidade. Assim, ao analisar as redes formadas através da instituição do compadrio por proprietários de terras e comerciantes, o que percebemos foi uma presença regular de indivíduos provenientes dos estratos econômicos inferiores daquela sociedade, surgindo como compadres-clientes que oferecem seus rebentos como afilhados e personificam as normas de hierarquia e equidade que atravessavam àquela sociedade. Assim, conforme Fragozo (2010) e outros autores já demonstraram, surgem às figuras dos senhores ‘compadres de pretos’, de colonos, de padres, de governadores, de outros senhores; o esqueleto semirrígido daquela sociedade se vê transpassado por linhas imaginárias que, ao mesmo tempo, conectam os diversos pontos da rede e mantém cada um em seu lugar.

Podemos pensar que aquelas famílias lançavam mão de estratégias semelhantes em sua ação junto à comunidade onde se inseriam. Mas se identificamos simetrias entre estes grupos, também foi possível notar que suas estratégias, por vezes, divergiam. Notamos um bom exemplo disso quando analisamos as escolhas da família Silveira e sua opção por restringir a concessão de seu dom quase exclusivamente a crianças filhas de pais livres, destoando das práticas comuns aos demais grupos analisados, fossem eles de origem lagunense ou colonista. Mas o que poderia justificar cada uma dessas escolhas?

Sabemos, por exemplo, que a inclusão de estratos subalternos nas redes das famílias de elite respondia a uma lógica de legitimação de uma estratificação costumeira, que formatava uma sociedade hierarquizada a partir de uma concepção de equidade social, ou seja, uma concepção que previa que a cada indivíduo nessa sociedade cumpria um lugar natural. Dessa forma, a construção de relações verticais respondia a uma necessidade de ordenamento social que permitia ao senhor criar uma base clientelar que lhe serviria de sustentação social e econômica, mas ao mesmo tempo também o obrigava a fornecer proteção ao seu cliente. Lembrando o que nos diz Hespanha, a prática do dom implicava também na expectativa de retribuição. Desta

forma, se evidencia que o interesse dessas camadas subalternas em procurar padrinhos abastados estava ligado às benesses que disso poderiam auferir.

Claro que, dentro deste universo, atuava a questão da escolha - escolha limitada e regulada pela mesma lógica predita de hierarquização e diferenciação social, além de estar vinculada a atuação do grupo familiar. E as escolhas realizadas pela família Silveira respondiam, certamente, a uma estratégia mais ampla de reprodução enquanto grupo. Assim, podemos pensar que dentre as razões que contribuíram para diferenciar sua rede das demais estão as características próprias que diferenciavam o seu grupo, dentre as quais figuravam uma origem mais homogênea e uma atuação mais voltada para a atividade mercantil, além de um capital econômico e relacional bastante superior às demais famílias de Viamão.

Compreender que os membros da família Silveira consideravam a si mesmos enquanto indivíduos diferenciados, pertencentes a um substrato social e economicamente superior - ou mais qualificado, para pensar em termos da época - nos permite conjecturar como essa autopercepção contribuiu para suas escolhas relacionais, ao compartilhar vínculos majoritariamente com pessoas livres, ou optar por não firmar laços com a elite local preexistente (pelo menos inicialmente). Da mesma forma, os interesses econômicos e políticos do grupo pode ter contribuído para que optassem por se relacionar com certas famílias, enquanto outras foram excluídas de seu círculo.

Percebemos, portanto, que dentro dessa sociedade organizada por preceitos do Antigo Regime, os expedientes mobilizados por cada grupo poderiam variar de acordo com os interesses, trajetórias e compromissos de cada um, mas eram em geral presididos por uma lógica que organizava a vida social, qual seja, uma lógica equitativa.

Os estratos subalternos daquela sociedade, por sua vez, estavam igualmente inseridos nestas tramas que se construía através das práticas cotidianas, o compadrio dentre elas. Assim, no Capítulo 3 pudemos compreender um pouco melhor como essa instituição foi apropriada por outras gentes que não compunham o grupo dos “melhores da terra”, mas que mantinham relações muito próximas com esses últimos. Negros, índios e migrantes empobrecidos, cada um a sua maneira, apropriaram e deram significado para o compadrio, e possivelmente se valeram deste, por vezes, para lograr melhorar sua condição de penúria.

As redes conformadas a partir das relações contraídas por escravos negros e índios administrados foram marcadas por uma forte presença de padrinhos livres. Em alguns casos, isso parece ter contribuído para a melhoria das condições de vida dessas pessoas – ainda que discretamente, e dentro dos limites que se poderiam esperar daquela sociedade. Em poucos casos, para além da própria relação de compadrio firmada à beira da pia batismal, pudemos identificar indícios de diferenciação social destas gentes entre seus pares, seja através da adoção de um sobrenome, ou da posse de uma roça própria. No caso dos escravos, mesmo quando o compadrio se dava exclusivamente entre cativos, foi possível perceber que em dois terços dos casos pais e padrinhos pertenciam a escravarias distintas, sugerindo, assim, certa margem para a construção de redes de sociabilidade entre esse estrato, além de apontar para uma “circulação do dom” nesta comunidade. Situação oposta foi identificada, por exemplo, quando analisamos as uniões carnais entre escravos, fossem estas legítimas ou não: neste caso, as uniões se deram sempre dentro do mesmo grupo, o que indica possibilidades bastante limitadas para este grupo em relação à constituição de famílias.

Por outro lado, ao analisar a inserção indígena nesta trama, pudemos identificar que o acesso e a utilização do compadrio eram bastante influenciados por elementos externos, em especial pela inserção social e econômica daquelas populações na sociedade que a circundava. Em Viamão, essa inserção se deu, em parte, através da figura dos índios administrados da senhora Ana da Guerra, que, curiosamente, era uma mestiça que compartilhava também de ancestrais indígenas. Apesar disso, Ana da Guerra foi uma mulher de distinção naquela sociedade, graças à posição de seu pai e a um bom casamento, de modo que pode manter um plantel de tamanho considerável, além de terras e gado. A rede de relações formada pelos índios administrados por essa senhora também contou com a participação de agentes destacados daquela sociedade. O que as fontes não mostram – e talvez não possamos saber com certeza – era quem se beneficiava mais dessas relações construídas através do parentesco ritual: se os pais das crianças ou sua própria senhoria.

Finalmente, temos o caso dos “casais de número”, migrantes de origem açoriana, em sua maioria empobrecidos e atraídos por uma promessa de terras e mercês que não se concretizaria antes que duas décadas se passassem – e mesmo assim, de forma incompleta. Esta deve ter sido uma época bastante difícil para estas gentes, jogados a

própria sorte em uma terra rústica, bem dizer no meio de uma guerra. Mas, pelo menos em alguns casos, é possível que esses ilhéus possam ter se beneficiado de relações construídas através do parentesco ritual para minorar um pouco do seu sofrimento. Como vimos, pelo menos 15% desses casais lograram atar laços com gente da elite local, o que pode ter garantido alguma proteção, acesso a algum tipo de trabalho, um lugar pra se arrancar, ou talvez até possa ter contribuído para o acesso a tão sonhada, como no caso de André Machado de Souza e sua parentela.

O que leva um senhor, ou uma dona, a colecionar compadres e afilhados de categorias tão distintas? Porque uma moça de boa família, ou um oficial de alta patente, se irmanava espiritualmente de uma família escrava, de um migrante pobre, ou de um nativo administrado? Essa pergunta fica mais óbvia se a lógica for invertida? As estratégias que engendram estas relações se tornam mais intuitivas quando pensamos que são os migrantes, ou os cativos, ou os índios, que buscam bons padrinhos e bons compadres?

Tampouco, nos parece. Porque a lógica que governava essas relações era, ao fim e ao cabo, uma lógica de reciprocidade, pensada dentro dos termos de uma economia de favores. Interessava ao senhor avultar sua base social, construída a partir dos vínculos de seus filhos e filhas, familiares, agregados, mas também dos seus escravos e administrados - ou seja, no âmbito da 'casa'. Mas igualmente atraídos pelas possibilidades proporcionadas por esses vínculos eram aqueles que neles enxergavam uma chance de se beneficiar - ou a seus rebentos. Assim, essas relações de troca, essas expectativas bilaterais eram as responsáveis por acionar o mecanismo do compadrio.

Claro que existiam outros fatores a ser considerados no momento de escolher os padrinhos de uma criança. Pesava a vizinhança, pesavam as trajetórias dos indivíduos, suas outras relações interpessoais, os laços de amizade, etc. Nem sempre o compadrio era uma coisa pensada, ou uma rebuscada estratégia social. Mas estes elementos, por si, não explicam os indivíduos que colecionavam afilhados campo a fora, da senzala à casa grande; tampouco explicam as relações espirituais que uniram número tão elevados de escravos a senhores e donas da freguesia. Desta forma, fica visível nos registros que analisamos a importância que cumpria ao compadrio enquanto elemento integrante das práticas costumeiras que ordenavam o cotidiano daquele corpo social.

REFERÊNCIAS:

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS:

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Livro 1º de Batismos de Viamão. 1747-1759.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Livro 2º de Batismos de Viamão. 1759-1769.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Livro 3º de Batismos de Viamão. 1769-1782.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Livro 1º de Matrimônios de Viamão. 1747-1777.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Livro 1º de Óbitos de Viamão. 1748-1812.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.
Translado dos Róis de Confessados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Anos de 1751, 1756, 1757 e 17588.

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS:

CARVALHO, Lygia (Org.). Demarcação do Sul do Brasil: Cartas para o secretário de estado, Colônia Rio Grande do Sul. V. XXII. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1911. p. 201-324. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=660&op=1>>. Acesso em 07/01/2018.

DAVIDE, Sebastião M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Lisboa: Typ. 1719. [São Paulo, 1853]. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em 26/11/2018.

PAGANINI, Dércio Antônio (Trad.). **Concílio Ecumênico de Trento**. Sessão VII - Decreto sobre os Sacramentos do Batismo e da Crisma. Trento, 1547 (1999). Disponível em: <<http://agnusdei.50webs.com/trento10.htm>>. Acesso em 26/11/2018;

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em 09/1/2019.

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 2º Livro de Batismo de Viamão. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em 09/1/2019.

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º Livro de Matrimônios de Viamão. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em 09/1/2019.

NEUMANN, Eduardo; KUHN, Fábio. **Resgate de fontes paroquiais** - Porto Alegre e Viamão, século XVIII. 1º Livro de Óbitos de Viamão. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaoantigo.com.br/dados1747.htm>>. Acesso em 09/1/2019.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. **Genealogia Paulistana**. São Paulo: Duprat & comp., 1904 (1999). Disponível em: < <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>>. Acesso em 26/11/2018.

LIVROS, ARTIGOS, TESES E OUTRAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS:

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, 2007. p. 8-19. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>>. Acesso em 09/1/2019.

ANDRADE, Mateus Rezende de. **Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola**: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850). Belo Horizonte: UFMG, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9GGGKF>>. Acesso em 09/1/2019.

ANDRADE, Mateus. Da senzala à capela. Compadrio, redes sociais e algumas considerações sobre o lugar social de ‘pardos livres’ nas Minas Gerais oitocentistas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 78-99, dezembro de 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14295/rbhcs.v7i14.291>>. Acesso em 09/1/2019.

ALVIM, Alexandra Lis. **Das ilhas ao continente**: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774). Porto Alegre: UFRGS - Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/66954>>. Acesso em 09/1/2019.

AMADORI, Arrigo. Los análisis de redes sociales y el ejercicio del poder: América Hispana. **Épocas**, n. 2, 2012. p. 35-59. Disponível em: <<https://p3.usal.edu.ar/index.php/epocas/article/view/562/667>>. Acesso em 09/1/2019.

ARPINI, Paula D. **Do provedor à rede de sociabilidade**: trajetória de Inácio Osório Vieira (1760-1798). Porto Alegre: UFRGS, Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação). 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/52077>>. Acesso em 09/1/2019.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Escravidão e compadrio em São Paulo colonial, século XVIII. In: GHIRARDI, Mónica; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco (eds.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIETS (CONICET - UNC), 2010. p. 145-164.

BLANCO, Márcio M. A senzala em movimento: notas sobre os primórdios da família escrava nos campos de Viamão (1747-1758). **V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/blanco%20marcio%20munhoz.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

BLANCO, Márcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-c. 1760). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71949>>. Acesso em 09/1/2019.

BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, v. 29/30, 2003. p. 79-132. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/21055/13652>>. Acesso em 07/1/2019.

BARNES, J. Clase y comités en una comunidad isleña Noruega. In: SANTOS, F. R. (org.). **Análisis de redes sociales**: orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003 (1954). p. 121-146.

BARTH, Fredrik. **Political leadership among swat Pathans**. Pennsylvania: Bloomsburg University, 1965.

BARTH, Fredrik. **Models of Social Organization**. London: Royal Anthropological Institute, 1966.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Escuela de Historia*. Rosário, ano 4, n. 6, p. 47-80, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3541231?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 09/1/2019.

BEAUGUITTE, Laurent. **Graphes, réseaux, réseaux sociaux**: vocabulaire et notation. Groupe fmr (flux, matrices, réseaux) animé par César Ducruet et Laurent Beauguitte. Paris: Pantheon-Sourbonne, 2010. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00541898>>. Acesso em 08/1/2019.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOISSEVAIN, Jeremy. Social network. In: AMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, Klaus. **Sociolinguistics**: An International Handbook of the Science of Language and Society. Berlim: Mouton de Gruyter, 1987. p. 164-169.

BRUGGER, Silvia M. J. **Minas Patriarcal**: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

BURT, Ronald S. **Structural holes**: The social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). **AEDOS**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2009. p. 74-96. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10584/6225>>. Acesso em 09/1/2019.

COMISSOLI, Adriano; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. **Métis: história & cultura**, v. 13, n. 25, 2014. p. 11-30. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2726/pdf_275>. Acesso em 08/1/2019.

COMISSOLI, Adriano; GIL, Tiago Luis. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 241-260.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

DEL PRIORI, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Editora UnB, 1993.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. **Carijós, mulatas e bastardos**: a administração indígena nos Campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII. Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/148953>>. Acesso em 09/1/2019.

ENGEMANN, Carlos. **De Laços e de Nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do oitocentos. Rio de Janeiro: UFRJ - PPG em História Social (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=107283>. Acesso em 09/1/2019.

ERICKSON, Bonnie H. Social Networks and History: a review essay. **Historical Methods**, v. 30, n. 3, 1997. p. 149-157. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01615449709601182>>. Acesso em 09/1/2019.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). **Anais Eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História**, São Paulo, 2012. Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_Farinatti_SNH2011\(2\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308156793_ARQUIVO_Farinatti_SNH2011(2).pdf)>. Acesso em 09/1/2019.

FARINATTI, Luís Augusto. Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845). In. FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto (Orgs.). **História Social em registros paroquiais** [Sul-Sudeste do Brasil, sécs. XVIII-XIX]. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FARINATTI, Luís Augusto. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na Fronteira Meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa. **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/farinatti%20luis%20augusto%20ebling.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

FARINATTI, Luis Augusto E. VARGAS, Jonas M. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c.1816 - c.1844). **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 29, jul-dez. 2014. p. 389-413. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v15n29/1518-3319-topoi-15-29-00389.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **Nós não somos de origem: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960)**. Florianópolis: UFSC, PPG em História (Tese de Doutorado). 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88284>>. Acesso em 09/1/2019.

FERREIRA, Sérgio Luiz. Transmissão de sobrenomes entre luso-brasileiros: uma questão de classe. **Boletim de história demográfica**, São Paulo, ano 12, n. 36, p. 49-56, abr. 2005. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd36/slfsobre.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

FIORAVANTE, Fernanda. Considerações acerca da Análise de Rede Social nas sociedades de Antigo Regime. **Revista de Teoria da História**, v. 10, n. 2, p. 221-240, 2013. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/29094/16186>>. Acesso em 09/1/2019.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz da Senzala**. RJ: Civilização Brasileira, 1997.

FOLETTTO, Arlene G. **No rodeio das relações**: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos). Porto Alegre: UFRGS, PPG em História (Tese de Doutorado). 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71935>>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 5, 2002. p. 41-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000200041&script=sci_arttext>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa**: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRAGOSO, João. A Economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (século XVI e XVII). **Dimensões**, Vitória: UFES, v. 13, p. 14-27, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2373/1869>>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, p. 45-122, 2000. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo02.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Revista Tempo**, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003. Disponível em: <<https://acompanhiadejesuseosindios.files.wordpress.com/2011/09/fragaso1.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João, e GOUVEIA, Maria de Fátima. **Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 244-294.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 11, n. 21, p. 74-106, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200074>. Acesso em 09/1/2019.

FRAGOSO, João. O Capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. P. 157-207.

FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks: Conceptual Clarification. **Social networks**, v. 1, n. 3, p. 215-239, 1978. Disponível em: <<https://www.bebr.ufl.edu/sites/default/files/Centrality%20in%20Social%20Networks.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

FREEMAN, Linton. The sociological concept of "group": An empirical test of two models. **American Journal of Sociology**, Chicago: UC, v. 98, n. 1, 1992. p. 152-166.

Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2781196?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em 09/1/2019.

FREITAS, Denise. **Para além do matrimônio**: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/172966>. Acesso em 07/1/2019.

FRUCHTERMAN, Thomas MJ; REINGOLD, Edward M. Graph drawing by force-directed placement. **Software: Practice and experience**, v. 21, n. 11, 1991. p. 1129-1164. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/spe.4380211102>. Acesso em 08/1/2019.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Niterói: UFF: PPG em História (Tese de Doutorado), 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_GARCIA_Elisa_Fruhauf-S.pdf. Acesso em 09/1/2019.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.16, n.30, p.243-266, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a11v16n30.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

GIL, Tiago L. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo: UNISINOS, v. 3, n. 6, dez. p. 82-96, 2011. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/105/104>. Acesso em 09/1/2019.

GIL, Tiago L. O Bando de Rafael Pinto Bandeira em uma representação gráfica: uma tentativa de aplicação das social network analysis na história social. **I Colóquio do LAHES: Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social**, Juiz de Fora. 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/lahes/files/2010/03/c1-a66.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

GIL, Tiago Luís; BARLETA, Leonardo. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, 2015. p. 427-455. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106234>>. Acesso em 09/1/2019.

GOMES, Luciano Costa. **Camponeses e pequenos escravistas**: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. Porto Alegre: UFRGS – PPG em História (Tese de Doutorado), 2018.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802. Porto Alegre: UFRGS – PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72751>>. Acesso em 09/1/2019.

GLUCKMAN, Max. Political institutions. In: EVANS-PRITCHARD, E. et. al. **The institutions of primitive society**. A series of broadcast talks. Oxford: Basil Blackwell, 1954.

GRAEBIN, Cleusa. "Gentes das ilhas" dos Açores no Rio Grande de São Pedro (século XVIII) : mobilidade, cotidiano e trabalho. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; DE MATOS, Paulo Teodoro (Eds.). **Gentes das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 164-191.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. In: CROSS, R.; PARKER, A.; SASSON, L (Orgs). **Networks in the knowledge economy**, Oxford: University Press, 2003. p. 109-129.

GRIBAUDI, Maurizio. **Espaces, temporalités, stratification**. Exercices sur les réseaux sociaux. Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a reflection of the natural and spiritual person. **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, v. 0, p. 45-71, 1971. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/3031761.pdf>>. Acesso em 09/04/2018.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (org.). **Escravidão e Invenção da Liberdade**. Estudos sobre o Negro no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. p. 33-59.

HAMEISTER, Martha Daisson. "A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome": famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c. 1738-c. 1763). **Anais do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora, 2005. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a52.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. (Orgs.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2014. p. 75-109. Disponível em: <<http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica**, Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33720622/HAMEISTER-Martha-Na-pia-batismal-Abphe-2003-91-pdf.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1547066125&Signature=hEAjwF10sji5xrwOzpt26bS4VM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DNa_pia_batismal_estrategias_de_interacao.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: UEPG, v. 15, p. 95-128, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2374/1869>>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005. p.53-101. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6369>>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. **Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/imagens/Textos5/hameister%20martha%20Odaisson.pdf>>. Acesso em 07/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: UFRJ, PPG em História Social (Tese de Doutorado). 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=107310>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha D. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do Extremo Sul da Colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio C. A. (Org.). **Temas Setecentistas**: governos e populações no Império Português. 1ed. Curitiba: UFPR/SCHLA - Fundação Araucária, 2009. p. 459-478. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Uma%20contribuicao%20ao%20estudo%20da%20onomastica%20%20-%20Martha%20Daiison%20Hameister.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremo sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C.; SAMPAIO, A. **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 265-310.

HANNEMAN, Robert A. Introducción a los métodos del Análises de Redes Sociales. **Revista Redes**, Barcelona: UAB, 2000. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>>. Acesso em 09/1/2019.

HAREL, David; KOREN, Yehuda. On clustering using random walks. In: HARIHARAN, R., VINAY, V., MUKUND, M. **International Conference on Foundations of Software Technology and Theoretical Computer Science**. Springer, Berlin, Heidelberg, v. 2245, 2001. p. 18-41. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F3-540-45294-X_3.pdf>. Acesso em 08/1/2019.

HEINZ, Flavio (org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Historia-social-de-elites-FLAVIO-HEINZ.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

HEINZ, Flavio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. IN: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-168.

HESPANHA, Antônio M. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. **Tempo**, Rio de Janeiro: UFF, v.16, n.21, p. 121-143, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09>>. Acesso em 09/1/2019.

HESPANHA, Antônio M. Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna. **Análise Social**, Lisboa: ICS-UL, v. 27, p. 951-973, 1993. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223293699K2wUQ7iq8Pw47EV0.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.

HOLLAND, Paul; LEINHARDT, Samuel. Transitivity in structural models of small groups. **Comparative group studies**, v. 2, n. 2, 1971. p. 107-124. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/104649647100200201?journalCode=sgr>>. Acesso em 08/1/2019.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Comunidad, red social y élites: un análisis de la vertebración social em el Antiguo Régimen. In: _____. **Elites, poder e red social**: las élites des País Vaco y Navarra em la Edad Moderna. Bilbao: Universidad del País Vaco, 1996.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Las redes sociales de las élites: Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: SORIA MESA, Enrique; BRAVO CARO, Juan Jesús; DELGADO BARRADO, José Miguel. **Las élites en la época moderna**: la monarquía española. Córdoba: Servicio de Publicaciones (UC), 2009. p. 77-112.

IMIZCOZ BEUNZA, José María. Redes, grupos, clases. Una perspectiva desde el análisis relacional. In. MOLINA PUCHE, Sebastián; IRIGOYEN LÓPEZ, Antônio (Eds.). **Territorios distantes, comportamientos similares**. Familias, redes y reproducción social en la Monarquía Hispánica (siglos XIV-XIX). Murcia: Editum, 2009. p. 45-87.

JACOBUS, André Luiz. **Resgate Arqueológico e Histórico do Registro de Viamão** (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha – RS). Porto Alegre: PUCRS, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 1996.

JACOMY, Mathieu et al. ForceAtlas2, a continuous graph layout algorithm for handy network visualization designed for the Gephi software. **PloS one**, v. 9, n. 6, 2014. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0098679&type=printable>>. Acesso em 08/1/2019.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

KUZ, Antonieta; FALCO, Mariana; NAHUEL, Leopoldo, GIANDINI, Roxana. Análisis de Redes Sociales a través de Gephi y NodeXL. **Anales del II Simposio Argentino sobre Tecnología y Sociedad**, Rosário, 2015. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/59752>>. Acesso em 09/1/2019.

LANNA, Marcos. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n. 1, 2009. p. 5-15. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4880>. Acesso em 08/1/2019.

LEMERCIER, Claire. Analyse de réseaux et Histoire de la famille: une rencontre à venir? **Annales de démographie historique**. Belin, n. 109, 2005. p. 7-31. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/47324541.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

LEMERCIER, Claire. Formal network methods in history: why and how? **Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies**, Brepols: CSO, p.281-310, 2015. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00521527v2/document>>. Acesso em 09/04/2018.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica; ALMEIDA, Carla. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51-86.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, 2006. p. 49-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 07/1/2019.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. p. 49-77. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000200004>>. Acesso em 09/1/2019.

MACHADO, Cacilda. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. **Revista Brasileira de Estudos**

de População, v. 23, n. 1, jan./jun. 2006. p. 167-186. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a10>>. Acesso em 07/1/2019.

MARCANTE, Maicon Fernando. **Aldeados e africanos livres: relações de compadrio e formas de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)**. Curitiba: UFPR - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28519>>. Acesso em 09/1/2019.

MARCILIO, Maria Luisa. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte: UFMG, n. 31, p. 13-20, jan. 2004. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b593659827e91950d74df/1462458679393/01_Marcilio%2C+Maria+Luiza.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

MARQUES, Rachel dos S. **Por cima da carne seca: Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820)**. Curitiba: UFPR, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 2011. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/Rachel.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

MARQUES, Rachel dos S. Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776 – c. 1800). Curitiba: UFPR, PPG em História (Tese de Doutorado). 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/44026>>. Acesso em 09/1/2019.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-161.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas** (Ebook). São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS. PPG em História (Dissertação de

Mestrado). 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17653>>. Acesso em 09/1/2019.

MINTZ, S.W., WOLF, E.R. An analysis of ritual co-parenthood (compadrazgo). **Southwestern Journal of Anthropology**, Chicago: UC, v. 6. p. 341-355, 1950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3628562?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 09/1/2019.

MITCHELL, J. C. Social networks. **Annual review of anthropology**, v. 3, p. 279-299, 1974.

MITCHELL, James Clyde. **Social networks in urban situations**: analyses of personal relationships in Central African towns. Manchester: Manchester University Press, 1969.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. **Etnográfica**, v. 12, n. 1, 2012. P. 45-58. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etnografica/1599>>. Acesso em 09/1/2019.

MONTEIRO, Nuno. **O crepúsculo dos grandes**. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832). *Análise Social*, Lisboa, 1998. p. 79-97.

MORENO, Jacob L. **Who shall survive?**. Beacon, NY: Beacon House, 1953.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Buenos Aires, port entre deux océans: mobilités, réseaux, stratifications (2e moitié du XVIIIe siècle). **e-Spania**, Paris: CLEA, n. 25, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/e-spania/25959>>. Acesso em 09/1/2019.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil, Cempla-IEHS, 1995. p. 221-237.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Negocios y redes sociales: modelo interpretativo a partir de un caso rioplatense (siglo XVIII). **Caravelle**, Toulouse: CMHLB, p. 37-55, 1996.

Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/carav_1147-6753_1996_num_67_1_2707>.

Acesso em 09/1/2019.

NACIF, Paulo Cezar Miranda. **Diante da pia batismal**: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Niterói: UFF – PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2014.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 26, p. 73-92, 2000. Disponível em:

<<http://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0000110073A/28733>>.

Acesso em 09/1/2019.

NEWMAN, M.E.J. Mathematics of Networks. In: DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence. **The New Palgrave Dictionary of Economics**. London: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em:

<<http://www-personal.umich.edu/~mejn/papers/palgrave.pdf>>. Acesso em 08/1/2019.

PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. **Revista complutense de Historia de América**, Madrid, v. 34, 2009. p. 15-42. Disponível em:

<<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA0808110015A>>. Acesso em 08/1/2019.

em 08/1/2019.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa. **Claves Revista de Historia**, Montevideo: UR, v. 1, n. 1, 2015. p. 67-90. Disponível em:

<<http://revistaclaves.fhuce.edu.uy/index.php/Claves-FHCE/article/view/16>>. Acesso em 07/1/2019.

07/1/2019.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PADGETT, John; ANSELL, Christopher. Robust action and the rise of the Medici, 1400-1434. **American Journal of Sociology**, Chicago: UC, v. 98, n. 6, p. 1259-1319, mai. 1993. Disponível em:

<<http://home.uchicago.edu/~jpadgett/papers/published/robust.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

PANDOLFI, Fernanda C. ; BUENO, Newton P. Análise de redes sociais em História: noções básicas e sugestões de aplicação. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: formação e mercado de trabalho**. Juiz de Fora: UFMG, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401385226_ARQUIVO_anpuhpaper29-05corrigido.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

PASSOS, Daniel Sabedot. **A gente das ilhas e seus compadres**: dinâmicas familiares de Antigo Regime na comunidade açoriana nos Campos de Viamão (1752-62). Porto Alegre: UFRGS - Departamento de História (Trabalho de Conclusão de Curso), 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/174155>>. Acesso em 09/1/2019.

PEDROZA, Manoela. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 9, n. 17, p. 67-92, jul-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n17/2237-101X-topoi-9-17-00067.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

PONCE LEIVA, Pilar; AMADORI, Arrigo. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis. **Revista Complutense de Historia da America**, Madrid: UC, v. 34, p. 15-42. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/RCHA0808110015A/28432>>. Acesso em 09/1/2019.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. On social structure. **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, London: RAI, v. 70, n. 1, 1940. p. 1-12. Disponível em: <<https://www.bebr.ufl.edu/sites/default/files/Radcliffe-Brown%20-%201940%20-%20On%20Social%20Structure.pdf>>. Acesso em 08/1/2019.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Structure and function in primitive society**: essays and address. London: Cohen & West, 1952.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte:

UFMG, n. 31, p. 41-68, 2004. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b594b59827e91950d7597/1462458700057/03_Ramos%2C+Donald.pdf>. Acesso em 09/1/2019.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. "**A terra natural desta nação guarani**": identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801). São Leopoldo: Unisinos - PPG em História (Tese de Doutorado), 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6762>>. Acesso em 09/1/2019.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Estratégias indígenas na fronteira meridional**: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Porto Alegre: UFRGS - PPG em História (Dissertação de Mestrado), 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/79441>>. Acesso em 09/1/2019.

RIBEIRO, M.; GOYA FONTELLA, L. Grupos e aglomerações indígenas no Brasil Meridional: matrimônio e compadrio de guaranis missionários em dois contextos distintos (Região das Missões e Fronteira do Rio Pardo, 1814-1824). **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2015. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/max%20roberto%20pereira%20ribeiro%20leandro%20goya%20fontella.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

RODRIGUES, José D. "A casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII. **História: Questões & Debates**, 36, 2002. p. 11-28. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2687/2224>>. Acesso em 07/1/2019.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo**: perfis de domicílio enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista. Belo Horizonte: UFMG – Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (Tese de Doutorado), 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/AMSA-7T6Q5V>>. Acesso em 09/1/2019.

RUBERT, Arlindo. **História da igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SCOTT, Ana S. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **Revista História: Questões e Debates**, Curitiba: UFPR, n. 51, jul./dez. p. 13-29, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/19983/13277>>. Acesso em 09/1/2019.

SCOTT, Ana S. “Descobrimo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi. et al. (Orgs.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2014. p. 75-109. Disponível em: <<http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

SCOTT, Ana Sílvia; BERUTE, Gabriel. "Gentes das ilhas": repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; DE MATOS, Paulo Teodoro (Eds.). **Gentes das ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 105-146.

SCOTT, John. Networks and relations. **Social network analysis: a handbook**. London: SAGE Publications, 2000.

SELISTER, Michele Raupp. “A viúva rica com hum olho chora e com outro repica”: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Porto Alegre: UFRGS – PPH (Dissertação de Mestrado), 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102625/000932816.pdf>>. Acesso em 07/1/2019.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia**. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime(1765-1784). Rio de Janeiro: UFRJ - PPG em História Social (Dissertação de Mestrado), 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=107275>. Acesso em 09/1/2019.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. **5o. Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: 2011. Disponível em:

<<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/sirtori%20bruna%20e%20gil%20tiago%20luis.pdf>>. Acesso em 09/1/2019.

SIRTORI, Bruna ; GIL, Tiago Luís. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos campos de Vacaria, 1778-1810. Revista Eletrônica de História do Brasil: UFJF, v. 10, p. 142-160, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/edicoes-antiores/volume-10-n%C2%B0-1-e-2-jan-dez-2008/%20volume-10-n%C2%B0-1-e-2-jan-dez-2008-10/>>. Acesso em 09/1/2019.

SOARES, Mariza. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Paulo Silveira e. Os Açores e os movimentos migratórios para o Brasil, 1766-1834. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; DE MATOS, Paulo Teodoro (Eds.). **Gentes das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 82-104.

UBERTI, Hermes. “**A benção que se pede e a benção que se dá**”: redes socio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: Unisinos, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 2011. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3553>>. Acesso em 09/1/2019.

UBERTI, Hermes G. **Abençoando neófitos, tecendo redes socio-familiares na freguesia de São Vicente** (Vale do Jaguari - RS, 1854 - 1912). São Leopoldo: Unisinos, PPG em História (Tese de Doutorado). 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5458>>. Acesso em 09/1/2019.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial**, 1500-1808. Editora Objetiva, 2000. Verbete: Compadrio, p. 126-127.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Porto Alegre: UFRGS, PPG em História (Dissertação de Mestrado). 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/13085>>. Acesso em 09/1/2019.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio

Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: UFRJ, PPG em História (Tese de Doutorado), 2013.

VENÂNCIO, Renato; SOUSA, Maria José; PEREIRA, Maria Teresa. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200012>. Acesso em 09/1/2019.

VIAZZO, Pier Paolo; LYNCH, Katherine A. Anthropology, family history, and the concept of strategy. **International Review of Social History**, v. 47, n. 3, p. 423-452, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S002085900200072X>>. Acesso em 09/1/2019.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In. MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal** – O Antigo Regima. v. 4, 1998. p. 339-349.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WELLMAN, Barry. Network Analysis: some basic principles. **Sociological Theory**, v. 1, 1983. P. 155-200. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202050?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 09/1/2019.

WELLMAN, Barry; WETHERELL, Charles. Social Network Analysis of historical communities: some questions from the present for the past. *The History of the Family*, v. 1, n. 1, 1996. p. 97-121. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S1081-602X\(96\)90022-6](https://doi.org/10.1016/S1081-602X(96)90022-6)>. Acesso em 09/1/2019.

WETHERELL, Charles. Historical Social Network Analysis. *International Review of Social History*, v. 43, n. 6, 1998. p. 125-144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0020859000115123>>. Acesso em 09/1/2019.

ZETTEL, Roberta França Vieira. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865). Porto Alegre: UFRGS, PPG em História

(Dissertação de Mestrado), 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/36045>>.
Acesso em 09/1/2019.

ANEXOS:

Anexo 1

Família Pinto Bandeira

José Pinto Bandeira *c. 1676-1765*

cc. **Catarina de Brito** *c. 1680-1710*

Francisco Pinto Bandeira *c. 1701-1771* & **Clara Maria De Oliveira** *c. 1720-1781*

1. Rafael Pinto Bandeira *c. 1740-1795* cc. Bárbara Vitória cc. Maria Magdalena Pereira
2. Desidéria Maria Pinto Bandeira *c. 1742-1771* cc. Custódio Oliveira Guimarães
3. Elisiário Pinto Bandeira *c. 1743-??*
4. Maurícia Antonia Pinto Bandeira *c. 1744-1816* cc. Bernardo José Pereira
5. Mathilde Clara Pinto Bandeira *c. 1747-1816* cc. José Luís Roberto Viana
6. Evaristo Pinto Bandeira *c. 1749-1810* cc. Cristina Claro Barbosa de Oliveira
7. Felizberto Pinto Bandeira *c. 1753-1831* cc. Ana Clara do Espírito Santo
8. Vasco Pinto Bandeira *c. 1758-1806*
9. José Pinto Bandeira *c. 1760-??*
10. Francisca Antonia De Oliveira Pinto Bandeira *c. 1762-??* cc. Carlos José da Costa e Silva
11. Ubaldo Pinto Bandeira *c. 1770-1835* cc. Josefa Maria da Conceição

cc. **Inocência Ramires** *c. 1682-??*

Manuel Pinto Bandeira *c. 1727-1802* cc. **Maria Pedrosa de Moraes** *c. 1722-??*

José Pinto Bandeira *c. 1729-1771* cc. **Bernarda Gonçalves** *c. 1732-??*

Maria Ramires *c. 1730-??* cc. **Manoel Tavares da Mota** *c. ??*

Salvador Pinto Bandeira *c. 1731-1805* cc. **Maria de Brito** *cc. ??-1791*

Maximiano Pinto Bandeira *c. 1733-1779* cc. **Antônia da Conceição** *c. ??*

Raimundo Pinto Bandeira *c. ??-1802* cc. **Mônica Ferraz** *c. ??*

Anexo 2

Família de Jerônimo de Ornellas Vasconcelos de Menezes

Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcelos c. 1691-1771

- com **Maria Cardoso**, *índia* c. 1695- ??

1. Lourenço Dorneles de Menezes c. 1722-1785 cc. Maria da Luz

- com **Luciana da Luz** c. 1723-??

2. Maria Esperança cc. Miguel Garcia dos Santos

- com **Lucrecia Leme Barbosa**, c. 1703-1800

3. Fabiana de Ornellas de Menezes c. 1724-1765 cc. José Leite de Oliveira

4. Rita de Menezes c. 1725-1801 cc. Francisco Xavier de Azambuja

5. Antonia da Costa Barbosa c. 1727-1814 cc. Manoel Gonçalves Meirelles

6. Maria Leme Barbosa c. 1729-1792 cc. Francisco da Silva

7. Clara Barbosa de Menezes c. 1733- 1782 cc. José Fernandes Petim

8. José Raimundo Dorneles c. 1734-??

9. Manuel Dorneles c. 1735-1757

10. Gertrudes Barbosa de Menezes c. 1736-1820 cc. Luis Vicente Pacheco de Miranda

11. Brígida Ornelas de Menezes c. 1740-1827 cc. Jacinto Roque Pereira Guimarães

12. Tereza Barbosa de Menezes c. 1742-1810 cc. Agostinho Gomes Jardim

Anexo 3

Família de Dionísio Rodrigues Mendes

Dionísio Rodrigues Mendes *c. 1697-1791* & **Beatriz Barbosa Rangel** *c. 1714-1794*

1. Manoel Rodrigues Rangel *c. 1726-1816* cc. Francisca Maria de Jesus
2. Mathias Martins Novaes *c. 1728-1756*
3. Maria Teresa de Jesus *c. 1732-??* cc. Pedro Lopes Soares
4. José Rodrigues Martins *c. 1735-1825* cc. Maria Joana do Nascimento
5. André Bernardes Rangel *c. 1741-1826* cc. Ana Joaquina Sanhudo
6. Teresa Maria de Jesus *c. 1742-??* cc. José Machado da Silva
7. Antônio Rodrigues Barbosa *c. 1747-1807* cc. Teodora Maria de Jesus
8. Francisco Rodrigues Martins *c. 1750-??* cc. Rosa Maria de Jesus

Anexo 4

Família de Antônio Furtado de Mendonça

Antônio Furtado de Mendonça c. 1690-1760 & Isabel Francisca da Silveira c. 1696-1754

1. Clara ? c. 1723-1727
2. Francisco ? c. 1726-??
3. Antonia Maria da Silveira c. 1728-1767 cc. Matheus Inácio da Silveira
4. Ana Inácia da Silveira c. 1730-?? cc. Manoel Fernandes Vieira
5. Mariana Eufrázia da Silveira c. 1732-1822 cc. Francisco Pires Casado
6. Isabel Francisca da Silveira, *filha* c. 1735-1822 cc. Manoel Bento da Rocha
7. Joana Margarida da Silveira c. 1737-1814 cc. Antônio Moreira da Cruz
8. Antonio Furtado de Mendonça, c. 1739-??
9. Tomás José da Silveira c. 1740-??